

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PPGL)
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LEITURA E COGNIÇÃO**

Itiana Daniela Kroetz

**LITERATURA E HISTÓRIA: PERSPECTIVAS DE INTERPRETAÇÃO DE
NARRATIVAS E ENSAIOS DO *JORNAL DAS SENHORAS***

Santa Cruz do Sul
2015

Itiana Daniela Kroetz

**LITERATURA E HISTÓRIA: PERSPECTIVAS DE INTERPRETAÇÃO DE
NARRATIVAS E ENSAIOS DO *JORNAL DAS SENHORAS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado) da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), área de concentração em Leitura e Cognição, linha de pesquisa *Processos narrativos, comunicacionais e poéticos*, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Dr^a. Eunice Terezinha Piazza Gai

Santa Cruz do Sul,
2015

Itiana Daniela Kroetz

**LITERATURA E HISTÓRIA: PERSPECTIVAS DE INTERPRETAÇÃO DE
NARRATIVAS E ENSAIOS DO *JORNAL DAS SENHORAS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado) da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), área de concentração em Leitura e Cognição, linha de pesquisa *Processos narrativos, comunicacionais e poéticos*, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Dr^a. Eunice Terezinha Piazza Gai
Professora Orientadora (Unisc)

Dr. Rafael Guimarães
Professor examinador (Unisc)

Dr^a. Maria Eulália Ramicelli
Professora examinadora (UFSM)

Santa Cruz do Sul
2015

“O que vem a ser essa tal emancipação moral da mulher?
Eu vo-lo digo.
É o conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade.”

(Jornal das Senhoras, 11 de janeiro de 1852)

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Aos meus pais, Marli Eli Kroetz e Milton Afonso Kroetz, pelo incentivo ao estudo desde tenra idade.

Ao Ednei, companheiro de todos os momentos, que soube compreender o tempo dedicado à pesquisa.

Aos meus demais familiares que estiveram presentes nessa caminhada.

À minha orientadora, professora doutora Eunice Terezinha Piazza Gai, pela dedicação ao me conduzir neste trabalho e pela forma gentil com que sempre me tratou.

Às secretárias, Luiza e Daniela, pela dedicação e disponibilidade.

À UNISC pela oportunidade de alcançar esse almejado objetivo.

À FAPERGS pelo apoio e incentivo.

Aos colegas pelo convívio amigável e pelo compartilhamento de conhecimentos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Unisc, pela aprendizagem e conhecimento.

RESUMO

No século XIX, no Brasil, a educação destinada às mulheres era quase nula e poucas sabiam ler. Se ler já era considerado perigoso, escrever era muito pior. O que se esperava do sexo feminino era que fossem boas esposas, mães e donas de casa. É nesse momento histórico que surge o *Jornal das Senhoras*, que parece ser a primeira publicação brasileira direcionada ao público feminino e escrita por mulheres. O principal objetivo dessa revista era promover a emancipação moral e intelectual da mulher. Porém, não se pode ver a emancipação feminina com um olhar contemporâneo, pois as editoras do *Jornal das Senhoras* entendiam essa emancipação como sendo a ilustração da mulher. Desse modo, o presente estudo tem como objetivo avaliar, dentro da perspectiva Hermenêutica, o conteúdo e a ideologia do *Jornal das Senhoras*, em relação às mulheres, no período de 1852 a 1855, a partir da interpretação das narrativas ficcionais e ensaios, bem como dos demais itens da publicação.

Palavras-chave: *Jornal das Senhoras*; século XIX; periódicos; mulher.

ABSTRACT

In the nineteenth century, in Brazil, the education of women was almost nil and few could read. If reading was considered dangerous, writing was much worse. What was expected from women was that they should be good wives, mothers and housewives. It is in this historical moment that the *Jornal das Senhoras* is founded. This magazine would have been the first Brazilian periodical written for and by women. The main objective of this magazine was to promote the woman's moral and intellectual emancipation. However, female emancipation can not be seen from a contemporary perspective, because the editors of the *Jornal das Senhoras* understood this emancipation as the illustration of the woman. Thus, this work evaluates, from the Hermeneutic perspective, the content and the ideology of the *Jornal das Senhoras*, in relation to women, in the period from 1852 to 1855, based on the interpretation of fictional narratives and essays, as well as other items of publication.

Keywords: *Jornal das Senhoras*; nineteenth century; periodicals; woman.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A MULHER BRASILEIRA NO SÉCULO XIX	11
2.1 A condição feminina no Brasil, no século XIX: contextualização histórica	11
2.2 A mulher brasileira e a mulher europeia	19
2.3 O surgimento da imprensa feminina brasileira	26
3 O <i>JORNAL DAS SENHORAS</i>: PRIMEIRO PERIÓDICO BRASILEIRO PUBLICADO POR MULHERES E DIRECIONADO AO PÚBLICO FEMININO	32
4 O ROMANTISMO	46
4.1 Contextualização histórica	46
4.2 O romantismo no Brasil	61
5 NARRATIVAS FICCIONAIS PUBLICADAS NO <i>JORNAL DAS SENHORAS</i>	68
6 OS ENSAIOS	81
7 CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS	96

1. INTRODUÇÃO

No texto “A interpretação da obra literária”, Alfredo Bosi (1988, p.274) esclarece que os sinais gráficos que delineiam a superfície do texto literário não são transparentes, e que o olho que bate no texto não pode ver imediatamente o sentido nele presente. Assim, se faz necessário o labor obstinado chamado interpretação.

A palavra que lemos sobre a página do livro, segundo Bosi (1988, p.274), nos desafia sempre com o mesmo enigma: *o que eu quero dizer?* Bosi (1988, p.274) ainda explica que ler é colher tudo quanto está escrito, mas que interpretar é eleger, dentro das possibilidades semânticas, apenas aquilo que se relaciona com a questão crucial: o que o texto quer dizer? E não é pelo simples acaso que o uso legitimou um verbo tão forte e tão incisivo, o *querer dizer*:

É como se a linguagem atribuísse à matriz do discurso uma potência simbolizante, uma vontade, imersa e difusa na zona pré-consciente dos seres, e que, apesar da sua força incoercível, não dispusesse de uma forma automática, capaz de transmiti-la, sem sombras nem dúvidas, aos homens e à sociedade. (Bosi, 1988, p.275)

Para Bosi (1988, p.275), o termo *evento* é entendido como “todo acontecer vivido da existência que motiva as operações textuais, nelas penetrando como temporalidade e subjetividade”. Porém, não basta acontecer alguma coisa para produzir um evento, mas para que haja um evento é necessário que esse acontecer eu o sinta como um acontecer para mim, em outras palavras:

O infinito suceder cósmico e histórico, que nos precede, nos envolve e nos habita, sempre, e em toda parte, do nascer ao morrer, só se torna um evento para o sujeito quando este situa no seu aqui e o temporaliza no seu agora; enfim, quando o sujeito o concebe sob um certo ponto de vista e o acolhe dentro de uma certa tonalidade afetiva. (Bosi, 1988, p.276)

De acordo com Bosi (1988, p.277), o evento compõe-se como uma experiência significativa do sujeito, vivência aberta e variada, e que a forma só aparentemente encerra nos seus signos e símbolos. Cabe ao intérprete desvendar essa relação de abertura e fechamento, muitas vezes misteriosa, que a palavra escrita entretém com o não escrito. O intérprete é um mediador por excelência, ele trabalha junto ao texto, mas com o olhar posto em um processo formativo relativamente distante da letra:

O intérprete propõe para uma comunidade ideal de leitores (todos, intérpretes virtuais) um sentido inteligível, que torne universal o teor de um texto recebido na experiência singular da sua leitura. Para tanto, ele precisa sondar com amorosa atenção os vários estratos do querer-dizer. Na linguagem de Carlo Diano, o intérprete deveria resgatar para o leitor aquele evento complexo, subjetivo e

histórico, ao qual o poeta deu uma forma. É por isso que a interpretação literária não pode deixar de ser um projeto cultural aberto. (Bosi, 1988, p.277)

Bosi (1988, p.279) chama a atenção para que atentemos para a *perspectiva* na formação da escrita, pois o sujeito para o qual se abre o evento significativo, o sujeito que sente, pensa e escreve, não é um *eu* abstrato, colocado fora ou acima da história concreta dos seus semelhantes. Ele percebe e julga as situações e os objetos através de um prisma que foi construído e aprimorado ao longo de anos de experiência social, com todas as constantes e surpresas que esse processo veio manifestando. É mediante a perspectiva que a trama da cultura entra na escrita.

O sentido para onde se move um poema, segundo Bosi (1988, p.281), não é obtido pela soma de fonemas e morfemas que estão presentes serialmente no texto. Por isso, o autor recomenda um ir e vir do todo às partes, e das partes ao todo. Assim, situa-se a questão da importância a ser atribuída ao pormenor, pois, “quando lido estruturalmente, de tal forma que aclare e matize a compreensão do processo expressivo inteiro, o dado particular é extremamente revelador. Mas, se lido avulsamente, o seu significado oscila e afinal penderá do arbítrio de quem o retirou do contexto”. (Bosi, 1988, p.281) Bosi (1988, p.282) completa sua ideia explicando que nenhum elemento linguístico possui, em si mesmo, um poder de clareza para a compreensão de um texto, e o máximo que uma observação isolada nos fornece é a abertura de pistas que o círculo hermenêutico irá percorrer, mediante o recurso a outros indícios ministrados pelo contexto.

Segundo Bosi (1988, p.283), o homem não pode conhecer da mesma maneira e com a mesma convicção o mundo natural e o mundo histórico, pois somente este último pode ser revivido internamente pela memória, porque é o homem que faz a história, enquanto que não foi o homem que fez a natureza:

Os homens podem compreender o fruto de suas ações e a gesta dos seus antepassados. A obra, o que foi feito (*factum*) converte-se em conceito e em verdade. [...] O “verdadeiro” e o que foi produzido ao longo dos séculos alimentam-se reciprocamente. [...] Os testemunhos pedem a crítica; a crítica remete aos testemunhos. O círculo que vai da teoria às fontes e das fontes à teoria é filológico e é hermenêutico. A análise mostra efeitos de realidade, cuja verdade só se desvenda pela interpretação. (Bosi, 1988, p.283)

Nas palavras de Bosi (1988, p.285), se o intérprete é, antes de tudo, um mediador, a sua linguagem recorda a do tradutor de um idioma para outro. Mas, o projeto do intérprete de transformar o mesmo em outro código o faz estar em alerta para que possa captar as vibrações e o tom da obra. Segundo Bosi (1988, p.286), o discurso do hermeneuta “conserva o calor que

as ondas da escrita lhe comunicaram, mas a mesma fidelidade ao texto leva-o a apartar-se do efeito imediato da leitura, e a fazer perguntas sobre o sentido daquelas figuras que não cessam de atraí-lo para o seu círculo mágico”.

Desse modo, o presente trabalho, enquadrado na linha de pesquisa *Processos narrativos, comunicacionais e poéticos*, tem como objetivo avaliar, dentro da perspectiva Hermenêutica, o conteúdo e a ideologia do *Jornal das Senhoras*, em relação às mulheres, no período de 1852 a 1855, a partir da interpretação das narrativas ficcionais e ensaios, bem como dos demais itens da publicação.

Identificar as ideias e valores presentes nessas narrativas e ensaios e analisar a forma como se encontram elaborados no *Jornal das Senhoras* nos permitirão inferir sobre especificidades contextuais brasileiras de leitura de periódicos e, mais especificamente, de um periódico produzido para o público feminino num contexto social, especialmente o do Rio de Janeiro, em que havia progressiva incorporação de aspectos do modo de vida burguês.

Esta dissertação se divide da forma descrita a seguir. No primeiro capítulo, serão apresentados dados históricos do século XIX em relação à mulher brasileira para que se possa buscar uma compreensão sobre o motivo do surgimento de uma revista direcionada ao público feminino nessa época, bem como para procurar entender o porquê da escolha dos textos para publicação nessa revista. Neste mesmo capítulo será feito um contraste entre a mulher brasileira e a mulher europeia daquele período para que se possa compreender as diferentes conquistas femininas na Europa e no Brasil, e também será feito um esboço do surgimento da imprensa feminina no Brasil. No segundo capítulo, o *Jornal das Senhoras* será apresentado, e também será exposto um breve panorama das narrativas ficcionais que foram publicadas nessa revista. No terceiro capítulo, será apresentado um histórico do Romantismo, o qual fornecerá dados para a interpretação das narrativas selecionadas para esse estudo. No último capítulo, será feita a interpretação dos ensaios e das narrativas ficcionais selecionadas para este trabalho.

2. A MULHER BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

2.1 A condição feminina no Brasil, no século XIX: contextualização histórica

No início do século XIX, a condição da mulher se assemelhava à de escrava. As mulheres raramente podiam sair sozinhas para ir à igreja ou visitar seus parentes. Grande parte do seu tempo, elas ficavam dentro de casa, vestidas em camisolões, entretidas com as suas mucamas.

De acordo com Ubiratan Machado (2001, p.255), em seu texto “A mulher e a vida literária”, a rua e as seduções que ela trazia podiam ser observadas apenas pelas venezianas das janelas. Desse modo, o que restava ao sexo feminino era ficar em casa conversando e sonhando, ou tocando romances e modinhas no piano, já que poucas sabiam ler, tornando a situação da mulher ainda pior.

Ler era considerado perigoso para as mulheres porque “ainda vigorava a mentalidade de que “letras e tretas” só serviam para atrapalhar a mulher. Se fosse analfabeta, ótimo. Para as que aprendiam a ler, muitas delas contrariando a orientação doméstica, bastava a leitura do missal.” (MACHADO, 2001, p.256) Se ler já era considerado perigoso, escrever era muito pior, já que assim as mocinhas podiam grafar bilhetes aos seus pretendentes, ameaçando a paz e a integridade da família patriarcal e pondo em risco a autoridade paterna. Pior ainda era a mulher escrever e publicar textos assinados, isso era considerado, nas palavras de Machado (2001, p.256), “um atentado à honra”, já que tanto o nome da mulher, quanto sua pessoa, devia se manter dentro do lar.

Muitos depoimentos de autores que estiveram pelo Brasil no século XIX, descrevem a carência de instrução das mulheres, destacando a ignorância, má aparência e frivolidade que predominava entre elas. Um desses autores foi John Luccock que viveu no Brasil entre 1808 e 1818. Em um de seus registros, ele relata os limites da alfabetização feminina: “Estava assentado que o saber ler para elas não deveria ir além do livro de rezas, pois que isso lhes seria inútil, nem tão pouco se desejava que escrevessem a fim de que não fizessem, como sabiamente se observava, um mau uso dessa arte.” (Luccock, 1975, p.75)

Outro observador da vida brasileira foi o pintor Debret, que esteve no país entre 1816 e 1831. Debret descreve o desmazelo em face da educação feminina:

Desde a chegada da Corte ao Brasil tudo se preparara mas nada de positivo se fizera em prol da educação das jovens brasileiras. Esta, em 1815, se restringia, como antigamente, a recitar preces de cor e a calcular de memória sem saber escrever nem fazer as operações. Somente o trabalho de agulha ocupava seus lazes, pois os demais cuidados relativos ao lar são entregues sempre às escravas. (Debret, 1816, p.361)

O pintor também narra as formas que as moças encontravam para burlar a vigilância paterna:

Pais e maridos favoreciam essa ignorância a fim de destruir pela raiz os meios de correspondência amorosa. Essa precaução, tão nociva aliás ao desenvolvimento da instrução, levou as brasileiras a inventarem uma combinação engenhosa de interpretação simbólica das diferentes flores, construindo uma linguagem. (Debret, 1981, p.361)

O Brasil que Luccock e Debret nos apresentam é ainda a colônia portuguesa. No entanto, mesmo com a proclamação da Independência a situação permanece a mesma no que diz respeito à cultura feminina. Esse fato pode ser confirmado pelas palavras dos naturalistas Elizabeth e Louis Agassiz que estiveram pelo Brasil rural entre 1865 e 1866, e registraram em sua obra *Viagem ao Brasil: 1865-1866*:

Pouca coisa tenho também a dizer sobre a escola para meninas. Em geral, no Brasil, pouco se cuida da educação das mulheres, o nível de ensino das escolas femininas é pouquíssimo elevado; mesmo nos pensionatos frequentados pelas filhas das classes abastadas, todos os professores se queixam de que lhes retiram as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a se desenvolver. [...] Habitualmente, porém, salvo uma ou duas matérias bem estudadas, francês e música, a educação das jovens é pouco cuidada e o tom geral da sociedade disso, se ressentido. (Agassiz e Cary, 1975, p.277)

Elizabeth e Louis Agassiz ainda registram mais sobre a precariedade da vida cultural acessível à população feminina brasileira:

Efetivamente, nunca conversei com as senhoras brasileiras com quem mais de perto privei no Brasil sem delas receber as mais tristes confidências acerca de sua existência estreita e confinada. Não há uma só mulher brasileira, que, tendo refletido um pouco sobre o assunto, não se saiba condenada a uma vida de repressões e constrangimento. Não podem transpor a porta de sua casa, senão em determinadas condições, sem provocar escândalo. A educação que lhes dão, limitada a um conhecimento sofrível de Francês e Música, deixa-as na ignorância de uma multidão de questões gerais: o mundo dos livros lhes está fechado, pois é reduzido o número de obras portuguesas que lhes permitem ler, e menor ainda o das obras a seu alcance em outras línguas. Pouca coisa sabem da história de seu próprio país, quase nada da de outras nações, e nem parecem suspeitar que possa haver outro credo religioso além daquele que domina no Brasil; [...]. Em suma, além do círculo estreito da existência doméstica, nada existe para elas. (Agassiz e Cary, 1975, p.278)

Além de esses autores criticarem a demora que as mulheres sofriam para integrarem-se ao horizonte da cultura elevada, eles também criticavam as leituras que eram destinadas ao público feminino, desaprovando desse modo, a tendência de as mulheres lerem o que eles chamavam de “romances açucarados” e folhetins tolos. De acordo com Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1998, p.245), em sua obra *A Formação da Leitura no Brasil*, essas afirmações críticas mostram que “o universo de leitura da mulher brasileira é dos mais

restritos, no que, aliás, se afina bastante à sociedade em que vive. Ilustrada na maioria dos casos, a mulher brasileira faz parte de um mundo para o qual o livro, a leitura e a alta cultura não parecem ter maior significado”.

Na visão de Louis Agassiz e Elizabeth Cary, a responsabilidade para a pouca motivação que as mulheres brasileiras tinham pelo livro e pela literatura era dos homens, pois eles destinavam a elas aqueles textos insossos e de cunho moralista:

Estávamos um dia numa fazenda, quando avistei um livro em cima de um piano. Um livro é coisa tão rara nos aposentos ocupados pelas famílias que fiquei curiosa em saber qual seria o conteúdo dele. Era um romance, e, ao virar-lhe as páginas, veio o dono da casa e disse em alta voz que aquela não era uma leitura conveniente para mulheres. – “Aqui está (entregando-me um pequeno volume) uma excelente obra que comprei para minha mulher e minhas filhas.” Abri o precioso volume, era uma espécie de tratado moral, cheio de banalidades sentimentais e de frases feitas em que reinava um tom de condescendência e proteção à pobre inteligência feminina, porquanto, apesar de tudo, as mulheres são mães dos homens e exercem um pouco de influência sobre sua educação. Após essa mostra do alimento intelectual que lhes ofereciam, não me poderia admirar que a esposa e as filhas do nosso anfitrião demonstrassem um gosto dos mais moderados pela leitura. Nada impressiona tanto o estrangeiro como essa ausência de livros nas casas brasileiras. (Agassiz e Cary, 1975, p.278)

Elizabeth e Louis complementam sua ideia explicando que mesmo as mulheres instruídas encontram dificuldades para o seu desenvolvimento intelectual, pois não possuem contato com o mundo exterior tornando assim, os seus prazeres mesquinhos:

Se o pai exerce uma profissão liberal, tem pequena biblioteca de tratados de medicina ou direito; mas não se veem os livros espalhados pela casa como objetos de uso constante; não fazem parte das coisas de necessidade corrente. Repito que há exceções; lembro-me de ter encontrado, no quarto duma jovem senhora cuja família nos dera afetuosa hospitalidade, uma biblioteca bem escolhida das melhores obras de história e literatura, em francês e alemão; mas foi o único exemplo desses que encontramos durante um ano de permanência no Brasil. Mesmo quando as brasileiras receberam os benefícios da instrução, há, em sua existência doméstica, tanta compressão, tão pouco estão em ligação com o mundo exterior, que isso basta para por obstáculo a seu desenvolvimento intelectual; seus prazeres são tão mesquinhos e raros como seus meios de instrução. (Agassiz e Cary, 1975, p.279)

Para Louis e Elizabeth, nas casas brasileiras existe uma ausência de educação doméstica para as mulheres. Isso se dá, na opinião dos autores, em consequência do contato com os criados negros. Para eles, o contato com a grosseria e os vícios dos criados é de resultados nocivos:

Além do vício dos métodos de ensino, há também uma ausência de educação doméstica profundamente entristecedora: é a consequência do contato incessante com os criados pretos e mais ainda com os negrinhos que existem sempre em quantidade nas casas. Que a baixaza habitual e os vícios dos pretos sejam ou não

efeito da escravidão, inegável é que existem; e é estranho ver pessoas, aliás cuidadosas e escrupulosas em tudo o que se refere aos filhos, deixarem-nos constantemente na companhia de seus escravos, vigiados pelos mais velhos e brincando com os moços. Isso prova quanto o hábito nos torna cegos mesmo para os perigos mais evidentes, um estrangeiro vê logo os perniciosos resultados desse contato com a grosseria e o vício; os pais não o percebem. (Agassiz e Cary, 1975, p.279)

Se na visão de viajantes estrangeiros e cronistas que andaram pelo Brasil no século XIX, a leitura das mulheres era fraca e considerada baixa literatura, na perspectiva dos escritores românticos brasileiros, como explica Lajolo e Zilberman (1998, p. 248), a condição da leitura feminina não é assim tão irremediável, grave, precária e culturalmente insatisfatória. Em vários contos, romances e poemas, as moças são finamente educadas, principalmente se pertencentes à classe superior, como por exemplo, a personagem Emília, da obra *Diva*, de José de Alencar:

Tinha desde tenros anos o espírito mais cultivado do que faria supor o seu natural acanhamento. Lia muito, e já de longe penetrava o mundo com olhar perspicaz, embora através das ilusões douradas. Sua imaginação fora a tempo educada: ela desenhava bem, sabia música e a executava com mestria, excedia-se em todos os mimosos labores de agulha, que são prendas da mulher. (Alencar apud Lajolo & Zilberman, 1998, p. 248)

No romance *Dom Casmurro*, Lajolo e Zilberman (1998, p. 250) explicam que, desde criança, Capitu demonstra facilidade para aprender e interesse pelo conhecimento:

Ainda assim, estou que aprenderia facilmente pintura, como aprendeu música mais tarde. Já então namorava o piano da nossa casa, velho traste inútil, apenas de estimação. Lia os nossos romances, folheava os nossos livros de gravuras, querendo saber das ruínas, das pessoas, das campanhas, o nome, a história, o lugar. (Machado de Assis apud Lajolo & Zilberman, 1998, p.250)

Lajolo e Zilberman (1998, p. 252) elucidam que muitas vezes os livros e leituras se transformam em um elo entre os amantes que, ao compartilhar preferências literárias, demonstram o afeto mútuo de um pelo outro. Nesses casos, os narradores apresentam cenas de prática de leitura, em que o enamorado lê trechos de algumas obras para a sua amada, e essa formula comentários maduros sobre os autores e as obras. Para exemplificar, Lajolo e Zilberman (1998, p. 252) citam um trecho da obra *Lucíola*, de José de Alencar em que:

Escolhi outro livro para distraí-la; li o *Atala* de Chateaubriand, que ela ouviu com uma tenção religiosa. Chegando a essa passagem encantadora em que a filha de Lopes declara ao jovem selvagem que nunca será sua amante, embora o ame como à sombra da floresta nos ardores do sol, Lúcia pousou a mão sobre os meus olhos dizendo-me:

- Não podíamos viver assim?

-Atala tinha um motivo para resistir, Lúcia!

- E eu não tenho?

- Ela obedecia a um voto; e a virgindade lhe servia de defesa.

Lúcia respondeu-me arrebatadamente:

- Alguns espinhos que cercam a rosa, valem o veneno de certas flores? Um voto é coisa santa; mas a dor da mãe que mata seu filho é terrível.

- Não te entendo.

Ela demorou um instante o seu olhar ardente sobre mim, e murmurou abaixando as longas pálpebras:

- Quer dizer que se eu fosse Atala, poderia perder a minha alma para dar-lhe a virgindade que não tenho; mas o que eu não posso, é separar-me deste corpo! (Alencar apud Lajolo e Zilberman, 1998, p. 252)

Desse modo, Lajolo e Zilberman (1998, p. 254) esclarecem que parece existir um aparente desencontro entre o testemunho direto dos viajantes e cronistas com o que os textos ficcionais sugerem. Porém, esse desencontro não é completo. Se algumas das personagens femininas dessas narrativas ficcionais apreciam autores ilustres como Chateaubriand, elas também admiram autores considerados menores e tidos por pouco recomendáveis. Assim sendo, Lajolo e Zilberman (1998, p. 254) afirmam que os romancistas românticos brasileiros evitam as imagens que poderiam denegrir as personagens femininas, como as que denunciam a ignorância, o embrutecimento e a opressão doméstica da mulher, e desse modo conseguem abolir do texto o quadro que tanto causava escândalo na época, principalmente aos estrangeiros.

Através dessa atitude, como Lajolo e Zilberman (1998, p. 255) enfatizam, os romancistas brasileiros elevavam o público feminino para torná-lo mais sofisticado do que realmente era. Desse modo, por um lado o romance aclama o seu público pelo que ele era, aprovando e estimulando os seus gostos literários que eram tão criticados pelos intelectuais da época, e por outro lado, inclui a essas preferências a seleção de obras e autores considerados de alto prestígio. Ao invés de esses autores denunciarem as condições de existência da mulher no século XIX, eles embelezam a situação criando histórias com personagens femininas bem educadas, finas e que são capazes de trocar opiniões em pé de igualdade com os homens.

Ao que parece, através da fantasia, a literatura esboça uma utopia para as mulheres brasileiras do século XIX, que é desafiar o universo masculino. Como Lajolo e Zilberman (1998, p. 255) esclarecem:

É como se, ao contrário dos viajantes e cronistas europeus e brasileiros, os romancistas aceitassem o gosto artístico e os hábitos mundanos das personagens femininas, reproduzindo preferências de leitura e atitudes da moda, mas atrelando-as algumas vezes a escolhas literárias e comportamentos menos convencionais, o que confere às obras perspectiva mais avançada, se comparadas com os parâmetros morais daquele tempo.

Luis Filipe Ribeiro (1996, p. 113), na obra *Mulheres de papel. Um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*, também nos esclarece que, apesar de muitas personagens femininas dos romances brasileiros do século XIX serem mulheres leitoras, inteligentes e que defendem as suas ideias em diálogos com os homens, elas acabam reforçando os papéis de boas esposas e mães, vigentes na época, e terminam por se sujeitarem aos homens. Nessa sujeição, é o marido trabalhador que sustenta o luxo da mulher ociosa, como no caso de D. Matilde, tia de Emília, da obra *Diva*, de José de Alencar: “D. Matilde é casada com um irmão de Duarte. Seu marido vive constantemente na fazenda, trabalhando para tirar dela os avultados rendimentos necessários ao luxo que sua família ostenta na Corte.” (Alencar apud Ribeiro, 1996, p. 113) Essa passagem deixa claro que a mulher, no ócio, gasta a fortuna que o marido arduamente conquista com o fruto do seu trabalho.

Na mesma obra temos o que seria uma falha materna. De acordo com Ribeiro (1996, p. 116), a mãe de Julinha, prima de Emília, teria empurrado a sua filha para o mundo, quando a sua destinação teria sido a família:

E Julinha, a flor exale da sua fragrância, tomava a defesa da prima, e fazia com uma doce melancolia o elogio daquele suave matiz de pudicícia, que ela, mísera, tão cedo perdera. Ouvindo-a, eu me sentia atraído para essa boa alma, que Deus tinha feito para a família e a mãe desterrara para o mundo. (Ribeiro, 1996, p. 116)

No caso de Aurélia, protagonista de *Senhora*, como explica Ribeiro (1996, p. 182), ao ter conhecimento de economia e do jogo jurídico ela perde a sua feminilidade, ou seja, o conhecimento de tais aspectos é de domínio masculino.

Quem observasse Aurélia naquele momento, não deixaria de notar a nova fisionomia que tomara o seu belo semblante e que influía em toda sua pessoa. Era uma expressão fria, pausada, inflexível, que jaspeava sua beleza, dando-lhe quase a gelidez da estátua. Mas no lampejo de seus grandes olhos pardos brilhavam as irradiações da inteligência. Operava-se nela uma revolução. O princípio vital da mulher abandonava o seu foco natural, o coração, para concentrar-se no cérebro, onde residem as faculdades especulativas do homem. [...]
Era realmente para causar espanto aos estranhos e susto a um tutor, a perspicácia com que essa moça de dezoito anos apreciava as questões mais complicadas; o perfeito conhecimento que mostrava dos negócios, e a facilidade com que fazia muitas vezes de memória, qualquer operação aritmética por muito difícil e intrincada que fosse. (Alencar apud Ribeiro, 1996, p. 116)

Ribeiro (1996, p. 151) ainda afirma que por mais que a personagem feminina se mostre resistente ao seu pretendente ou queira ser superior ao marido, ao final do romance ela se torna submissa ao poder e domínio masculino, situação de Aurélia, do romance *Senhora*:

- Pois bem, agora ajoelho-me eu a teus pés, Fernando, e suplico-te que aceites meu amor, este amor que nunca deixou de ser teu, ainda quando mais cruelmente ofendia-te. [...]
- Aquela que te humilhou, aqui a tens abatida, no mesmo lugar onde ultrajou-te, nas iras de sua paixão. Aqui a tens implorando seu perdão e feliz porque te adora, como senhor de sua alma. (Alencar apud Ribeiro, 1996, p. 182)

De acordo com Ingrid Stein (1984, p. 58), em sua obra *Figuras Femininas em Machado de Assis*, a maioria das uniões conjugais nas obras de Machado de Assis é insatisfatória, e que é impressionante o conformismo das mulheres diante de seus casamentos desastrosos. Essa constatação de Stein pode ser estritamente vinculada a condição de D. Benedita, protagonista do conto “D. Benedita”, já que o marido está distante por dois anos e meio e ela não toma nenhuma atitude para ficar próxima a ele. Acomoda-se a sua condição de esposa e aceita passivamente a ausência do marido.

Apesar desse distanciamento conjugal, D. Benedita nutre certo devotamento ao seu marido, como podemos comprovar na passagem em que se dá durante seu aniversário, na qual Leandrinho faz um brinde ao desembargador Proença:

Bebamos a alguém que está longe, muito longe, no espaço, mas perto, muito perto, no coração de sua digna esposa: - bebamos ao ilustre desembargador Proença. A assembleia não correspondeu vivamente ao brinde; e para compreendê-lo basta ver o rosto triste da dona de casa. [...] D. Benedita, não podendo conter-se, deixou rebentarem-lhe as lágrimas, levantou-se da mesa, retirou-se da sala. [...] Eulália pediu a todos que continuassem, que a mãe voltava já. – Mamãe é muito sensível, disse ela, e a ideia de que papai está longe de nós... [...] D. Benedita não podia ouvir falar do marido sem receber um golpe no coração e chorar logo [...] – Pois era a coisa mais natural, explicou o sujeito, porque ela morre pelo marido. (Assis, 2013, p.2)

Stein (1984, p. 58) explica que um ponto que chama atenção nas obras de Machado de Assis é a relação das mesmas com a realidade da época, “no que diz respeito à subordinação da mulher ao homem dentro do matrimônio”. Podemos perceber essa relação de subordinação em Mariana, protagonista do conto “Capítulo dos chapéus”, no que concerne a sua intelectualidade, afinal, foi devido à explicação do marido em relação ao chapéu que ele usava que foi desencadeado em Mariana o sentimento de querer obter liberdade:

A escolha do chapéu não é uma ação indiferente, como você pode supor; é regida por um princípio metafísico. [...] O princípio metafísico é este: - o chapéu é a integração do homem, um prolongamento da cabeça, um complemento decretado *ab aeterno*; ninguém o pode trocar sem mutilação. É uma questão profunda que ainda não ocorreu a ninguém. Os sábios têm estudado tudo desde o astro até o verme, ou, para exemplificar bibliograficamente, desde Laplace... Você nunca leu Laplace? [...] Mariana venceu-se afinal, e deixou a mesa. Não entendera nada daquela nomenclatura áspera nem da singular teoria; mas sentiu que era um sarcasmo, e, dentro de si, chorava de vergonha. (Assis, 2013, p.3)

Ela decide então passear com uma amiga, mas ao se ver rodeada de pessoas, aturdida pelo movimento das ruas, e incomodada pela presença de um ex namorado, Mariana busca ansiosamente retornar ao lar para encontrar o sossego de sempre:

Mariana sentia-se opressa: a presença de um tal homem atava-lhe os sentidos, lançava-a na luta e na confusão. [...] De memória contemplava a casa, tão sossegada, tão bonitinha, onde podia estar agora, como de costume, sem os safanões da rua, sem a dependência da amiga... [...] A alma de Mariana sentia-se cada vez mais dilacerada de toda essa confusão de coisas. Perdera o interesse da primeira hora; e o despeito, que lhe dera forças para um vôo audaz e fugidio, começava a afrouxar as asas, ou afrouxara-as inteiramente. E outra vez recordava a casa, tão quieta, com todas as coisas nos seus lugares, metódicas, respeitosas umas com as outras, fazendo-se tudo sem atropelo, e principalmente, sem mudança imprevista. [...] Só pedia a Deus que as horas andassem depressa. (Assis, 2013, p.7)

Ao ler o trecho acima, podemos concluir que podem existir efeitos desagradáveis para aquelas mulheres que extrapolam de forma exagerada os limites internos da casa. Como Stein (1984, p. 23) explica, no século XIX, as atividades ligadas estritamente à casa eram destinadas à mulher, enquanto ao homem eram destinadas as atividades fora do âmbito caseiro, o homem era “ o elemento móvel, militante renovador; a mulher, o conservador, o estável, o de ordem”. Ao retornar a casa, Mariana sente-se segura ao voltar a desempenhar seu papel de dona de casa e inclusive retira a culpa do marido pela discussão e a coloca nela mesma:

A casa estava perto; à medida que ia vendo as outras casas e chácaras próximas, Mariana sentia-se restituída a si mesma. Chegou finalmente; entrou no jardim, respirou. Era aquele o seu mundo. [...] Depois de uma manhã inteira de perturbação e variedade, a monotonia trazia-lhe um grande bem, e nunca lhe pareceu tão deliciosa. [...] Uma vez despida, pensou outra vez na briga com o marido. Achou que, bem pesadas as coisas, a principal culpa era dela. Que diabo de teima por causa de um chapéu, que o marido usara há tantos anos? Também o pai era exigente demais... (Assis, 2013, p.10)

Pode-se perceber que mesmo que essas personagens femininas desafiem o universo masculino, os escritores dessas obras acabam confirmando a ideologia patriarcal “que favorece a dominação do homem sobre a mulher, por intermédio do casamento e da dedicação ao lar e à família. Sob este aspecto, as obras representam a prática em vigor e, ao evitar contestá-la, acabam por reforçá-la.” (Lajolo e Zilberman, 1998, p. 256) No todo da obra, por melhor que fosse a educação da personagem feminina, ela era por fim direcionada à ocupação do papel de esposa e mãe, realizando as tarefas que esses papéis exigiam.

2.2 A mulher brasileira e a mulher europeia

Enquanto no Brasil do século XIX as mulheres não tinham liberdade de ir e vir para onde quisessem e tinham suas leituras controladas, isso quando não viviam na completa ignorância das Letras, na Europa, já no século XVII iniciavam-se as discussões sobre a educação da mulher. Como Lajolo e Zilberman (1998, p. 237) esclarecem, era necessário preparar a mulher para assumir as funções domésticas de que a burguesia, nova classe emergente, carecia, uma dessas funções era a educação das crianças. Como a burguesia necessitava firmar as noções de lar e família, prepara a mulher para as novas tarefas.

Essas iniciativas em favor da educação da mulher europeia ecoam na esfera literária. Para se adaptar ao novo público, Lajolo e Zilberman (1998, p. 237) afirmam que os textos sofrem mudanças estruturais, e com isso surgem novos gêneros literários, mais prosaicos e com o emprego de expressões não tão elevadas. Intensificam-se as discussões sobre os riscos e as vantagens da leitura, afetando desse modo, a forma de produção e circulação da literatura, pois conteúdos de ordem ideológica e comercial começam a interferir no processo artístico.

Com a emergência do público feminino aumentam o número de obras em prosa que eram de leitura mais fácil do que os textos em verso. De acordo com Lajolo e Zilberman (1998, p. 237):

aparecem gêneros originais, de trama prolongada e atraente como o romance e o folhetim; priorizam-se enredos romanescos e de aventuras, herdeiros do *roman courtois*, mas dissociados da religião; enfatiza-se a apreensão dos comportamentos a partir de um ângulo interno, gerando a narrativa psicológica; e valoriza-se a personagem feminina enquanto protagonista de grandes amores.

Já a partir do século XVIII, ao se ter consumidoras de literatura, a questão da educação feminina adquire peso econômico, portanto, torna-se ponto de discussão o tipo de leitura a ser destinado ao público feminino. Assim sendo, Lajolo e Zilberman (1998, p.238) elucidam que gêneros e preferências foram condenados por produzirem supostos maus efeitos, e o gosto de ler passa a ser visto como vicioso, pois desviava a mulher das suas tarefas domésticas.

Dois fatores que contribuíram para a formação do público leitor feminino na Europa, e que foram responsáveis pela grande quantidade de mulheres romancistas na Inglaterra foram, de acordo com Marlyse Meyer (1993, p. 47), no texto “Mulheres romancistas inglesas do século XVIII e romance brasileiro”, as transformações ocasionadas pela Revolução Industrial e a constituição de uma classe média. Meyer (1993, p. 48) explica que a novidade dos artigos manufaturados e comercializados no mercado dispensou as mulheres de várias

tarefas domésticas. A família extensa aos poucos é substituída pela união conjugal, do qual a valorização do amor e da livre escolha se torna uma consequência, mesmo que ainda vinculado a interesses financeiros. Como resultado disso, aumenta o número de mulheres excluídas da proteção da grande família, forçadas a procurarem sozinhas o seu sustento em virtude da dificuldade em arranjar o aspirado casamento. De acordo com Meyer (1993, p. 48), esse novo lazer, que é a leitura, adquirido pelas mulheres é o que provoca a ascensão desse emergente público leitor, o qual aprecia o gênero mais fácil da ficção em prosa devido a sua cultura incipiente. Desse modo, por volta de 1740, surge na Inglaterra a *circulating library*, que permitia o aluguel do livro. O gabinete de leitura é adotado mais tarde pela França, que depois é introduzido também aqui no Brasil pelos primeiros livreiros, especialmente os de origem francesa.

Meyer (1993, p. 48) elucida que as mulheres inglesas passaram a não ser mais somente consumidoras das casas impressoras de então, mas também fornecedoras de romances, principalmente para a Minerva Press, da Inglaterra, pois elas eram conhecedoras do gosto por esse novo gênero literário. Trabalhar para essa casa impressora era, para as mulheres que necessitavam lutar pela sua sobrevivência, um modo de garantir o seu sustento. Por isso, de acordo com Meyer (1993, p. 48), muitas autoras se sujeitavam a escrever segundo temas e títulos indicados, e para isso nem era necessário ter muita imaginação, de tão redundante que era o modelo sempre oferecido. Meyer (1993, p. 49) afirma que essas mulheres leitoras e mulheres escritoras, que se enquadravam no âmbito das mulheres comuns, nem sempre conheciam a segurança de um lar, e estavam muitas vezes entregues aos perigos da Londres de então. Mas, segundo Meyer (1993, p. 49), foram essas mulheres comuns, noveleiras pouco significantes, que com certeza abriram o caminho para as escritoras fora do comum, como por exemplo, Jane Austen, Virginia Woolf, Charlotte Brontë e George Eliot.

Essa onda de romances na Europa, de acordo com Meyer (1993, p. 49), fez com que autoras francesas escrevessem romances traduzidos do inglês, e escritoras inglesas escrevessem romances traduzidos do francês. No entanto, a travessia desses romances foi muito mais longe, e desembocaram aqui no Brasil. Como Meyer (1993, p. 49) esclarece, obras de Fanny Burney, das irmãs Lee, Mrs. Inchbald, Opie, Radcliffe, Roche, Helme, e muitas outras chegaram de forma contínua aos livreiros que foram estabelecendo-se no Rio de Janeiro após a chegada da corte e a abertura dos portos, e então distribuindo-se pela província. A presença desses livros aqui no Brasil é fácil de constatar, segundo Meyer (1993, p. 49), basta que se verifiquem as listas que os numerosos livreiros iam anunciando nos jornais a

partir de 1810. Essas listas também integravam os catálogos das bibliotecas públicas que estavam sendo abertas, destacando-se, a partir de 1836, os diversos Gabinetes Reais Portugueses de Leitura, tanto na corte como na província.

O que é espantoso, no ponto de vista de Meyer (1993, p. 49), foi a importância que um ou dois romances passaram a ter aqui no Brasil, vindos do outro lado do oceano, entre os numerosos romances escritos por essas modestas noveleiras europeias, importância essa para a construção do imaginário e a formação de um público e romance brasileiros. Podemos verificar a importância que esses poucos romances adquiriam, através do depoimento de José de Alencar, em seu texto autobiográfico, *Como e por que Sou Romancista*, e através dele também podemos observar o universo da leitura feminina no Brasil, no século XIX:

Naquele tempo o comércio dos livros era como ainda hoje artigo de luxo; todavia, apesar de mais baratas, as obras literárias tinham menor circulação. Provinha isso da escassez das comunicações com a Europa, e da maior raridade de livrarias e de gabinetes de leitura [...]

Era eu quem lia para minha boa mãe, não somente as cartas e os jornais, como os volumes de uma diminuta livraria romântica formada ao gosto do tempo.

Nosso repertório romântico era pequeno; compunha-se de uma dúzia de obras, entre as quais primavam a *Amanda e Oscar*, *Saint-Clair das Ilhas*, *Celestina* e outros de que já não me recordo. Esta mesma escassez, e a necessidade de reler uma e muitas vezes o mesmo romance, quiçá contribuiu para mais gravar em meu espírito os moldes dessa estrutura literária, que mais tarde deviam servir aos informes esboços do novel escritor [...]

[...] Afora os dias de sessão [da reunião do Clube Maiorista, de que era secretário e Senador Alencar, pai do autor], a sala do fundo era a estação habitual da família.

Não havendo visitas de cerimônia, sentava-se minha boa mãe e sua irmã, D. Florinda, com os amigos que apareciam, ao redor de uma mesa redonda de jacarandá, no centro da qual havia um candeeiro [...] Dados os primeiros momentos à conversação passava-se à leitura e era eu chamado ao lugar de honra [...]

Lia-se até a hora do chá, e tópicos havia tão interessantes que eu era obrigado à repetição. Compensavam esse excesso, as pausas para dar lugar às expansões de auditório, o qual desfazia-se em recriminações contra algum mau personagem ou acompanhava de seus votos e simpatias o herói perseguido.

Uma noite, daquelas em que eu estava mais possuído do livro, lia com expressão uma das páginas mais comoventes da nossa biblioteca. As senhoras, de cabeça baixa, levavam o lenço ao rosto, e poucos momentos depois não puderam conter os soluços que rompiam-lhes o seio.

Com a voz afogada pela comoção e a vista empanada pelas lágrimas, eu também, cerrando ao peito o livro aberto, disparei em pranto, e respondia com palavras de consolo às lamentações de minha mãe e suas amigas.

Nesse instante assomava à porta um parente nosso, o Rev. Padre Carlos Peixoto de Alencar, já assustado com o choro que ouvira ao entrar. Vendo-nos a todos naquele estado de aflição, ainda mais perturbou-se.

- Que aconteceu? Alguma desgraça? Perguntou arrebatadamente.

As senhoras, escondendo o rosto no lenço para ocultar do Padre Carlos o pranto, e evitar os seus remoques, não proferiram palavra. Tomei a mim responder:

- Foi o pai de Amanda que morreu! disse-lhe mostrando-lhe o livro aberto [...]

Foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é entre todas a de minha predileção [...] creio que ninguém contestará a influência das primeiras impressões. (Alencar, 1964, p.14)

Meyer (1993, p. 50) esclarece que na Europa, essas novelas possuíam um estatuto confuso, já que, por exemplo, *Amanda e Oscar* e *Sinclair das Ilhas* entravam no clássico *Popular Novel*, de Thompkins, ou então no *Fiction for the Working Man*, de Louis James, bem como nos mais sofisticados manuais oficiais, “embora seu destinatário explícito fosse toda aquela massa indistinta que compunha os/as leitoras da popular Minerva Press, uma das primeiras casas impressoras a enveredar no que seria o caminho da indústria cultural.” (Meyer, 1993, p. 50) No entanto, com o tempo, a diferença entre má e boa literatura foi se estabelecendo. De acordo com Meyer (1993, p. 52), a literatura popular foi caracterizada como má literatura, em um processo semelhante ao que se veria mais tarde com o romance folhetim. Porém no Brasil, Meyer (1993, p. 52) afirma que, na situação de carência cultural do período, quando a ficção estrangeira chega, ficção essa que não equivale a uma literatura local que reflita a própria realidade, ela parece ser acolhida positivamente, sem imprecisão, como um dos vários produtos civilizatórios que chegam da Europa, já que a sociedade brasileira experimentava mudanças progressivas e se modernizava a partir das ideias, hábitos e produtos ingleses. (VASCONCELOS, 2009). Assim sendo, Meyer (1993, p. 52) enfatiza que “as listas dos livreiros, geralmente sob a rubrica “moderníssimas novelas” ou “novelas recentemente traduzidas do francês” (língua mediadora), incluem indiscriminadamente “alta” e “baixa” literatura.”

De acordo com Meyer (1993, p. 53), tratar profundamente a questão da mulher e do romance no século XVIII seria uma tarefa complexa, pois estaria relacionado com a construção de um gênero ainda tímido, e também com o preconceito moral de tempos: “os perigos da imaginação, associados aos próprios padrões morais da época”, (Meyer, 1993, p. 53) já que uma jovem pura nunca teria lido romances e sua leitura seria perigosa para as moças. Segundo Meyer (1993, p. 53), esse novo gênero, o romance, traria a mulher como autora, como personagem central e como singular destinatária, mas também traria a perda de status para a autora desse gênero barateado devido a sua intensa comercialização pelas *circulating libraries*. Em consequência a esse fator que geraria a perda de status das mulheres escritoras, Meyer (1993, p. 53) explica que Fanny Burney, aristocrata, teria mantido negociações secretas com o seu editor para lançar a sua famosa obra *Evelina*, e Radcliffe teria apenas levantado seu anonimato após a segunda edição do seu terceiro romance, *The Romance of the Forest*, de 1791. Pelo lado oposto, Meyer (1993, p. 53) afirma que esse anonimato comum teria sido também esperteza comercial, já que muitas obras traziam a

assinatura *by a lady*, podendo até mesmo ser homem, para assim despertar a curiosidade do público leitor e se tornar garantia da necessária sensibilidade, evidentemente feminina.

Para poder falar dessas mulheres romancistas europeias, Meyer (1993, p. 53) enfatiza que é também preciso falar de um homem: Samuel Richardson, que foi fundador do romance inglês moderno, e que vai lançar as bases do que seria o modelo que essas mulheres escritoras seguiriam para a construção de suas obras:

O arquétipo da moderna Cinderela, pelo velho padrão do romance grego, repensado pela Revolução Industrial: as mil vicissitudes da mocinha preservando até o epílogo, coroado pelo casamento, aquilo que é seu único bem, a virgindade, ameaçada por vil sedutor, de que o Lovelace, criado por Richardson, funda o estereótipo. Onde a “justiça poética” recompensa a virtuosa sem falhas e castiga sua escorregadela, ainda que esta tenha sido por efeito de drogas (*Clarissa*). O mesmo Richardson construiu o modelo do herói belo e virtuoso – olhos cor de violeta –, rico e *nobre*, uma contradição para um gênero que deve seu triunfo à ascensão da burguesia. Foram *Pamela*, ou *A Virtude Recompensada* (1740), *Clarissa Harlowe* (1748), *Sir Charles Grandison* (1753), matrizes de Rousseau e de todas as imitações que as mulheres romancistas farão século afora. Mas elas também estão associadas ao desabrochar dos novos gêneros romanescos que se desenvolvem pela década de 80, 90, os quais, ao sentimentalismo e didatismo correntes, agregam o novo gosto pela natureza, pelo velho (antiquarianismo): o romance gótico e o romance histórico. (Meyer, 1993, p. 54)

Ainda é propício levar em consideração a forma com que essas mulheres romancistas europeias conseguiram evidenciar as contradições de um século que se diz das luzes, “mas onde a razão não está separada de um sentimentalismo exacerbado, regado a lágrimas torrenciais, e aceita mascarar a revisão de valores a que obrigava a Revolução Industrial, principalmente a nova relação campo-cidade.” (Meyer, 1993, p. 54) Ou seja, o quadro corriqueiro desses romances eram as novas formas de exploração implícitas nas lindas mansões e nos castelos góticos que se erguiam, dos abastados proprietários de terras, perpetuando desse modo, “uma visão idílica e pastoral da vida rural.” (Meyer, 1993, p. 54) Segundo Meyer (1993, p. 54), essas romancistas, conservadoras, pregavam a ordem, a harmonia social e exaltavam a grandeza do trabalho dos mais humildes, porém, preservavam desse mesmo trabalho suas notáveis heroínas, e ao fazer isso, essas romancistas conseguem dissimular nas suas ficções o pânico das classes dominantes.

Importante sabermos quem de fato foram essas mulheres romancistas europeias, as quais produziram muitos dos romances lidos posteriormente pelas mulheres brasileiras. De acordo com Meyer (1993, p. 56), elas eram geralmente procedentes da classe média ou da pequena aristocracia, e muito raramente das classes populares. Algumas dessas romancistas, Meyer esclarece que (1993, p. 56) escreviam por prazer e vocação, como é o caso de Mrs. Radcliffe. Outras tinham ideias a defender, como por exemplo, a irlandesa Mary Edgeworth.

Porém, geralmente elas eram mães de família, solteironas, governantas ou professoras, que devido a suas limitadas posses eram obrigadas a lutarem sozinhas pelo seu sustento. De certa forma, como Meyer (1993, p. 58) enfatiza, se escrever romances não trouxe fortuna a essas mulheres, principalmente para as mulheres inglesas, ao menos foi um ganha pão garantido a elas, especialmente “quando tinham a sorte de serem recrutadas como fornecedoras da famosa Minerva Press, que representou os albores da indústria cultural.” (Meyer, 1993, p. 58)

Apesar de alguns periódicos, como a *Edinburg Review*, criticarem a produção ficcional comercial dessas mulheres, Meyer (1993, p. 58) explica que de modo geral, a crítica era bastante complacente com essas romancistas e com suas obras, as quais eram consideradas por muitos como à margem da literatura, e que apesar disso, eram lidas por quase todos. Essa crítica, na maior parte das vezes masculina, via na mulher e no seu romance um componente civilizador e educativo para o homem criado na rudeza dos costumes ingleses. Desse modo, na Inglaterra o romance funcionou como forma de policiamento. De acordo com Meyer (1993, p. 58), podemos pensar que também da mesma forma teria funcionado junto às “gentis leitoras” da corte brasileira, que:

Recém-chegadas da roça, onde, como lembra o velho tio da *Rosa* (romance de Macedo), se liam as belas façanhas de Carlos Magno e não esses “romances modernos” que iriam dar más ideias às mocinhas; podemos ver em Ambrosina (heroína de *Sinclair das Ilhas*) e em Amanda modelos civilizatórios para as mocinhas que, como a prima Maria Benedita (*Quincas Borba*), se iniciam à leitura. Admira-se também nas mulheres romancistas sua capacidade em “cumprir a função da fábula [...]: ilustrar uma verdade moral”; o que elas cumprem com tal seriedade que muitas vezes coram o desfecho com um quase sermão. (Meyer, 1993, p. 58)

Essas romancistas, como Meyer (1993, p. 58) explica, estando conscientes da dimensão e das poucas letras de seu público, assim como das suas também, escreviam unicamente com seu instinto e com sua sensibilidade, que era a palavra-chave daquele tempo. Os seus romances eram “um misto de sensibilidade, sentimentalismo, moralismo didático, moral e recato, que continuam a imperar mesmo quando se instalam suspenses, sustos e sadismos dos vilões do romance gótico.” (Meyer, 1993, p. 60) Tudo isso era regado a muitas lágrimas, em virtude dos temas recorrentes: “educação, criação de filhos, amor entre religiosos (conflito ou sátira), pesado destino da mulher casada, drama das solteironas, sofrimento da governanta, necessidade de *princípios* (*Jane Eyre*), expectativas e imprescindível virtude das mocinhas casadoiras, a young lady.” (Meyer, 1993, p. 60)

Mesmo que a heroína desses romances, que é sempre perseguida, percorra vários quilômetros, Meyer (1993, p. 61) esclarece que não é mais um espaço livre e aventureiro

percorrido, por exemplo, por Moll Flanders ou Manon Lescaut, mas sim um espaço limitado a um círculo reduzido, o de natureza familiar. Segundo Meyer (1993, p. 61) “a ação da novela percorre um movimento alternadamente centrífugo e centrípeto, em torno de um centro ideal que subentende um lar ideal, cuja efetivação é o alvo da enredada e redundante trama.”

Nesses romances, Meyer (1993, p. 61) afirma que o gestual é forte e expressivo, pois sempre se encontra uma personagem que se ajoelha ao pé de outra, ou que torce fervorosamente as mãos, que suspira, soluça e treme. Muitos homens e mulheres caem e rolam no chão, patéticos, desesperados, gratos e comovidos. De acordo com Meyer (1993, p. 61), existe “toda uma exteriorização que tem que ver com as maneiras contemporâneas e prefigura o grande gênero teatral que, paralelamente a essa novela (com a qual tem relação umbilical), está se constituindo na virada do século: o melodrama. Gênero do excesso do real [...]”

Essas lágrimas que fluem copiosamente, desafogadamente e sem dissimulação, Meyer (1993, p. 62) aclara que são a marca visível do bom coração e da virtude desses personagens. Essas lágrimas de tristeza, de alegria, de gratidão e de paixão são o traço do sentimento e da sensibilidade. Como Meyer (1993, p. 62) explica, esta sensibilidade, que está sempre aliada a uma visão e uma proposta didática e moral, é constantemente reativada em frente a certas situações, também padronizadas, e sempre de cunho doméstico, como por exemplo, “uma ruptura no círculo familiar, morte, viagem etc; a recuperação após a doença; a volta do filho pródigo; a inocência da criança; o amor materno ou, falta grave, a *indiferença materna*, etc.” (Meyer, 1993, p. 62)

Sendo a mulher considerada o abrigo de pureza e de virtudes, cabe a ela, como afirma Meyer (1993, p. 67), ser educadora e auxiliar o homem a encontrar o caminho da virtude ao qual ele também almeja. Daí a importância atribuída à função didática e moralizadora da literatura de gabinete de leitura, já que exercia o papel de reprodutora de ideologia. De acordo com Meyer (1993, p. 67), é também como reprodutora de ideologia que essa literatura chegará no Brasil e com

a mesma função civilizadora, educadora e amaciadora de rústicos costumes, fascinando nossos patrícios pelo que vem de fora. O próprio ato repetitivo da leitura e/ou oitiva de tal avalanche redundante acaba sendo ao mesmo tempo fonte de fruição imaginativa e de aprendizagem, pelo grau de identificação e projeção que o acompanha. (Meyer, 1993, p. 67)

Meyer (1993, p. 68) ainda afirma que a maior parte dos romances dessas “mulheres comuns” segue um sistema padrão, numa repetição que os faziam parecer copiados a papel carbono, mas não se deve concluir uma mediocridade generalizada:

Sem esquecer a sedução do imaginário, entre a centena de repetidoras do útil estereótipo, há também aquelas que, dentro ou fora dele, foram inovando, anunciando os novos tempos. A nítida observação social que se encontra em *Evelina* de Fanny Burney, nos romances de *mrs. Opie* ou *mrs. Inchbald* vai certamente abrindo caminho para uma “mulher extraordinária”. (Meyer, 1993, p. 68)

Todo esse processo, ilustrado acima, pelo qual passou a mulher europeia, principalmente a mulher inglesa, demorou a chegar em terras de língua portuguesa. Lajolo e Zilberman (1998, p. 238) explicam que em 1740 verificam-se sinais de mudanças, sendo uma dessas mudanças a publicação do *Verdadeiro método de estudar*, de Luiz Antônio Verney, o qual foi editado na Itália em 1746. Segundo Lajolo e Zilberman (1998, p. 238), Verney reúne e difunde as novas ideias, as quais foram adotadas durante o governo do marquês de Pombal, comprometido em estimular o sistema capitalista e em fortalecer a classe burguesa. Verney defende a necessidade de se instruírem as mulheres, argumentando que, como mães de famílias são as primeiras mestras nos primeiros anos da vida de seus filhos. São elas que ensinam a língua e dão as primeiras ideias das coisas, elas governam a casa, e a direção do econômico fica na esfera de sua jurisdição.

Tendo em vista consolidar suas ideias e afirmando ser inspirado em Fénelon e outros filósofos, Verney recomenda um currículo que inclui “estudos de religião, história, economia doméstica, trabalhos manuais e prendas de salão, visando formar tanto ética, como praticamente a mulher e preparando-a para enfrentar os encargos do lar e da vida em sociedade, sendo este o âmbito da esfera pública que lhe é facultado.” (Lajolo e Zilberman, 1998, p. 239) Porém, de acordo com Lajolo e Zilberman (1998, p. 239), quando morre d. José, em 1777, cai Pombal e, junto com ele, os projetos de modernização de Portugal. Com isso, também fracassa a reforma educacional, estendendo-se o período de atraso daí resultante no Brasil, ao longo dos séculos XVIII e XIX, como podemos perceber através do testemunho de estrangeiros e brasileiros, trazendo reais consequências ao sistema literário.

2.3 O surgimento da imprensa feminina brasileira

A partir de 1840 a mulher brasileira começa a alcançar vitórias notáveis para abrandar a sua condição quase servil. Uma dessas vitórias, como explica Machado (2001, p. 256), foi a abertura das janelas da casa patriarcal. Podendo parar à janela e observar a vida do

lado de fora, as jovens podiam namorar quem quisessem, tramar fugas com seus amados, e adquiriam forças e astúcias para resistir às imposições paternas.

O Brasil também mudava do lado de fora da janela. Machado (2001, p. 256) explica que com a prosperidade interna e a consolidação de uma burguesia urbana que possuía muito dinheiro, que gostava de festas e era amiga dos prazeres e das artes, “um grande vento de renovação passa a soprar na sociedade brasileira, atirando para o entulho muita velharia e preconceito.” (Machado, 2001, p. 256) Muitas mulheres, as mais ousadas, já começavam a se projetar como escritoras, poetisas, jornalistas, passando a reivindicar direitos por meio da palavra escrita.

Na Corte, aumenta o número de escolas para meninas, que de acordo com Machado (2001, p. 256), não era mais um privilégio das moças aristocratas endinheiradas. Algumas dessas escolas eram excelentes, porém, a maioria era bastante deficiente, ensinando um pouco de comportamento social e um francês cambaleante. Nas palavras de Machado (2001, p. 256), essas escolas “preparavam as moças para a vida dos salões, despertavam o interesse pela poesia e a curiosidade pelo romance, porém nada mais ofereciam”. De acordo com Maria Amélia Teles (1999, p. 27), no seu livro *Breve história do feminismo no Brasil*, em vez da instrução propriamente dita, como escrita, leitura e contos, a principal característica dessas escolas femininas era a preparação para as atividades do lar, como por exemplo, os trabalhos de agulha. Em aritmética, por exemplo, às meninas cabia somente o aprendizado das quatro operações, pois se pensava que para nada lhes serviria o conhecimento da geometria. Teles (1999, p. 28) ainda explica que o número de escolas para meninas era muito menor que o número de escolas para meninos, no Rio de Janeiro, por exemplo, na metade do século XIX, existiam 17 escolas primárias para meninos e apenas 9 para meninas. Esse fator demonstra a discriminação da mulher em relação à educação.

Machado (2001, p. 257) afirma que o aumento de saraus e o crescimento do número de pianos nas residências foram também cruciais para a libertação da mulher, que começava a sair mais para as ruas. De acordo com Maria Fernanda Bicalho (1989, p. 82), no artigo “O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX”, com a promoção desses saraus noturnos, nas salas de visita ou salões das casas “a subjetividade oriunda da intimidade familiar foi traduzida e incorporada à esfera do público, ao espaço da opinião, comunicando-se consigo mesma, criando sua identidade”.

Podendo passar alguns momentos fora do ambiente doméstico, longe da vigilância absoluta do pai e do marido, Bicalho (1989, p. 82) esclarece que foi intensificada a presença

da mulher no espaço público das ruas, dos cafés, dos teatros, dos bailes e demais acontecimentos da vida social. Esse contato com o exterior, sobretudo através do consumo de bens culturais, como a imprensa, a literatura e o teatro, transformou não unicamente as condições materiais da vida feminina, mas fez com que as mulheres desenvolvessem novos ideais e novas aspirações.

Com a alfabetização feminina, Machado (2001, p. 257) esclarece que aumentou o número de jornais, bem como suas tiragens. Também surgiram as primeiras seções voltadas especialmente para o público feminino, como era o caso do romance folhetim. De acordo com Machado (2001, p. 257), a leitura desses romances, os quais possuíam heroínas capazes de cometer várias loucuras por amor, fez com que muitas moças se encorajassem a transferir atos da ficção para a vida cotidiana, como por exemplo, ser conivente com o seu próprio rapto. Machado (2001, p. 257) esclarece que o crescimento no número de raptos que pode ser observado na segunda metade do século XIX “está diretamente ligado à afirmação do romantismo entre nós, com suas rebeldias e seus sonhos generosos de liberdade, sua ousadia em defender o direito de amar e escolher o amado.” (Machado, 2001, p. 257)

No entanto, como Bicalho (1989, p. 83) afirma, não foi somente o apelo sentimental e introspectivo que auxiliou na conquista das mulheres como leitoras dos romances e folhetins. Bem antes de a mulher poder circular pelas ruas em busca de divertimentos, ela já fazia parte de um público leitor. De acordo com Bicalho (1989, p. 83), “entre agulhas, linhas, riscos de bordados, confecção de doces, aulas de piano e de dança, a literatura era permitida como forma de lazer e pela vigilância masculina.” Foi justamente as cestas de costura o local que primeiro acolheu o livro:

O momento de ler em voz alta, de coser e bordar, eram ocasiões de sensível significado para o fortalecimento da identidade feminina. Nestas oportunidades as mulheres se reuniam em volta de uma mesa, na sala ou no quarto de costuras, e a pretexto de ler, ouvir uma leitura em voz alta, copiar riscos e trabalhar com as agulhas, trocavam confidências, discutiam assuntos familiares, criavam, enfim, um elo de solidariedade feminina. (Werneck apud Bicalho, 1989, p. 83)

Nas palavras de Bicalho (1989, p. 83), essa grande quantidade de jornais e revistas dedicados à família e à mulher, surgidos em meados do século XIX, dividiram com o livro o espaço das cestas de costura. Porém, esses periódicos não apenas disseminaram os romances do período sob a forma de folhetins, mas ao serem dirigidos à família e principalmente à mulher, também tornaram possível o desenvolvimento de um espaço cultural, “no qual a subjetividade originada na esfera íntima da família foi cada vez mais tematizada, permitindo

um processo vivo de Iluminismo de um público feminino que lê e comenta tudo isso (e) tem aí a si mesmo como tema.” (Bicalho, 1989, p. 84)

A principal reivindicação dessa nascente imprensa feminina era a educação ou instrução da mulher, instrumento imprescindível para a sua racional emancipação. Bicalho (1989, p. 79) afirma que os argumentos que defendiam a educação da mulher questionavam a identidade feminina construída até aquele momento, a qual tinha como referência única o domínio familiar e doméstico e que possuía uma visão da maternidade como função biológica apenas. De acordo com Bicalho (1989, p. 79), junto a esse discurso vinha anexada uma tentativa de promoção da mulher no interior da família e no seio da sociedade. Ao valorizar o papel materno e reconhecer sua função formadora, a imprensa feminina conferiu à mulher um poder mais amplo no seio doméstico e ressaltou sua competência para a intervenção moralizadora dentro da sociedade. Nas palavras de Bicalho (1989, p. 80) “essa promoção da mulher serviu de ponto de apoio para a reivindicação de seus direitos sociais e políticos, para a conquista de um espaço até então identificado exclusivamente com o sexo masculino: o espaço público, domínio do trabalho e da política.”

Bicalho (1989, p. 80) explica que os jornais femininos, ao darem ênfase à questão educacional da mulher, começaram a estabelecer uma nova identidade para a mulher, a qual “mantinha uma permanente continuidade entre suas atividades familiares e domésticas e sua afirmação social.” (Bicalho, 1989, p. 80) A atuação das mulheres dentro da sociedade era considerada uma extensão de seus deveres no lar, assim sendo, o acesso delas à esfera pública devia corresponder à sua vocação natural. Desse modo, como Bicalho (1989, p. 80) aclara, a imprensa feminina revela para a mulher do século XIX:

um domínio de missão ao abrir um novo campo de atuação na propagação de normas e de uma moral que deveriam reger não só a família mas o conjunto da sociedade.

A nova identidade da mulher, no discurso da imprensa feminina, constituía-se portanto a partir de uma relação ambígua entre o desempenho do papel materno, papel marcado por um forte conteúdo relacional, e sua atuação individualizada na esfera pública. Ora privilegiando a representação tradicional da mulher enquanto esposa e mãe dedicadas, ora defendendo a afirmação de sua individualidade social e política, esse discurso vem permeado de ambiguidades e tensões. Ambiguidades e tensões vivenciadas pelas mulheres daquela época. (Bicalho, 1989, p. 80)

As mulheres daquele século mal começavam a sair de suas casas para o espaço público, e o seu isolamento não lhes permitia a livre comunicação com o mundo exterior. Devido a isso, como Bicalho (1989, p. 81) afirma, a literatura e a imprensa feminina têm muito de subjetivo e de registro da intimidade doméstica, o que fazia com que no momento da

publicação, transparecesse a busca consciente de um interlocutor e a tentativa de construção da identidade feminina.

Essa nova identidade da mulher, Bicalho (1989, p. 85) explica que, estava calcada na valorização da maternidade, pois a principal artimanha do discurso dos reformadores sociais do século XIX era a de que se constituía como dever materno a primeira educação dos filhos no lar. E é justamente esse discurso que será incorporado e discutido pela imprensa feminina. Porém, para que a mulher desempenhasse bem o seu papel materno, era necessário educá-la. Assim sendo, de acordo com Bicalho (1989, p. 81), entre os figurinos, as receitas culinárias, os moldes de trabalhos manuais, os conselhos de beleza, os contos e folhetins, os artigos que eram publicados nos jornais femininos defendiam a educação da mulher como condição de sua racional emancipação.

De acordo com Bicalho (1989, p. 88), o século XIX é de certa forma visto pela imprensa feminina como um período marcado pela decadência moral, resultante do materialismo, do egoísmo e da indiferença que ameaçam a organização e o desenvolvimento do país. Desse modo, a mulher sendo convenientemente instruída, seria a única com possibilidades de regenerar a sociedade, é por isso que os jornais femininos:

afirmam que a mulher instruída, ao ampliar a esfera limitada em que atua, ao ver permutados pela aquisição das ciências os conhecimentos acanhados a que se acha circunscrita, agiria no sentido de diminuir os adeptos dos vícios que corrompem a sociedade. Pois a sociedade moderna não educa a mulher exclusivamente para a glória e ornamento dos salões. [...] No século XIX está mais do que demonstrada a importância que a mulher tem na regeneração da sociedade. É no lar de família, que é a sociedade em miniatura, que pode e deve ser aproveitada a luz divina que a mulher recebeu de Deus, corroborada pelos benefícios da instrução. (Bicalho, 1989, p. 89)

São muitas as considerações da imprensa feminina no que concerne à importância da mulher para a família e para a sociedade. Porém, nas palavras de Bicalho (1989, p. 90), esse poder atribuído à mulher pela opinião pública do período em questão é uma faca de dois gumes, pois a mulher pode tornar-se fonte de ordem como também de desordem. Bicalho (1989, p. 90) esclarece que a integridade da família e a felicidade do marido e dos filhos passam a depender das atitudes da mulher, assim sendo, os destinos de cada um dos membros da família dependem dela. Esse discurso:

se por um lado tem como objetivo a elevação moral da mulher e um maior respeito pelos seus direitos na família e na sociedade, por outro visa a normatização do comportamento feminino. [...] O casamento e a maternidade, reformulados com a emergência do novo sentido que a família assume no correr do século XIX, impõe à mulher uma nova submissão, positiva no entender dos jornais femininos, diferente

daquela imposta pela autocracia marital, filha dos tempos coloniais, mas de qualquer forma normatizadora de sua conduta e reguladora de seus sentimentos. A emergência da família nuclear moderna, ao reforçar a importância do amor e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reconduz a mulher ao interior do espaço doméstico, onde seus deveres serão redobrados. (Bicalho, 1989, p. 91)

Bicalho (1989, p. 92) explica que a imprensa feminina valorizava a vida em família e condenava a vida em sociedade, pois a exagerada sociabilidade feminina e a opção pelos prazeres frívolos eram vistos como uma contínua ameaça à virtude das mulheres. A virtude era vista por esses jornais como o principal adorno da mãe de família, o qual se opunha ao luxo e aos adornos supérfluos que eram próprios da mulher mundana. Desse modo, nas palavras de Bicalho (1989, p. 92), a decência no modo de se vestir tornou-se fundamental na caracterização da mulher honesta:

Esse discurso da aparência vai ser utilizado como mais um dos instrumentos de controle e normatização do comportamento feminino, segundo o ideal da mulher virtuosa. [...] No entanto simplicidade no se vestir não quer dizer desordem e relaxamento. A renúncia ao luxo traduz-se, na visão da imprensa feminina, em renúncia ao exercício de sua vaidade e da valorização de seus predicados físicos no espaço público da rua. Ao contrário, no espaço privado do lar e da família, espaço que lhe é socialmente atribuído, a mulher deve guardar a graça e a correção no se vestir, “deve ser o encanto sem deixar de ser virtude”. O discurso da aparência recoloca portanto a mulher no espaço doméstico. É no lar que ela deve valorizar, através do vestuário, seus encantos físicos, renunciando ao público que a absorve e a corrompe. (Bicalho, 1989, p. 93)

A elaboração de uma nova identidade feminina refere-se principalmente à família e aos papéis de esposa e mãe. Mesmo que se possa observar, como Bicalho aclara (1989, p. 94), um processo de individualização da mulher e de valorização de sua trajetória e de seus projetos pessoais, a biografia feminina continua a girar em torno dos temas, casamento, família e maternidade. Mas por outro lado, a imprensa feminina, ao permitir um diálogo entre as mulheres, forjou uma consciência feminina, a qual se tornou circunstância indispensável ao seu acesso ao campo das reivindicações sociais e políticas:

Em outras palavras, os jornais femininos, ampliando a arena de representação da mulher, garantindo espaços sociais e públicos de atualização de valores e práticas ligados à sua vivência pessoal, proporcionaram sua afirmação enquanto sujeito. Através da defesa da singularidade do fato de ser mulher, permitiram uma reflexão sobre as representações culturais da identidade feminina na sociedade brasileira. Aquilo que até então era vivido como pessoal, individual e subjetivo, em razão do enclausuramento da mulher no espaço privado, ganhou ressonância ao ser discutido pela imprensa, instaurou-se como universal, próprio da condição feminina, transformando-se em discurso político. (Bicalho, 1989, p. 94)

3. O JORNAL DAS SENHORAS: PRIMEIRO PERIÓDICO BRASILEIRO PUBLICADO POR MULHERES E DIRECIONADO AO PÚBLICO FEMININO

A primeira publicação brasileira direcionada ao público feminino e escrita por mulheres foi uma revista literária: o *Jornal das Senhoras*. Essa revista foi fundada em 1º de janeiro de 1852, pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, no Rio de Janeiro. Esse periódico circulava aos domingos e possuía seções como moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica. Nas suas oito páginas com duas colunas, o público feminino podia encontrar, por exemplo, cartas, versos e traduções de artigos e narrativas ficcionais. De 1º de janeiro de 1854 em diante, a revista passa a se chamar *Jornal das Senhoras: Jornal da boa companhia*. Esse periódico foi inicialmente publicado na “Tipografia Parisiense”, localizada na Rua Nova do Ouvidor, nº 20. De março de 1852 em diante, o *Jornal das Senhoras* começou a ser publicado na “Tipografia Santos e Silva Junior” localizada na Rua da Carioca, nº 32 e de fevereiro de 1853 em diante, na “Tipografia do *Jornal das Senhoras*” de propriedade de G. Leuzinger e localizada na Rua do Ouvidor, nº 36. A partir de 5 de julho de 1853 a “Tipografia do *Jornal das Senhoras*” passa a ser localizada na Rua da Alfandega, nº 54. Porém, a permanência da tipografia nesse endereço foi breve, pois a partir de 21 de agosto de 1853 a “Tipografia do *Jornal das Senhoras*” passa a se situar na Rua do Cano, nº 165, onde permanece até o seu encerramento. A assinatura do *Jornal das Senhoras* era trimestral, contando-se os trimestres em janeiro, abril, julho e outubro. O preço da assinatura na corte era 3U000 rs, e para as províncias era 4U000 rs. Toda correspondência deveria ser dirigida em carta fechada à redatora em chefe para as casas dos Srs. Wallerstein e C, nº 70, A e F Desmarais, nº 86, Mongie, nº 87, todas situadas na Rua do Ouvidor. Em um aviso publicado no dia 31 de dezembro de 1854, as assinantes são informados de que o escritório do *Jornal das Senhoras* foi estabelecido na Tipografia do *Jornal das Senhoras*, desse modo, toda correspondência, reclamações e assinaturas deveriam ser enviadas a esse novo endereço, todos os dias úteis, das 7 horas da manhã até as 4 horas da tarde. A casa dos Srs. Wallerstein e C passaria a receber unicamente as assinaturas.

No artigo de abertura, publicado em 1º de janeiro de 1852, a diretora apresenta o objetivo editorial do *Jornal das Senhoras*: “propagar a ilustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”. No mesmo texto, intitulado “As nossas assignantes”, Joana questiona suas leitoras sobre que bicho de sete cabeças será uma senhora à frente da redação de uma revista. E ela mesma afirma que na

França, Inglaterra, Itália, Espanha, Estados Unidos e até mesmo em Portugal, existem muitas mulheres dedicadas à literatura e que colaboram em diferentes revistas. Desse modo, Joana defende a ideia de que a América do Sul não pode ficar estagnada em seus ideais, enquanto o mundo todo avança ao progresso. E assim, ela também convida as mulheres leitoras do *Jornal das Senhoras* para colaborarem com esse periódico:

Por ventura a America do Sul, ella só, ficará estacionaria nas suas idéas, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da Sociedade?

Ora! Não pode ser. A sociedade do Rio de Janeiro principalmente, Corte e Capital do império, Metropoli do sul d'America, acolherá de certo com satisfação e sympathia O JORNAL DAS SENHORAS redigido por uma Senhora mesma. [...]

Ei-nos pois em campanha; o estandarte da illustração ondula gracioso á briza perfumada dos Tropicos; acolhei-vos a elle, todas as que possuis uma faísca de intelligência, vinde. Confidente discreto das vossas producções literárias, ellas serão publicadas debaixo do anônimo; porém não temaes confiar-mo-las, nem temaes dar expansão ao vosso pensamento; se o possuis é porque é dom da Divindade e aquillo que Deus dá, os homens não o podem roubar.

No artigo “As nossas assignantes”, publicado no dia 18 de janeiro de 1852, podemos perceber que o número de assinantes do *Jornal das Senhoras* foi acima do esperado, pois como Joana afirma, a edição de figurinos vindos de Paris se esgotou por terem calculado um número que pensavam ser mais que suficiente, porém não o foi. Quando a revista chega ao seu quarto mês de publicação, Joana novamente escreve um texto com o título “As nossas assignantes”, especificamente no dia 4 de abril de 1852. Nesse texto, a redatora em chefe fala das dificuldades enfrentadas nesses primeiros meses de existência da revista, nos deixando claro que não era tarefa simples manter um periódico no século XIX, quanto mais um periódico escrito por mulheres e voltado ao público feminino:

As difficuldades, que encontramos no desempenho dos nossos deveres para convosco, e com as quaes ainda lutamos, forão muitas; não nos consentirão marchar segundo a nossa vontade e as nossas intenções, mas a todo o custo porem hemos superado pouco a pouco essas difficuldades, e agora contamos prosseguir mais tranquillias, podendo satisfazer a vossa expectativa e realisar os nossos projectos.

No mesmo texto, Joana aclara que o *Jornal das Senhoras* não almeja o lucro, pois isso seria vender as suas ideias e princípios ao valor de ouro:

Permitti que vos revele uma verdade, queridas senhoras, que em tempo vos provaremos; nós não trabalhamos nesta empresa á mira do lucro e no ensejo da especulação; seria ludibriar o sexo feminino.

Mulher, como somos, não nos podemos curvar á ideia de vender as nossas opiniões e a dos outros pelo interesse do ouro: não fazemos mais do que imitar o nosso sexo, e á elle pois recorremos.

Ainda no mesmo texto, Joana informa sobre melhorias que seriam feitas na revista na medida em que fosse aumentando o número de assinantes, para que dessa maneira o *Jornal das Senhoras* atingisse o grau de perfeição que tanto desejavam. Essas melhorias consistiam em a partir do mês de julho de 1852 serem fornecidos três figurinos ao mês, uma peça de música e moldes e riscos de bordados. Por esse tempo, a revista passaria também a ter doze páginas cada número.

De acordo com Eliane Vasconcellos (2000, p. 228), na obra *Escritoras brasileiras do século XIX*, Joana Paula Manso de Noronha nasceu na Argentina, em 26 de junho de 1819, em uma família culta e progressista. Como Luiza Lobo (2009, p. 47) esclarece, no seu artigo “Juana Manso: uma exilada em três pátrias”, o pai de Joana escapou da ditadura de Juan Manuel Rosas. Desse modo, a família exilou-se primeiramente no Uruguai, e depois no Brasil, onde Joanacasou-se no Rio de Janeiro, em 1844, com o músico português Francisco Sá Noronha. O casal viajou então para os Estados Unidos para que Francisco tentasse o sucesso em sua carreira artística. Lá, eles tiveram a sua primeira filha, Eulália. De passagem por Cuba, Joana deu à luz sua segunda filha, Hermínia.

Lobo (2009, p. 47) afirma que foi na Filadélfia, Estados Unidos, que Joana começou a escrever seu romance político *Misterios del Plata*, o qual finalizou na fortaleza de Gragoatá, em Niterói. Esse romance, escrito em espanhol, foi publicado em português e na forma de folhetim no *Jornal das Senhoras*. É somente em 1924 que o romance foi publicado postumamente em forma de livro, com o título *Los misterios del Plata, Episodios históricos de la época de Rosas escritos em 1846*.

Após passarem um tempo nos Estados Unidos e em Cuba, a família retornou para o Brasil, onde Joana se tornou cidadã brasileira para poder estudar medicina. No entanto, como explica Lobo (2009, p. 48), Joana nunca conseguiu realizar esse sonho, pois por ser mulher, foi recusada na Escola de Medicina. Pela época em que fundou o *Jornal das Senhoras*, o marido apaixonou-se por outra mulher e a abandonou. Joana então retornou à Argentina, e em 1859 foi nomeada, por Sarmiento (grande inspirador e amigo de Joana), para o cargo de diretora da primeira escola primária mista de Buenos Aires. Escreveu, na época, para os jornais *La Ilustración Argentina*, *Albun de Señoritas* e, no primeiro periódico argentino dedicado à educação, *Anales de La Educación Común*. No final de sua vida, escreveu um

ensaio sobre o livro de Pedro Varela, *La educación Del pueblo*, onde há um capítulo sobre a educação da mulher.

Vasconcellos (2000, p. 232) acrescenta que, pelas ideias apresentadas nos artigos escritos por Joana, pode-se concluir que ela “aceitava sem muitos questionamentos os papéis de esposa e mãe que a sociedade do século XIX impunha à mulher. Entretanto, ela queria respeito mútuo, maior igualdade entre os cônjuges, e que a mulher não fosse mais a serva oprimida, mas a ‘rainha do lar’” (VASCONCELLOS, 2000, p. 232). É provável que Joana tivesse esse ponto de vista por ela ver o destino da mulher ainda associado ao casamento e crer no matrimônio como realização do amor. De acordo com Vasconcellos (2000, p. 229), “Joana defendia a ideia de que o amor devia dar um novo conteúdo aos cônjuges e ser a base estrutural da família, pois ela é a chave de todas as virtudes.”

O *Jornal das Senhoras* começou a ser dirigido pela baiana Violante Bivar e Velasco de 4 de julho em diante.

Violante Bivar e Velasco, segundo Vasconcellos (2000, p. 194), nasceu na Bahia em 1º de dezembro de 1817. Seu pai, Diogo Soares da Silva Bivar, foi membro do Conselho imperial e primeiro presidente do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro. Violante casou-se com o tenente João Antônio Boaventura Velasco. Com apenas oito anos de idade, Violante já era ouvida nos saraus de sua cidade natal. Como boa conhecedora do francês, do italiano e do inglês, dedicou-se à tradução de peças teatrais. A peça *O xale de casemira verde*, de Alexandre Dumas e E. Sue renderam-lhe a entrada para o Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, do qual se tornou sócia honorária, sendo o único nome feminino dentre os sócios. Dedicou-se ao canto, ao desenho, à música, e às atividades literárias, sendo as principais o jornalismo e a tradução. Violante foi considerada por Joaquim Manuel de Macedo e por Afonso Costa e Barros Vidal como a primeira jornalista brasileira. Em 1859 publicou seu primeiro livro, *Algumas traduções*. Além de ter atuado como chefe de redação no *Jornal das Senhoras*, Violante fundou *O Domingo*, em novembro de 1873, no Rio de Janeiro, publicação também direcionada ao público feminino, e o dirigiu até sua morte em 25 de maio de 1875. Ela escrevia com fluência, e enfocava muitas vezes os problemas relativos às mulheres, criticando o fato de não terem recebido a educação requerida, “colocando em relevo aspectos às vezes ingênuos como o da ‘superioridade emocional da mulher’ ou então ressaltando as qualidades espirituais que faziam da mulher uma educadora nata” (VASCONCELLOS, 2000, p. 197).

Não houve mudanças relevantes na revista depois que Violante B. Velasco se tornou a nova diretora do *Jornal das Senhoras*. Tanto Joana de Noronha quanto Violante publicaram vários artigos sobre a emancipação moral das mulheres. No entanto, quando Violante assumiu a direção da revista, vários artigos sobre religião começaram a ser publicados no *Jornal das Senhoras*, tais como “Os prazeres e vantagens da religião” (18 de julho de 1852) e “O sentimento religioso” (1º de agosto de 1852). De acordo com Vasconcellos (2000, p.195), Violante Bivar e Velasco dirigiu o *Jornal das Senhoras* até o encerramento de suas atividades em 1855. Entretanto, ao trabalhar com essa revista, pode-se comprovar que a partir de 12 de junho de 1853, a revista passou a ser dirigida por Gervasia Nunezia Pires dos Santos Neves. Sob a direção de Gervazia Neves, os artigos que tratavam explicitamente da emancipação moral da mulher não são mais publicados tão frequentemente no *Jornal das Senhoras*, mas esse tema continuou presente, passando a ser abordado de forma mais sutil, pois as diretoras da revista entendiam por “emancipação moral da mulher” fornecer instrução e educação às mulheres a fim de que elas desempenhassem bem seus papéis de esposa e mãe. Nesse sentido, artigos para instruí-las passaram a ser publicados frequentemente no *Jornal das Senhoras*. Um exemplo a ser citado é o artigo “Vantagens do ler”, publicado em 31 de julho de 1853, em que os benefícios da leitura são apresentados às leitoras do *Jornal da Senhoras*:

A leitura meus amigos!...sabeis vós bem o que é a leitura?! é de todas as artes a que menos custa e a que mais rende. Há livros, que, semelhantes a barquinhas milagrosas, incorruptíveis e inaufragáveis, [sic] nos levam pelo oceano das idades a descobrir, visitar e conhecer todo o mundo, que lá vai: os povos antigos revivem para nós com todos os seus usos, costumes, trajes, feições, crenças, idéias, vícios, virtudes, interesses e relações: a história é a mestra da vida, e as suas lições, ampliação e complemento ao nosso juízo natural.

Informações sobre Gervasia Nunezia Pires dos Santos Neves não foram encontradas.

Não é somente Eliane Vasconcellos que fornece algumas informações equivocadas sobre o *Jornal das Senhoras*. Nelson Werneck Sodré (1966, p.186), no seu trabalho sobre a imprensa periódica brasileira, precipitadamente afirma que foi Violante B. Velasco quem fundou a revista. Ubiratan Machado (2001, p. 258) apresenta Joaquina Paula Manso de Noronha como a primeira editora do *Jornal das Senhoras*, ao invés do nome correto, Joana Paula Manso de Noronha. Já Maria Fernanda Bicalho nos diz que o *Jornal das Senhoras* foi fundado em 1904, e que essa revista teria sido redigida por homens. Esse fato provavelmente ocorre porque esses autores não fizeram uma pesquisa mais aprofundada sobre essa revista; eles apenas mencionam o *Jornal das Senhoras* nas suas pesquisas sobre a imprensa periódica brasileira e sobre a mulher e a vida literária no século XIX. Eles também não exploram as

narrativas ficcionais publicadas nessa revista. Desse modo, uma pesquisa mais profunda sobre a ficção publicada no *Jornal das Senhoras* pode contribuir para a compreensão do papel desempenhado pela imprensa literária feminina brasileira no século XIX. Esse é um tipo de imprensa que, de acordo com Bicalho (1989, p.87), relacionava emancipação moral da mulher para alcançar civilização e progresso.

Está claro, então, que o principal objetivo do *Jornal das Senhoras*, como mencionado acima, era promover a emancipação moral das mulheres brasileiras. Por essa razão, é possível inferir que os artigos e narrativas ficcionais publicados nessa revista estavam relacionados a esse tema. De fato, para considerar o objetivo dessa revista, muitos artigos foram publicados para criticar fortemente a premissa masculina de que as mulheres deveriam ficar longe de tudo que podia instruí-las e elevá-las. Para ilustrar essa ideia, podemos mencionar o artigo “Jornal das Senhoras”, publicado em 18 de julho de 1852, no qual a autora alega:

Nós que temos hasteado a bandeira – Religião – e emancipação moral da mulher – e convencidas estamos que só esta é a base sobre a qual o edifício social se poderá erguer e suste-se inabalável, de cujo poder nascerão bons filhos, bons cidadãos, bons pais e bons maridos. [sic]

Como podemos perceber, nessa passagem há uma forte ênfase sobre a capacidade intelectual das mulheres. Essa ênfase pode ser explicada pelo fato de que as contribuintes do *Jornal das Senhoras* acreditavam que elas – mulheres e mães – eram as responsáveis pela educação de seus filhos. Por conseguinte, elas mesmas deveriam ser bem educadas e instruídas para conseguirem educar bem os seus filhos, criando assim, bons cidadãos para a sociedade brasileira. Este exemplo nos mostra que os artigos para publicação em periódicos não eram publicados às cegas, mas de acordo com a linha editorial da revista. Como Mark Parker (2000, p. 3) nos permite entender, “as intenções de um escritor são apenas parte do significado do texto em um periódico: um texto, em tal cenário, insere-se numa variedade de relações com outros artigos e com preocupações institucionais em curso, os quais dão inflexões sutis para seu significado”.¹ De fato, como se pode perceber, no *Jornal das Senhoras*, os artigos estavam relacionados de forma geral à promoção da emancipação moral das mulheres brasileiras.

Pode-se observar que o *Jornal das Senhoras* seguiu o propósito corrente de nossos periódicos, que era o de colaborar com a modernização e desenvolvimento cultural da sociedade brasileira, mas com um foco específico: promover uma discussão sobre o

¹“a writer’s intentions are only part of the meaning of the work in a periodical: a work in such a setting enters a variety of relations with other articles and ongoing institutional concerns that give subtle inflections to its meaning”. PARKER, Mark. Introduction: the study of literary magazines In: *Literary Magazines and British Romanticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p.3. [Minha tradução]

melhoramento da educação das mulheres e enfatizar os papéis de mães e esposas por considerar as mulheres responsáveis por educar e, conseqüentemente, cooperar para o desenvolvimento da sociedade. O artigo “O filho malcriado”, publicado em 27 de fevereiro de 1853 realça o papel das mulheres como educadoras e adota a ideia de que falhar nesse papel seria uma vergonha para elas:

Uma senhora de qualidade tinha um filho, a quem tanto temia desgostar contradizendo a menor de suas vontades, que o menino se tinha tornado um pequeno tirano [...] Uma noite estava a senhora no salão com uma numeroa companhia, quando seu filho ahi entra esbaforido, chorando, gritando, agatanhando-se, e entre mil soluços se queixa á mamãe, de que o criado que o seguia recusava obstinadamente dar-lhe uma cousa que pedia. “És um impertinente, diz a senhora para o criado, em expor o menino a algum ataque contradizendo por esta fórma a sua vontade. Ora vamos, vai dar-lhe o que elle pede. – Isso é que eu não farei, senhora.... – Não farás? Essa é boa! grita a dama já enfadada: ora, obedece ao que eu te mando. – Não, senhora.... Sem querer mais ouvir, nem attender, a senhora corre a um gabinete onde seu marido jogava com alguns amigos, e quase suffocada pela colera lhe pede uma satisfação do atrevido criado, que ousava contradizel-a. [...] – Não é já tempo de admittir desculpas: vai dar ao menino o que elle te pediu. – O que elle me pediu, senhor, e queria por força que eu apanhasse para lhe dar, era a imagem da lua que se reflectia no tanque do jardim. Se alguém se empenha em lhe satisfazer este desejo, póde ir ao tanque que a lua ainda lá está; mas, pela minha parte, não tenho a habilidade de a apanhar. – A estas palavras, a companhia não pôde mais conter-se; as risadas rebentárão com estrondo de todas as partes. A senhora ficou tão envergonhada desta cena ridícula, que se corrigiu de sua fraqueza desarrazoada; e daí em diante deu melhor criação ao seu filho. Muitas mães precisariam de uma semelhante aventura. E muitos pais também, porque tenho-os eu visto...que são mesmo uma abóbora d’água.

Essa preocupação do *Jornal das Senhoras* em tentar formar boas esposas e mães para a sociedade brasileira era percebida pelas leitoras da revista, as quais consideravam sublime a coragem das mulheres que estavam a frente desse periódico em não medir esforços para fornecer leituras que desenvolvessem a inteligência de suas leitoras, para que assim elas conseguissem desempenhar com mais perfeição os seus papéis domésticos. Podemos verificar esse fato através de uma correspondência enviada a redatora, no dia 8 de fevereiro de 1852:

A vossa nobre coragem, senhora, tem me de tal modo impressionado, que não posso deixar de felicitar-vos pela alta consideração que mereceis. Não é porque fosseis a primeira senhora que emprehendeu a diffícil tarefa do jornalismo, nem pelo útil intretenimento que dais ás do nosso sexo sobre modas: não; é pelos sublimes e tocantes pensamentos com que desenvolveis as nossas intelligencias no perfeito conhecimento do que nos cumpre saber para desempenho de nossa missão como filhas, esposas e mães.

Em outra correspondência, também publicada no dia 8 de fevereiro de 1852, outra leitora reconhece o benefício que o *Jornal das Senhoras* tem trazido para que as mulheres saíssem do seu estado de vegetação e pudessem exercitar as suas forças:

Nem eu sei como agradecer-lhe este benefício que nos faz á todas, pois que estou certa que todas como eu são unânimes em tributar-lhe votos de gratidão pela empreza que tomou á hombros.

Somos quasi passivas na sociedade, antes quasi que só vegetamos. Bem como a mangueira, crescemos carregamo-nos de folhas, que dão sombra agradável, enchemo-nos de flores odoríferas, que são o encanto dos viventes, produzimos nossos fructos, que o homem colhe soffregos, e depois? Ahí ficamos abandonadas, com a folhagem secca, porque já não damos fructos.

A senhora veio-nos abrir um campo de actividade, em que podemos exercitar as nossas forças, e sahir do nosso estado de vegetação. Como lhe agradeceremos?

O *Jornal das Senhoras* também oferecia à suas leitoras vários padrões de bordados. Um deles, publicado no dia 15 de fevereiro de 1852, apresenta bordados para lenços. Eram modelos para serem bordados nos cantos dos lenços e modelos de coroas de conde, duque e marquês, também para serem bordadas em lenços.

Partituras para piano também apareciam no jornal. Algumas dessas partituras eram de Francisco Sá Noronha, marido de Joana. De sua autoria foram publicados romances, souvenirs e inclusive um hino dedicado a Imperatriz do Brasil pela passagem de seu aniversário, no dia 14 de março de 1852. De Noronha, também foi publicado no dia 13 de junho de 1852, o Lundum das moças, para ser cantado no dia de santo Antônio. Abaixo, segue um trecho da letra:

Daí-me um noivo, meu santinho,
Um noivo gordo ou bem magro,
Que me adore, e recompense
O amor que lhe consagro

O fato de haver uma música para se cantar no dia de Santo Antônio, conhecido por ser o santo casamenteiro, nos mostra a atenção que era voltada para se arranjar um marido. E não importa se é gordo ou magro, como diz a letra, o que importa é conseguir um marido. Ao que parece, as partituras de Francisco Sá Noronha foram publicadas somente no período em que Joana Paula Manso Noronha foi a editora do *Jornal das Senhoras*. Outros compositores que têm suas partituras publicadas na revista são: Lacourt, H. C. Stockmeyer e Jozeph Fachinetti. Não podemos deixar de mencionar uma valsa composta por uma mulher, Emília Dulce Moncorvo de Figueredo, publicada na revista, no dia 30 de maio de 1852, intitulada “As lágrimas da amizade”, mostrando dessa forma que as mulheres também tinham vez na área musical.

No dia 8 de fevereiro de 1852 inicia-se a publicação de uma série de textos intitulada “A linguagem das flores”. Essa série, que se estendeu até o dia 18 de julho de 1852, apresentava dados históricos de diferentes tipos de flores. No primeiro texto dessa série é dada a explicação de que um autor escreveu um folheto intitulado *Vade Mecum dos*

namorados, o qual continha nomes de flores, frutas e outros objetos e seus respectivos significados. Porém, o *Jornal das Senhoras* afirma que o autor desse folheto era um especulador e que não entendia nada da linguagem das flores, por isso o *Jornal das Senhoras* se propõe a corrigir esse erro e fornecer a verdadeira e única linguagem das flores:

O autor d'esse escripto foi um especulador, que sonhou em alguma parte, que havião flores emblematicas, e que ellas tinhão uma significação: e eil-o que improvisou o tal *Vade mecum* [...]

Vamos corrigir esse erro, em que vive muita gente, publicando nós a verdadeira e única linguagem das flores; linguagem tão universal como a música e a matemática; linguagem consagrada pelos séculos e que não esta sujeita ao capricho nem ao alvedrio de qualquer *vade mecum*.

Outra série de textos publicada no *Jornal das Senhoras* foi a série “Mulheres célebres”. A publicação dessa série se iniciou no dia 21 de agosto de 1853 e terminou no dia 03 de setembro de 1854. Essa série apresenta por ordem alfabética o nome de mulheres que no passado se celebrizaram como artistas e literatas e tinha por objetivo mostrar às mulheres do período que elas possuíam algo de seu na república das letras e no reinado das artes. Também tinha por objetivo servir de incentivo àquelas que se mantinham no anonimato, como pode ser visto no primeiro texto da série:

Compilamos aqui e ali as mais exactas e desapaixonadas biographias que se há escripto, e, comquanto não apresentemos uma lucubração nossa; supomos entretanto que não é ella menos digna de occupar a attenção das senhoras contemporâneas, e de alguma sorte capaz de servir de incentivo a muitos gênios que se occultão nas trevas da indifferença, guiados talvez por mal entendido receio de se arrancarem o véo em publico.

A seção de modas esteve presente no *Jornal das Senhoras* desde a sua fundação até o seu encerramento em 1855. Inicialmente essa seção não era assinada, mas constava o local onde havia sido escrita: Catette. A partir de 25 de abril de 1852, essa seção passa a ser assinada por Christina, e o local passa a ser Infante. Nessa seção, a autora apresenta figurinos vindos de Paris, por considerar o bom gosto dos parisienses. Porém, a autora esclarece que apresentará somente aqueles figurinos cuja simplicidade é do mais bom gosto, e que são aceitos pelas elegantes de Paris, pois como ela explica, um grande número de figurinos é publicado todas as semanas aos parisienses, que muitos deles acabam se tornando apenas um mero capricho artístico para satisfazer o compromisso de fornecê-los.

No artigo de modas publicado no dia 25 de janeiro de 1852, a autora afirma que a redação do *Jornal das Senhoras* cuidou antecipadamente de se relacionar com as primeiras casas francesas do Rio de Janeiro para encomendar os seus figurinos. Essas casas, por sua

vez, entravam em contato com seus agentes e sócios em Paris, para dessa maneira oferecer às brasileiras as toaletes do melhor bom tom. Nesse artigo temos o conhecimento de que os figurinos eram feitos em Paris exclusivamente para o *Jornal das Senhoras*.

Devido à diferença de estações entre o Brasil e a França, muitas leitoras se questionaram se os figurinos apresentados pelo *Jornal das Senhoras* seriam modelos velhos ou da estação passada, ou se teriam sido feitos no Rio de Janeiro. Devido a essas dúvidas, a autora do artigo de modas, no texto do dia 1º de fevereiro de 1852, esclarece suas leitoras de que os figurinos não são feitos no Rio de Janeiro porque Deus não deu aos brasileiros o dom de criar a moda como os parisienses. Desse modo, os figurinos não sendo feitos aqui e não sendo cópia de figurinos antigos de Paris, a autora afirma que eles são feitos para representar a moda que ainda há de ser usada em Paris na próxima estação:

Queridas leitoras, não é um figurino antigo; porque esse jôgo não se pode ligar ao caracter do JORNAL DAS SENHORAS, que facilmente seria apanhado em abuso de fé, desde que vós, folheando qualquer dos jornaes antigos de modas de Paris, encontrásseis o original, cuja cópia vos apresento. [...]

Não é feito aqui no Rio de Janeiro, porque Deus não nos deu o *dom* especial de idear, combinar, e executar modas com essa graça, originalidade e gosto delicado, que para ellas tem os Parisienses, e ninguem mais. Temos sim actualmente quem os possa copiar com perfeição (já não é tão pouco) mas a invenção é, e será sempre dos Francezes.

Ora, não sendo elle feito aqui, não sendo cópia de figurinos antigos, e não sendo dos que se usão actualmente em Paris, segue-se que é feito, ou para representar a moda que ainda lá se há de usar na primavera (e é uma verdade) ou para expressamente representar a moda de verão no Rio de Janeiro. [...]

Se o figurino ainda é dos que hão de apparecer, tenho n'isso um gostinho particular; e se é feito só para nós, pulo de contente, porque só assim teremos modas adaptadas ao nosso clima, uma vez que nos mandem as fazendas e os mais necessários precisos.

No primeiro artigo sobre modas publicado no *Jornal das Senhoras*, em 1º de janeiro de 1852, a autora enfatiza que dali para frente as moças não terão mais motivos para se vestirem mal, já que a assinatura da revista custa pouco. O que podemos entender dessa afirmação é que o *Jornal das Senhoras* parecia pretender ditar as regras da moda no cenário brasileiro, pois com sua assinatura as moças receberiam dicas de como deveriam se vestir com elegância. A autora também explica, no artigo publicado em 25 de janeiro de 1852, que somente após verificar e se convencer de que era necessária em sua terra uma fiel intérprete das modas, que ela aceitou escrever um artigo de modas todas as semanas, ou seja, ela, colaboradora do *Jornal das Senhoras*, se considera essa intérprete.

Através dos artigos de modas podemos também perceber a importância atribuída ao casamento e a preocupação que o *Jornal das Senhoras* tinha em formar boas mães. No texto

publicado em 23 de maio de 1852, agora escrito por Christina, a autora critica os colégios por não darem importância a um trabalho tão importante como é o ponto inglês de bordado. E por justamente os colégios não ensinarem coisas úteis, no ponto de vista da autora, para as meninas aprenderem a serem um dia boas mães, que ela tirou sua filha do colégio:

Tenho observado que a maior parte dos collegios não cuidam dessa secção de um trabalho tão importante como é o bordado a ponto inglez, e sómente applicão as meninas ao bordado de lãa ou seda, que também é mui bonito, mas não tem o destino immediato d'aquelle. Pois bem, em casa, junto de sua terna e boa mãe aprendão ellas a fazer tambem os bordados da nossa estampa, porque lá virá uma occasião em que desejarão bordar, por suas próprias mãos, um lenço para uma de suas melhores amigas, uns delicados paninhos de barba para o seu querido esposo, um collarinho ou uma polka para o extremoso filinho, e contentes irão executar o seu intento.

Para isto ao menos servirá o nosso padrão de bordados, e me darei por feliz. Tenho tambem uma filinha, que a tirei do collegio, por ver que se lhe não ensinavão as cousas mais úteis que eu desejo que ella aprenda para um dia ser boa mãe. A religião é ali de todo esquecida, assim como outras circumstancias de grande influencia ao futuro, para serem substituídas por frivolidades que só chegão a illudir os paes incautos; minha filhinha está pois aprendendo com sua mãe aquillo que ella lhe póde ensinar, e mais tarde, quando lhe eu tenha já firmado a consciência e o raciocínio, virão os mestres aperfeiçoar a minha obra.

Já no artigo publicado em 6 de junho de 1852, a autora apresenta o enxoval de uma noiva e dedica o seu texto às solteirinhas. Em seu escrito, ela trata o casamento como laço divino e humano, e também como talismã da existência:

Muito breve, minha filha, ides deixar o véo de virgem, o tecto paterno e as descuidosas occupações da vossa mocidade, pelas occupações muito mais sérias e muito mais importantes de esposa e de mãe de família: Forão estas as palavras de um parochio a uma noiva, com as quaes principiou elle um suave e edificante discurso sobre o casamento que naquelle momento ia abençoar em nome do Céu entre um lindíssimo par do meu íntimo conhecimento. [...]

Já sabeis portanto que se trata de uma noiva e do rigoroso *toilette* de noivado, tão sublime e delicado, como é esse laço divino e humano, em que para sempre se prendem dois corações que se estimão, que se adorão e que se casão.

Pela seção de modas também temos o conhecimento de algumas inovações feitas na publicação de periódicos no Brasil, e das quais o *Jornal das Senhoras* parece ser pioneiro. Como é o caso da publicação de 27 de junho de 1852 ser a primeira em tipos tipográficos como eram impressas as músicas em todos os jornais da Europa:

Esta publicação tambem principia a ser feita – pela primeira vez no Rio de Janeiro – em typos typographicos como são impressas as músicas de todos os jornaes da Europa; em um artigo especial a redacção vos dirá a quem deve esta vantajosa aquisição há tanto tempo reclamada no paiz para as publicações deste gênero.

O *Jornal das Senhoras* também possuía uma seção dedicada aos teatros, através da qual podemos tomar conhecimento da realidade teatral brasileira, na segunda metade do século XIX. No primeiro texto, publicado em 1º de janeiro de 1852, a autora informa que para aquele ano terá se concluído o Teatro Provisório e que o Teatro S. Pedro de Alcantra caminha a passos largos para a sua restauração. No mesmo texto, temos a informação de que o teatro lírico é frequentado com furor enquanto o teatro dramático está quase deserto, sendo sustentado por um único homem, o ator João Caetano. A autora inclusive sugere que se erga uma estátua de mármore em homenagem a esse homem, em frente ao Teatro S. Pedro de Alcantra.

Na publicação de 11 de janeiro de 1852, a autora comenta que o ano de 1852 vai mal para os teatros, mas elogia o empenho com que a mocidade brasileira luta para formar uma literatura nacional. Ao mesmo tempo, ela critica o modo como o Conservatório Dramático julga as obras dessa mocidade, que ao que parece ser, é feito às cegas:

É louvável e muito nobre o empenho com que a mocidade Brasileira trabalha em formar uma litteratura nacional. Deus ajude tão santa empreza, e o Sr. Conservatório Dramático não opponha suas sentenças do costume: Isto não é atacar tão altos e insignes litteratos; porém as suas decisões recordam-me uma anecdotia, que heide transmittir ás minhas leitoras, porque eu gosto muito de rifões e de historias.

Pois o caso é que um creado de um boticário, cançado de socar drogas e de mexer emplastos, assentou com sigo mesmo que era melhor correr esse mundo em cata de aventuras. Mas ao mesmo tempo queria tambem fazer figura; e o que havia elle de imaginar? sabeis o que foi? Roubou as receitas todas que ficavão em depósito na Botica, emfiou uma calça preta, um colete preto, amarrou ao pesçoço comprida gravata branca, comprou um par de lunetas, e com seu bahú cheio de receitas velhas começou a viajar.

Ora pois, chegava o nosso Dr. improvisado a uma cidade, e annunciava no Jornal a chegada do estupendo médico, (já se vê, n'este século ainda há muita gente que acredita no charlatanismo,) e lá ião e cahião os pixotes.

O nosso Dr. ouvia em silencio a relação do paciente, e logo, sem dignar-se proferir uma palavra, levantava-se e pedia-lhe que o acompanhasse até a sua casa. Chegava, abria o bahú das receitas, mettia a mão, e tirando uma d'ellas dizia em voz baixa "Deus te ponha a virtude."

Parece que o Conservatório Dramático para poupar-se ao trabalho de ler os escriptos do próximo, joga a loteria, e que, como fazia o homem das receitas, tem uma porção de *reprovados e aprovados* em depósito; chega uma peça, mettem a mão no bahú, e mesmo sem dizer um "*Deus te ponha a virtude*" lá vae uma bordoadada de cego. Bravo!

No número de 25 de janeiro de 1852, a autora da seção de Teatros também menciona que se deve encorajar aqueles que se empenham em erigir um Teatro Nacional Brasileiro, já que o país não possui um passado tradicional nessa arte:

[...] porque é necessário encorajar os operários que se empenhão em levantar os primeiros alicerces , de um Theatro Nacional Brasileiro. – A originalidade dos nossos costumes já é um vasto campo de exploração, e se a elle ajuntarmos uma

rígida observância das leis *do bom senso, uma moral para* e a possível clareza na exposição do argumento, sem dúvida atingiremos o nosso objecto.

Os inconvenientes que se apresentam não são pequenos; o nosso curto passado, é tão pouco tradicional, tão nú de acontecimentos cavalheirescos, que a não ser o presente nada mais podemos explorar; por isso o drama de costumes, merece ser estudado com aquella attenção de uma obra destinada a traçar o caminho que outros hão de percorrer.

Outra seção do *Jornal das Senhoras* em que podemos ter conhecimento sobre a vida social na Corte do Rio de Janeiro, no século XIX, é a seção Crônica dos Salões. Na publicação de 23 de fevereiro de 1852, a autora fala dos últimos bailes ocorridos na Sociedade Recreação Campestre, na Sociedade Phileuterpe, e na Sociedade de Beneficência Portuguesa. Ela também anuncia o início da bela, prazerosa e encantadora estação de bailes, considerada o Éden da Corte. Já no texto do dia 27 de março de 1852, a autora menciona ter visto no último baile da Sociedade Phileuterpe, duas moças com o trajar simples e elegante, sem se sobrecarregarem de enfeites:

Vimos então voltar no salão duas moças, que se me não engano, são parentes; a simplicidade do seu toilette e a sua encantadora elegância, ainda uma vez nos fizeram crer, que a belleza não se deve sobrecarregar de muitos enfeites, para sempre dominar a attenção e as sympathias. Assim também admirámos muitas outras senhoras, cujo trajar estava a par do bom gosto.

Pelo trecho transcrito acima podemos verificar que o *Jornal das Senhoras* estava mais uma vez de acordo com os periódicos femininos daquele período, pois como Bicalho (1989, p. 92) explica, esses periódicos viam a virtude como principal ornamento da mãe de família. A mulher, mãe de família, se opõe ao luxo e aos ornamentos supérfluos característicos da mulher mundana, tornando-se fundamental a decência do vestuário para a caracterização da mulher honesta:

No entanto simplicidade no se vestir não quer dizer desordem e relaxamento. A renúncia ao luxo traduz-se, na visão da imprensa feminina, em renúncia ao exercício de sua vaidade e da valorização de seus predicados físicos no espaço público da rua. Ao contrário, no espaço privado do lar e da família, espaço que lhe é socialmente atribuído, a mulher deve guardar a graça e a correção no se vestir. [...] O discurso da aparência recoloca portanto a mulher no espaço doméstico. É no lar que ela deve valorizar, através do vestuário, seus encantos físicos, renunciando ao público que a absorve e a corrompe. (Bicalho, 1989, p. 93)

As seções Teatros e Crônica dos Salões, presentes nessa revista feminina, nos deixam claro que a mulher de elite passou a marcar presença em bailes, teatros e outros eventos da vida social. Como esclarece D’Incao (1997, p. 228), “Se agora era mais livre, [...] não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada.” Talvez esse seja também um dos motivos para o *Jornal das*

Senhoras ter a preocupação em fornecer figurinos considerados adequados e de bom tom para as mulheres se exporem em público.

Em 30 de dezembro de 1855 o *Jornal das Senhoras* encerra as suas atividades. Em um aviso às assinantes, publicado nessa data, a redação da revista agradece a colaboração das assinantes durante os quatro anos de existência do periódico. O motivo do encerramento do *Jornal das Senhoras* não é revelado, no entanto, a redação explica que é necessária uma parada para o ano de 1856, e que a publicação da revista retornará em 1857, fato que não se confirma:

Fazemos apenas uma parada, que julgamos necessária, no próximo anno de 1856; e com o favor de Deus o JORNAL DAS SENHORAS reaparecerá em 1857, para proseguirmos ao honroso fim a que nos propozemos, cultivando com esmero as immarcesciveis flores do caminho tão nobremente encetado pela nossa antiga redactora, a Sra. D. Joanna Paula de Noronha.

Para esse tempo emprasamos todas as nossas assignantes, vós todas Senhoras que briosamente nos tendes ajudado, para que vossa protecção continue a fortalecer nossa árdua e fadigosa tarefa, e o JORNAL DAS SENHORAS seja então o que tem elle até hoje sido para vós cuidadoso e dedicado – o intérprete fiel do que vos é útil e agradável.

Que nossas nobres assignantes nos relevem pois esta deliberação que tomamos, e que esperem pelo dia em que lhe revelemos a razão de suspendermos hoje a publicação do JORNAL DAS SENHORAS.

A todas e a cada uma em particular dirigimos nossos agradecimentos e um – adeos – até o anno de 1857.

4. O ROMANTISMO

No século XIX, o Romantismo se estabelece no Brasil ao mesmo tempo em que as mulheres se tornam leitoras. Criado na metade do século XIX, o *Jornal das Senhoras* publica muito romance em formato folhetim. O Romantismo representava um avanço naquele período e é provável que o *Jornal das Senhoras* quisesse oferecer o que existia de melhor às suas leitoras. Desse modo, nesse capítulo apresentamos um histórico do Romantismo, gênero com ideias emancipatórias e voltado ao ser humano, pois o Romantismo nos fornecerá dados para a interpretação das narrativas selecionadas para esse estudo.

A escolha dos autores para serem usados como referência nesse capítulo se deu devido ao enfoque filosófico que eles utilizam para explicar o Romantismo.

4.1 Contextualização histórica

De acordo com J. Guinsburg (1993, p.13), no texto “Romantismo, historicismo e história”, aqueles que estudam as manifestações artísticas e as ideias que as fomentaram, principalmente nos séculos XIX e XX, acham-se face a face com a palavra “romantismo”. Seria como se tudo aquilo que foi criado nos últimos duzentos anos, em quesito de literatura, pintura, teatro, escultura e arquitetura tivesse surgido do confronto e ao mesmo tempo da união com um “espírito” mágico, que ao buscar as esferas mais profundas do homem, desafiou o consagrado e o estabelecido aparentemente desde e para todo o sempre, ocasionando uma revolução na conceituação e na realização de todas as artes.

Para Guinsburg (1993, p.13), o Romantismo seria uma escola, uma tendência, uma forma, um fenômeno histórico e um estado de espírito. Mas o Romantismo também assinala uma emergência histórica, um evento sociocultural, “ele não é apenas uma configuração estilística ou, como querem alguns, uma das duas modalidades polares e antitéticas – Classicismo e Romantismo – de todo o fazer artístico do espírito humano” (Guinsburg, 1993, p.14), porém, é também uma escola definida historicamente, a qual surgiu num determinado momento, em condições concretas e com respostas características à situação que lhe foi apresentada.

Guinsburg (1993, p.14) explica que o Romantismo foi antecedido pelo Século das Luzes, o qual abandonou uma visão de História que se mantivera desde a instauração do Cristianismo. Tratava-se de uma visão teocêntrica e teológica judiocristã “que concebia a História como um ciclo de revelação do poder divino através de Seus atos de vontade, cuja primeira manifestação seria a Gênese, ponto de partida de uma sucessão de intervenções providenciais e miraculosas ao nível do humano e terreno, cujo termo seria o Juízo Final”

(Guinsburg, 1993, p.14). Porém, com Montesquieu e Rousseau, as instituições, costumes e normas sóciojurídicas passam a ser compreendidas como resultado das condições, do comércio e contrato dos seres humanos, “a certa altura de suas relações coletivas, isto é, em certo momento da história da sociedade, mas de uma sociedade de indivíduos dotados de direito natural.” (Guinsburg, 1993, p.14)

Além de o Romantismo colocar de lado o enfoque teológico judio cristão, Guinsburg (1993, p.14) esclarece que o Romantismo também põe de lado a concepção clássica de História, ou seja, aquela que considera a História como produto das vidas ilustres, do sábio, filósofo, herói, rei e gênio, cuja razão e ação, mesmo que às vezes encobertas pelas paixões, iluminam e aperfeiçoam o homem, produzindo o aperfeiçoamento ou progresso nas suas instituições. O discurso histórico sofre mudanças, pois deixa de ser apenas descritivo e repetitivo, para se tornar interpretativo e formativo:

É a história que produz a civilização. Mas não a História, e sim as histórias. Suas fontes propulsoras estão menos na ação isolada do homem abstrato, singularizado na sua *ratio*, do que, de um lado, no indivíduo, fantasioso, imprevisível, de alta complexidade psicológica, centrado na sua imaginação e sensibilidade, gênio intuitivo investido de missão por lance do destino ou impulso inerente à sua personalidade, que é o herói romântico, encarnação de uma vontade antes social do que pessoal, apesar da forma caprichosamente subjetiva de seus motivos e decisões, e, de outro lado, num ser ou organismo coletivo dotado de corpo e alma, cujo espírito é o centro nevrálgico e alimentador de uma existência conjunta. [...] o Romantismo, na sua propensão historicizante, aglutina as sociedades em mundos, comunidades, nações, raças, que têm antes culturas do que civilizações, que secretam uma individualidade peculiar, uma identidade, não de cada indivíduo mas do grupo específico, diferenciado de quaisquer outros. (Guinsburg, 1993, p.15)

O homem passa, nas palavras de Guinsburg (1993, p.20), a ser o centro de si mesmo, do sentido de seu viver, e seu estar no mundo, “perdidos os demais focos de ordenação, constitui-se no âmago de todo e qualquer significado de sua existência e a do mundo, para ele”. (Guinsburg, 1993, p.20)

Para Benedito Nunes (1993, p.51), em seu texto “A visão romântica”, é necessário que se reformule a distinção das duas categorias implícitas no conceito de Romantismo. A primeira delas, a psicológica, que se refere a um modo de sensibilidade, e a segunda, a histórica, que se refere a um movimento literário e artístico datado. A primeira categoria, a psicológica, é o sentimento tido como objeto da ação interior do sujeito, a qual excede a condição de mero estado afetivo para ser a intimidade, a espiritualidade e a aspiração do infinito. De acordo com Nunes (1993, p.52), a sensibilidade romântica separa e une estados opostos, como por exemplo, entusiasmo e melancolia, nostalgia e fervor, exaltação confiante e desespero. Foi somente no período do Romantismo que esse modo de sentir se concretizou

no plano literário e artístico, adquirindo os traços de um comportamento espiritual definido, que sugere uma forma de visão ou concepção do mundo.

O que se pode perceber, como afirma Nunes (1993, p.52), é que se verificou uma grande ruptura com os padrões do gosto clássico dentro do movimento romântico que se desenvolveu entre as duas últimas décadas do século XVIII e os fins da primeira metade do século XIX. Várias fontes filosóficas, estéticas e religiosas próximas se fundiram e assim se reabriram veios mágicos, míticos e religiosos remotos:

Pela variedade de seus aspectos, extensivos, para além da literatura e da arte, a todas as dimensões da cultura, pela diversidade das posições contrastantes que abrangeu, o Romantismo foi, na verdade, uma confluência de vertentes até certo ponto autônomas, vinculadas a diferentes tradições nacionais. (Nunes, 1993, p.52)

Nunes (1993, p.52) explica que a visão romântica do mundo, a qual se desenvolveu nos pródromos das mudanças estruturais da sociedade europeia, concomitantes ao surgimento do capitalismo, é com certeza uma visão de época, pois foi condicionada a um contexto sócio histórico e cultural determinado, que permitiu a ascendência da forma conflitiva de sensibilidade enquanto comportamento espiritual definido.

Essa ruptura dos padrões clássicos, que lançou o Romantismo como um fenômeno da história literária e da evolução das artes, Nunes (1993, p.53) esclarece que foi o efeito mais exterior e concentrado de um rompimento no cerne das correlações significativas da cultura:

Se a visão romântica pode ser considerada como visão de época, não é no sentido de uma *Weltanschauung*, configurada através de uma forma artística, de um estilo histórico determinado, e sim no de uma concepção do mundo relativa a um período de transição, que se situa entre o *Ancien Régime* e o liberalismo, entre o modo de vida da sociedade pré-industrial e o *ethos* nascente da civilização urbana sob a economia de mercado, entre o momento das aspirações libertárias renovadoras das minorias intelectuais, às vésperas do *grand ébranlement* de 1789, e o momento da conversão ideológica do ideal de liberdade que essas minorias defenderam, no princípio de domínio real das novas maiorias dirigentes, firmadas com o Império Napoleônico e após a Restauração. (Nunes, 1993, p.53)

De acordo com Nunes (1993, p.53), o *urgent feeling* da visão romântica estabeleceu o começo do acesso estético à literatura de valores lúdicos e festivos da culturacômica popular do Medievo e do Renascimento, valores que não eram canônicos e que eram neutralizados pelo decoro clássico. Esse *urgent feeling* também fixou a transfusão, principalmente na lírica, de elementos mágicos, encantatórios e divinatórios, “canalizados, quando não do ocultismo e da tradição heterodoxa do misticismo cristão, de veios religiosos arcaicos”. (Nunes, 1993, p.53) A rebeldia contra a disciplina do gosto clássico, na visão de Nunes (1993, p.55), reabriu

na transição do século XVIII para o século XIX, a disputa entre os antigos e os modernos, que se declara muito antes na esfera do humanismo renascentista.

A elevação do sujeito, o qual é precursor da hegemonia da subjetividade no Romantismo, demitiu, como explica Nunes (1993, p.58), o individualismo racionalista da Ilustração, o substituindo por um individualismo egocêntrico:

que vinculou o lastro idealista e metafísico da visão romântica à capacidade expansiva e à força irradiante do Eu. Ponto cêntrico da realidade e passagem para o universo, o Eu, assim configurado, assegurou um primado ontológico à interioridade, à vida interior, que foi sinônimo de *profundidade, espiritualidade, elevação e liberdade*, no vocabulário do Romantismo, quando não significou também o “solo sagrado” da verdadeira vida, o recesso ideal, de onde o sentimento religioso brota, onde a perfeição moral se abriga e a arte começa. (Nunes, 1993, p.58)

Nunes (1993, p.58) aclara que a vida interior, espiritual, livre e profunda, a que levam a capacidade expansiva e o poder irradiante do Eu, se consolida em tudo aquilo que o indivíduo possui de único e característico, e por tudo quanto nele, dos sentimentos aos pensamentos, é capaz de, “sob a tônica do entusiasmo, manifestar espontaneamente, aflorando ao exterior, pela riqueza superabundante de conteúdos que possuem força própria, a súpula dos elementos pessoais e intransferíveis que constituem o índice de sua originalidade”. (Nunes, 1993, p.58)

De acordo com Nunes (1993, p.59), o entrosamento da individualidade orgânica da Natureza com a individualidade singular do homem se faz através de formas de vida mais complexas, pois as civilizações e os povos possuem seus elementos característicos e originais, provenientes das condições de existência que são sempre particulares no espaço e sempre variáveis no tempo. São elementos físicos, vitais e espirituais, conforme o clima, o tempo e o momento que se articulam na síntese coletiva e histórica a qual define uma nação.

Nunes (1993, p.64) ainda explica que nos limites do individualismo egocêntrico e organicista da visão romântica, a vivência da Natureza física e exterior, incorporou não apenas o poder intuitivo da imaginação, mas também a disposição religiosa da interioridade absoluta pela qual Hegel caracterizou o estado de espírito equivalente ao Romantismo:

É uma vivência que se enquadra num confronto dramático do indivíduo com o mundo, possibilitada pelo avultamento do sujeito humano, eixo da nova direção epistemológica a que nos referimos, fora do relacionamento aderente e passivo do prévio “circuito de comunicação” com as coisas naturais da época clássica. Seguindo esse confronto, dialógicamente conduzido, a vivência da Natureza, espetáculo envolvente, objeto de contemplação ou lugar de refúgio para o indivíduo solitário, provocando tonalidades afetivas díspares, que vão do recolhimento religioso à volúpia da autoafirmação, da melancólica sensação de desamparo ao

entusiasmo, não é uniforme. Do mesmo modo que se efetivou em termos de busca, de procura, para além da receptividade passiva aos encantos das cenas e paisagens naturais, ela oscilou, pendularmente, entre um *sentimento de proximidade*, de união desejável e prometida, de compenetração a realizar-se, e um *sentimento de distância*, de afastamento irrecuperável ou de separação fatalmente consumada. (Nunes, 1993, p.64)

Nunes (1993, p.72) também esclarece que o amor romântico não reconhece mais a entrega total do amor-paixão, o qual sacrifica todos os valores à mulher divinizada. Tanto mais sensual é esse amor quanto menos sexual quer ser, e tanto mais sexual se torna, quanto mais ele envolve os amantes, parceiros desiguais, ou angélicos ou perversos, entre momentos de êxtase, numa incompatibilidade sadomasoquista. O amor romântico, de acordo com Nunes (1993, p.72), oscila entre extremos de abnegação e sacrifício, quando é exaltado, e de libertinagem e deboche suicida, quando é decepcionado. “Fantasma do desejo insatisfeito e indefinido, o amor será, assim compreendido, um autêntico paradigma da sensibilidade romântica, de que foi a motivação psicológica fundamental e o tema prioritário”. (Nunes, 1993, p.73)

Para Gerd Bornheim (1993, p.75), no texto “Filosofia do romantismo”, um dos principais problemas que o Romantismo nos propõe é o de sua própria delimitação. De um lado, a interpretação do Romantismo é reduzida a limites cronológicos estreitos, que tendem a esgotá-lo em manifestações simplesmente literárias. De outro lado, de acordo com Bornheim (1993, p.75), existem autores que pretendem encontrar, senão movimentos, ao menos traços ou tendências românticas através de toda História da Civilização; segundo esses autores, o dualismo romântico-clássico, “constituiria a polaridade básica de motivos que permitiria explicar, em obediência a seu antagonismo exclusivista, todo o desenvolvimento da cultura”. (Bornheim, 1993, p.75)

Esse segundo tipo de interpretação é, na visão de Bornheim (1993, p.76), incomparavelmente mais rico e fecundo, principalmente para a compreensão da literatura romântica. Essa interpretação considera o clássico e o romântico como duas categorias básicas, explicativas do desdobramento da cultura. Bornheim (1993, p.76) esclarece que o romântico seria sempre uma fase de rebelião, de inconformismo aos valores estabelecidos e a “consequente busca de uma nova escala de valores, através do entusiasmo pelo irracional ou pelo inconsciente, pelo popular ou pelo histórico, ou ainda pela coincidência de diversos desses aspectos”. (Bornheim, 1993, p.76) Todo romantismo, compreendido como busca de novos valores, tenderia a se tornar um classicismo, no momento em que esses novos valores atingissem máximo desenvolvimento, ou seja, se estruturassem, se fixassem, se impusessem como uma ordem perfeitamente “definida, estática, terminando, por isso mesmo, a dar

margem a uma nova vazão da dinamicidade romântica, e assim sucessivamente. Teríamos, portanto, uma espécie de esquema histórico”. (Bornheim, 1993, p.76)

Essa interpretação, segundo Bornheim (1993, p.76), tende a enxergar romantismo em todas as partes da história, e em última análise, os elementos românticos seriam responsáveis por toda a evolução da cultura. Assim, como exemplifica Bornheim (1993, p.76), Buda, na Índia, teria sido um romântico contra o classicismo bramânico, e os trovadores medievais teriam constituído um movimento romântico ao lado do monumento clássico da *Suma Teológica* de Santo Tomás de Aquino. Nesses casos, como Bornheim esclarece (1993, p.76), não faríamos mais do que emprestar a palavra romântico a movimentos por vezes radicalmente distintos:

Não encontraríamos nenhum conteúdo comum a todos estes pretensos romantismos, e quando coincidentes em dois ou mais movimentos – a presença, por exemplo, de uma atitude de rebelião – facilmente dar-se-ia vaza ao perigo de ignorar ou desconsiderar o sentido próprio deste conteúdo em um determinado movimento. Dito com outras palavras, o Romantismo seria meramente um *flatus vocis*, vazio de significado, e que se adaptaria, com gratuidade menor ou maior, a uma certa circunstância histórica. Seria sinônimo do nome que usualmente se empresta a uma determinada etapa de uma cultura, mas um sinônimo *sui-generis*, apto até mesmo, por vezes, a desviar a visão de uma perspectiva correta. (Bornheim, 1993,p.76)

De acordo com Bornheim (1993, p.77), esta tendência a considerar o Romantismo dentro de uma generalização máxima tende a ser caracterizada em uma dimensão psicológica ou antropológica, pois a atitude romântica confundir-se-ia, por exemplo, com a psicologia do adolescente, ao contrário da clássica, realizada pelo homem maduro. Desse modo, mais do que um estudo do Romantismo, se faria psicologia ou antropologia, pois as conclusões viriam afirmar certas características fundamentais do homem, válidas em quaisquer circunstâncias históricas. No entanto, como Bornheim (1993, p.77) afirma, o Romantismo é fundamentalmente um movimento cultural, inserido em um determinado momento da história, e somente a partir desta situação ele pode ser compreendido. “Toda análise psicológica ou antropológica só pode adquirir um sentido concreto e fornecer uma compreensão real, se encarnada nos valores específicos de cada romantismo, valores que transcendem e não podem ser reduzidos ao psicológico”. (Bornheim, 1993,p.77)

Bornheim (1993, p.77) fixa seu interesse no movimento alemão, devido ao Romantismo alemão ser o único que se estrutura como movimento, conscientemente, a partir de uma posição filosófica. De acordo com Bornheim (1993, p.77), não apenas o ponto de partida, mas a evolução do movimento, na Alemanha, obedece primeiramente a novas exigências de ordem filosófica, e esta presença do pensamento filosófico é uma das

características distintivas do Romantismo alemão. Pode-se dizer ainda que o Romantismo é um produto nórdico, que encontrou na Alemanha a sua morada privilegiada:

De fato, a cultura alemã é basicamente romântica, e isto que se costuma chamar de período romântico, não é mais que a manifestação máxima de constantes que atravessam, com intensidade maior ou menor, todas as etapas dessa cultura. Isso explica a influência que, inevitavelmente, deveria exercer a Alemanha, direta ou indiretamente, sobre todos os romantismos ocidentais. (Bornheim, 1993, p.77)

Bornheim (1993, p.78) esclarece que para compreendermos a filosofia romântica, devemos partir da *Aufklaerung*, do Século das Luzes. Como Bornheim (1993, p.78) nos permite entender, nesta época a Alemanha vivia sob a sombra da cultura latina, principalmente da francesa, pois idealizava a tal ponto os padrões franceses, que se esquecia dos valores nacionais. O que exemplifica bem esse fato é a corte de Frederico o Grande, já que era reflexo da francesa e até mesmo frequentada por Voltaire. Quando na Itália floresceu a Renascença, na Alemanha processou-se a Reforma, acontecimento que estabeleceria uma profunda divergência entre a cultura latina e a nórdica. De acordo com Bornheim (1993, p.78), no sul, a palavra de ordem era a volta à natureza e no Norte ocorria justamente o contrário: não a volta à natureza, mas o afastamento dela e a fixação no sobrenatural. Enquanto os italianos buscavam inspiração na arte antiga, os alemães concentravam-se na fé e na vida religiosa. Portanto, se trata de movimentos opostos, apesar de terem certos pontos de contato, contudo, esses pontos se desenvolviam dentro de um sentido diverso. Bornheim (1993, p.78) afirma que para Lutero, o único caminho apropriado era a fé, e o seu objeto era o sobrenatural, razão pela qual as concessões que Lutero fez à cultura, tais como, fundação de escolas, estudos de línguas antigas, música, etc, encontravam a sua justificação na Bíblia e na vida religiosa, pois o homem deveria ser educado com o intuito de melhor atender a seu chamado divino e aprender a se submeter às ordens de Deus. Desse modo, se a vitória nos países latinos se deve ao racionalismo, na Alemanha é o irracionalismo que se introduz, se constituindo em uma das presenças constantes ao longo de toda cultura alemã.

A primeira consequência da Reforma, como explica Bornheim (1993, p.78), foi o isolamento da Alemanha por cerca de dois séculos, se separando da cultura latina. Após, se seguiu uma série de movimentos subsequentes, os quais tendiam não só a reintegrar a Alemanha na Europa, mas sobretudo a reabilitar os seus valores:

No século XVIII surge o primeiro desses movimentos, a *Aufklaerung*, que deve ser compreendida como um esforço de assimilação da cultura europeia. Em seguida, o *Sturm und Drang* (Tempestade e Ímpeto), um Pré-Romantismo rebelado contra o classicismo francês e desperto aos valores germânicos. Depois, o classicismo

alemão, alheio a exclusivismos exacerbados, tendendo a realizar uma síntese europeia da cultura. E finalmente, o Romantismo, no qual a Alemanha atinge a sua máxima maturidade cultural. Com o Romantismo, os papéis se invertem. Se a Alemanha vence o “obscurantismo” graças à influência do Classicismo latino, o seu Romantismo impõe-se a toda Europa. (Bornheim, 1993, p.78)

De acordo com Bornheim (1993, p.78), Kant procurou definir o Século das Luzes em um curto ensaio, no qual responde o que seria a *Aufklaerung*. Bornheim (1993, p.78) explica que para Kant, a *Aufklaerung* seria a emancipação do homem de sua minoridade, pela qual é responsável, ou seja, a incapacidade de se servir de seu entendimento sem a direção de outro. Porém, essa definição ignora que a Alemanha nesse período permaneceu na minoridade cultural, se submetendo à maioria francesa:

Mas a definição de Kant nos revela um aspecto essencial e primeiro desse movimento: o racionalismo. Leibniz afirmara que vivemos no melhor dos mundos possíveis, e a única condição para a plena consecução desse otimismo, seria a necessidade de submeter-se às forças racionais. Em nome da razão havia sido desenvolvido o melhor da cultura da época: a ciência, a ideia da liberdade, da tolerância, da dignidade humana, a ideia do progresso da humanidade, etc. (Bornheim, 1993, p.79)

A razão, como explica Bornheim (1993, p.79), permitiria dominar o mundo. E se o homem quisesse alcançar a sua plenitude, ou seja, ser soberanamente livre, deveria considerar a razão como a essência do seu ser, derivando dela as normas de seu comportamento. Desse modo, se racionalista, o homem atingiria o máximo de sua humanidade. A realidade em si mesma suscita a dúvida, e o homem só deveria se prender àquilo sobre o qual pode alcançar certeza racional. Assim, tudo é subordinado à razão, “não valem mais as coisas, e sim os objetos pensados; o mundo passa a ser o mundo do homem; Deus o Deus do homem; e a religião só é considerada válida ‘dentro dos limites da pura razão’, como exige Kant em sua última obra”. (Bornheim, 1993, p.79)

Bornheim (1993, p.79) esclarece que a razão é, portanto, o valor supremo e todos os aspectos da cultura devem lhe estar subordinados. Também, a estrutura última da realidade é racional, levando a compreender a natureza como um significado funcional e Deus como uma espécie de grande arquiteto. Esse racionalismo levou a um estreitamento do homem e dos valores humanos:

A intelectualização, quando ditatorial, leva inevitavelmente a um afastamento da natureza, ficando esta reduzida a objeto do pensamento racional, quer científico, quer filosófico. O mesmo vale para a sociedade, estabelecendo-se a atitude racionalista como princípio do individualismo. Deus passa a ser o que o pensamento humano permite, e caímos no “Deus dos filósofos”. Esse estreitamento racionalista

explica, enfim, o excesso de normas e convenções a que passa a ser submetida a atividade humana. (Bornheim, 1993, p.79)

Como explica Bornheim (1993, p.79), o direito, a moral, a arte, assim como a ciência e a filosofia, deveriam ser explicados a partir da razão. E foi Boileau quem pretendeu fornecer as normas racionais que deveriam presidir toda a atividade artística. Essas normas, segundo Bornheim (1993, p.79), remetiam a ideias claras e distintas, segundo o padrão cartesiano, e não eram normas inventadas, mas que correspondiam à estrutura última da realidade à qual deveriam ser aplicadas.

No entanto, os ideais racionalistas sofreram forte reação em toda Europa. Bornheim (1993, p.80) afirma que Voltaire, mesmo que fiel ao Classicismo francês, publica suas *Lettres anglaises* e com elas derrama sobre a Europa a cultura inglesa. A religião, a política, a filosofia, a estética, os poetas da Inglaterra são fatores que abalaram profundamente os alicerces do Classicismo e do Racionalismo. O Classicismo inglês se desenvolveu escassamente, e a filosofia inglesa, o Empirismo, é todo o contrário do Racionalismo francês, constituindo forte crítica ao pensamento cartesiano. Assim, é uma nova ordem de coisas que se estabeleceu. Em diversos países surgiram críticas à razão, como Rousseau, na França, Hume, na Inglaterra, Kant, na Alemanha, essas críticas eram formadas pelas exigências de novos ideais e de maior amplitude.

Segundo Bornheim (1993, p.80), o ponto de partida da doutrina de Rousseau é a interioridade, um voltar-se sobre si mesmo. O subjetivo é o ponto de partida, tanto do racionalismo cartesiano como do pensamento de Rousseau:

E é precisamente nesse ponto onde melhor se pode medir a distância que separa Descartes do novo sentido da interioridade. Em Descartes, como na filosofia que dele derivou, a interioridade esgota-se em uma dimensão racionalista, expressa no *cogito*, e os filósofos fazem a análise da razão, estudam a razão e o conhecimento racional. A interioridade de Rousseau é bem outra, pois para ele interioridade é sinônimo de sentimento, e este é considerado superior à razão. (Bornheim, 1993, p.80)

O sentimento, de acordo com Bornheim (1993, p.80), passa a ser considerado o fator básico na vida individual, pois só nele se traduz a autêntica interioridade do homem. A razão não é somente inferior, mas depende do sentimento. Unicamente através dos sentimentos é que as ideias e o mundo racional podem adquirir sentido, “podem de fato ser apreciados, porque o sentimento é a medida da interioridade do homem. No sentir, no viver-se, o homem é de fato ele mesmo desde as suas raízes, espontânea e livremente”. (Bornheim, 1993, p.80)

A esse sentimento interior, como explica Bornheim (1993, p.81), Rousseau chama de natureza. Essa natureza se opõe à da concepção cartesiana e enciclopedista, e que via nela algo de exterior, de objetivo, de matematizado e racional. Essa concepção racional, fria, mecânica, constitui para Rousseau a maior fonte de erros, pelo que representa de artificial e desvitalizado. “É a natureza vista através dos olhos da ciência, produto, portanto, da cultura. E, de fato, natureza e cultura, segundo Rousseau, são mundos que se opõem, são termos antitéticos que se excluem reciprocamente”. (Bornheim, 1993, p.81) Estas ideias de Rousseau, de acordo com Bornheim (1993, p.81), encontraram profunda repercussão no espírito dos “gênios” do chamado Pré-Romantismo alemão, o *Sturm und Drang*. Esses gênios, portanto, procuram a autenticidade do homem, e creem que ela só pode se desenvolver a partir do sentimento interior da natureza. Insatisfeitos com a impessoalidade da razão, dão vazão à pessoalidade do sentimento.

Outro fator importante no *Sturm und Drang*, segundo Bornheim (1993, p.82), na base do qual podemos encontrar Herder, é o despertar para a consciência nacional, que tende a acentuar-se sempre mais. Foi diante da catedral gótica de Estrasburgo que Herder convenceria o jovem Goethe da necessidade da valorização do elemento nacional, da tradição germânica. Assim, desvia os olhos do poeta da arte francesa e lhe mostra a importância da arte alemã.

De acordo com Bornheim (1993, p.91), o movimento romântico começa a tomar forma em 1797. É organizado um grupo liderado pelos irmãos Schlegel, ao qual se unem também Novalis, Tieck, Schleiermacher, Schelling e outros. Esse grupo encontra sua unidade principalmente no entusiasmo comum pela *Teoria da Ciência*, publicada três anos antes, por Johan Gottlieb Fichte. Parte, desse modo, da filosofia de Fichte, e o pensamento de todos os representantes da primeira etapa do movimento romântico, só pode ser compreendido a partir da *Teoria da Ciência*. Constitui-se um diálogo fecundo, o qual levará a um gradativo afastamento de Fichte e a uma maior autonomia do pensamento romântico. Porém, no início, a adesão quase irrestrita a Fichte foi notável. Como afirma Bornheim (1993, p.91), Schlegel dizia que Fichte teria deixado para trás Kant, Spinoza, e até mesmo o próprio Rousseau.

Bornheim (1993, p.92) explica que o que mais apaixonou os românticos na *Teoria da Ciência* foi a explicação de toda a realidade a partir de um princípio único, fazendo-os aderir mesmo ao idealismo acentuado a que conduzia o sistema de Fichte:

Os dualismos kantianos pareciam definitivamente superados; Fichte tivera a audácia de reabilitar a intuição intelectual contra as duas fontes do conhecimento, de reduzir o mundo extra mental à subjetividade, o Não-eu ao Eu, rompendo, assim, não só com o quebra-cabeça do dualismo fenômeno-númeno, mas principalmente com a

oposição irreduzível entre o sensível e o espiritual. E este Eu se apresenta com traços simpáticos aos românticos em muitos de seus aspectos: um Eu dotado de enorme força criativa, a ponto de fazer do mundo exterior um derivado da imaginação produtora do homem; um Eu, no mais, que vence resistências, obstáculos por ele mesmo produzidos, em sua marcha para o infinito definitivamente distante – uma marcha, contudo, redentora do homem. (Bornheim, 1993, p.92)

A partir do Romantismo, Bornheim (1993, p.106) elucida que começam a ser intensamente valorizados a Idade Média e aspectos não clássicos da Grécia antiga, os quais os diversos classicismos não observaram. Valorizaram também a Ásia e principalmente a Índia, iniciando uma atitude não apenas exterior, mas voltada com respeito para a cultura e para a religião dos países asiáticos. Esse fato é tão importante, que nas palavras de Bornheim (1993, p.106), desde o Romantismo a Europa não é apenas a Europa.

Os românticos também nutriam grande simpatia pelo catolicismo. De acordo com Bornheim (1993, p.109), a reabilitação da natureza levava os românticos a valorizarem todo elemento sensível. Os poetas românticos comoviam-se com a presença de imagens nos templos católicos e toda liturgia lhes era imensamente simpática. Outro fator foi a Virgem, considerada a mulher divina, pois toda ideia de mediação simbólica, que transfigurasse espiritualmente elementos sensíveis, tirados da natureza, era valorizada pelos românticos. No entanto, como explica Bornheim (1993, p.109), existiu também uma razão polêmica para os românticos terem essa simpatia pelo catolicismo: o antiprotestantismo. Entretanto, a razão mais intensa da aproximação dos românticos à Igreja de Roma foi, “mais uma vez, aquela insopitável exigência de unidade, elemento básico de todo o Romantismo, e que levava a ver na Idade Média um índice seguro da possibilidade de união entre o espiritual e o natural, extensível a todos os povos”. (Bornheim, 1993, p.109)

O Pré-Romantismo, como afirma Otto Carpeaux (1993, p.158), em seu texto “Prosa e ficção do romantismo”, é a literatura do *underground* do século XVIII classicista. Os franceses haviam proposto uma teoria literária racionalista, ou seja, o escritor deveria submeter-se à clareza de um bem ordenado pensamento cartesiano. Porém, o inglês Shaftesbury opõe aos franceses a força criadora do entusiasmo. E a melhor maneira de evitar os excessos de uma imaginação tida por irregular, era a imitação dos grandes modelos da Antiguidade clássica, pois poeta significava ser homem erudito. No entanto, a essas qualidades de uma literatura culta os ingleses opõem a exigência da originalidade, pois consideravam que o verdadeiro poeta não imita, mas inventa. Para os ingleses, o poeta não precisava ser erudito, mas um gênio. Esse novo conceito de gênio revolucionou a literatura e a vida:

A genialidade não se aprende. O gênio nasce. É uma força elementar, como a Natureza que o criou, e a Natureza lhe inspira seus sentimentos e seus versos. A literatura classicista fora uma arte da corte e do salão. O poeta pré-romântico passeia livremente pelas paisagens, admirando os espetáculos diferentes da Primavera, do Verão, do Outono e até do Inverno severo. [...] A Revolução Industrial já lança sua sombra sobre a paisagem. A literatura inglesa pré-romântica é melancólica. Seu breviário são os *Night Thoughts* (1742) de Edward Young, longa e fastidiosa meditação poética sobre a noite e os túmulos, poema que terá repercussão tremenda em toda a Europa. (Carpeaux, 1993, p.158)

Essa melancolia noturna e tumular, segundo Carpeaux (1993, p.158), satisfaz à “pena de si mesmo” dos sentimentais e ao “desejo de depender” da mentalidade dos místicos. O sentimentalismo e a mística acompanham o Pré-Romantismo durante todo o século XVIII. Carpeaux (1993, p.158) esclarece que o sentimentalismo pré-romântico derrama muitas lágrimas, mas não se limita a isso. É choroso, mas também concede um lugar ao humor. Também se descobre a força dos sentimentos atrás de certos temas literários, como por exemplo, o amor, o qual a tradição do Ocidente abusou platonicamente.

Carpeaux (1993, p.160) explica que seria possível imaginar uma aliança, mais ou menos clandestina, do sentimentalismo burguês e da mística inglesa em oposição ao Classicismo da aristocracia. Essa aliança se realizou num novo gênero literário, cultivado por aristocratas céticos e lido pela nova classe de leitores, pelo público da classe média: é o romance chamado “gótico”, do qual os mais importantes representantes pré-românticos são Horace Walpole, Ann Radcliffe e Matthew Gregory Lewis:

É o romance dos espectros em castelos arruinados, de mocinhas presas em cárceres subterrâneos por criminosos, de monges desenfreadamente debochados, uma caricatura do mundo feudal, com fortes tendências anticlericais, como convém ao Século das Luzes, e tudo isso colocado num país pitorescamente exótico, às mais das vezes na Itália, não importa, pois para o gosto oficial da época, que continua o Classicismo, tudo aquilo que não é Antiguidade greco-romana ou França, é exótico. A literatura popular ou “trivial” da época acreditava tudo isso. Mas os leitores cultos, estes sabiam melhor: o país exótico para o qual se refugiava o anticlassicismo, é o país de todas aquelas novidades – da poesia da natureza e da noite e dos túmulos, do romance sentimental e do romance “gótico”: é a Inglaterra. (Carpeaux, 1993, p.160)

Como Carpeaux (1993, p.161) explica, é um novo público que lê esses romances e novelas. Não são mais os aristocratas do século XVIII, mas o público burguês que surgiu com a abolição do *Ancien Régime* pela Revolução Francesa. Esse é um público menos exigente que não se preocupa com teorias literárias nem com vanguardas poéticas e muito menos com exaltações místicas. Mística, para esse público, é aquilo que é estranho, terrificante, sobrenatural, “é a temática do romance ‘gótico’, gênero pré-romântico que, no Romantismo,

não somente sobrevive, mas adquire nova e surpreendente vitalidade”. (Carpeaux, 1993, p.161)

Anatol Rosenfeld e J. Guinsburg (1993, p.261), no texto “Romantismo e classicismo”, esclarecem que o Romantismo, antes de mais nada, é um movimento de oposição violenta ao Classicismo e à época da Ilustração, o qual é um período do século XVIII que é tido como o da preponderância de um forte racionalismo. Trata-se de um século cuja característica maior é a do “Iluminismo”, ou das “Luzes”, devido ao vulto que nele tomam as ideias racionalistas. Entretanto, o movimento romântico recusa a visão racionalista e a estética neoclássica a ela ligada. Para compreendermos o choque que assim se produziu, Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.262) explicam o conceito de Classicismo:

O termo vem de *classis*, “frota”, em latim, e refere-se aos *classicis*, aos ricos que pagavam impostos pela frota. Um escritor “classicus” é pois um homem que escreve para esta categoria mais afortunada e mais elevada na sociedade. Tal foi o sentido inicial, como aparece em Áulio Gélio, fonte da primeira menção que se tem da palavra: ela significa aí um autor de obras para as camadas superiores. Depois o vocábulo sofreu várias transformações, passando a designar um valor, estético, ético, mas principalmente didático: um escrito “clássico” veio a ser uma composição literária reconhecida como digna de ser estudada nas “classes” das escolas. Nesta acepção, o termo é muito usado para vários fins. Por exemplo, a gente compra determinadas obras porque são consideradas modelares e, como tais, indispensáveis numa biblioteca. Entretanto, do ponto de vista estilístico, é possível que seu autor seja romântico e não clássico. Um terceiro significado que se impôs, ligado ainda ao segundo, diz respeito ao período em que a literatura, as artes, a cultura de uma nação ou de uma “civilização” alcançam um grande florescimento ou então o seu apogeu. Assim, fala-se do Século de Ouro na Espanha como de uma “época clássica” do gênio hispânico ou de Shakespeare como do “escritor clássico” da língua inglesa, embora do ponto de vista artístico semelhante designação não lhes caiba de maneira nenhuma. (Rosenfeld e Guinsburg, 1993, p.262)

Segundo Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.262), “clássico” ou “classicismo” está relacionado a princípios e obras que correspondem a certos preceitos modelares, os quais procedem de certa fase da arte grega e a tomam como padrão. Essa codificação ocorreu principalmente no Renascimento e foi então que a redescoberta da Antiguidade Greco-Latina, ou “Clássica”, “a revalorização de suas produções intelectuais e artísticas, conjugando-se com um extraordinário surto da criatividade italiana e até europeia, puseram novamente na ordem do dia o pensamento e os problemas estéticos”. (Rosenfeld e Guinsburg, 1993, p.262).

De acordo com Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.262), o Classicismo se distingue essencialmente por elementos como o equilíbrio, a ordem, a harmonia, a objetividade, a ponderação, a proporção, a serenidade, a disciplina o desenho sapiente, o caráter apolíneo, secular, lúcido e luminoso. É o domínio do diurno, contrário ao elemento noturno, o Classicismo quer ser transparente e claro, racional. E com tudo isso se demonstra uma fé

profunda na harmonia universal. A natureza é concebida fundamentalmente em termos de razão, regida por leis, e a obra de arte reflete tal harmonia, pois a obra de arte é imitação da natureza, e a imitando, imita seu concerto harmônico, sua racionalidade profunda, as leis do universo.

Outro aspecto relevante do Classicismo, como afirmam Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.263), é o disciplinamento dos impulsos subjetivos. O escritor clássico domina os ímpetos da interioridade e não lhes dá pleno curso expressivo, pode-se considerar que ele se define por esta contenção. Evidentemente, existe nesse domínio, certa autolimitação, pois o autor desaparece por trás da obra, não quer manifestar-se, seu desejo é ser objetivo. A obra é que vale como tal e não pelo que ela diz de seu criador. Esse fato exige uma maneira de formar rigidamente ligada ao objeto ou a ideia que se tem dele, “daí a importância dos procedimentos que assumem um caráter de regras”. (Rosenfeld e Guinsburg, 1993, p.263)

Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.263), aclaram que também é relevante considerar a lei de tipificação dentro do Classicismo. A arte clássica não quer diferenciar e individualizar, seu objetivo é sempre chegar ao geral e ao típico. Na pintura e na escultura, por exemplo, sua busca é a do universal. Na literatura, subtrai-se de descer a distinções psicológicas muito minuciosas. Em todas as suas formas de expressão, tenta fixar o universalmente humano, “trata-se de um princípio fundamental do Classicismo, já estabelecido nitidamente na dramaturgia por Aristóteles, mas com validade para todas as outras artes”. (Rosenfeld e Guinsburg, 1993, p.263)

Outro aspecto, como explicam Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.263), é que no Classicismo o valor estético reside na obra, e apenas nela, já que por trás da arte o artista deve desaparecer. Sem ser um mestre anônimo, este trabalha como um artesão, seguindo as regras estabelecidas, às quais se conforma e se ajusta humildemente. Já a obra, sendo basicamente um autovalor, deve por si fazer-se valer esteticamente perante o público. O efeito da obra não deverá apenas ser de comunicar beleza, mas terá de ser “dulce et utile”, ou seja, além de provocar reações deleitosas, ela deve trazer proveitos de natureza prática, principalmente didática. Na realidade, segundo a visão classicista, “a obra será tanto mais realizada quanto maior o seu poder de veicular, através da bela e suave revelação da forma, ensinamentos e verdades que elevem o conhecimento e contribuam para o aperfeiçoamento do gênero humano”. (Rosenfeld e Guinsburg, 1993, p.264)

Posto em termos gerais o modelo clássico, pode-se visualizar melhor contra que tipo de arte o Romantismo aponta suas armas. De acordo com Rosenfeld e Guinsburg (1993,

p.264), primeiramente o Romantismo recebe um sentido pejorativo, pois, em meio de um mundo clássico, qualifica-se um gênero de “relato ficcional meio disparatado, absurdo, cheio de lances heroicos e fantásticos, onde há muitas peripécias de amor e aventura, que ainda hoje certamente chamaríamos de ‘romance’”. (Rosenfeld e Guinsburg, 1993, p.264) Nessa época, a atmosfera cultural é marcada pelos “espíritos bem pensantes”, desse modo, não é de admirar-se que exista pouca compreensão com tipos de arte considerados inferiores e vulgares, “é com escárnio que se vê o romance cujo barroquismo, na sua mescla folhetinesca do pícaro e popular com o sentimental e lendário, já encerra numerosos elementos romantizantes”. (Rosenfeld e Guinsburg, 1993, p.264)

Porém, segundo Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.264), aos poucos o termo começa a se impor e a perder sua conotação negativa. Uma transformação lenta do gosto deixa de favorecer as figuras bem proporcionadas e as vistas bucólicas, para destacar, como por exemplo, as solitárias, selvagens e melancólicas paisagens inglesas, as quais passam a ser denominadas de “românticas”, como que se contrapondo à paisagem serena e composta da linha “clássica” francesa.

Também é interessante citar a onda de sentimentalismo burguês que se espalha pelo século XVIII. Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.264) afirmam que um tom fortemente emotivo, que extravasa principalmente dos romances ingleses de Richardson, Sterne, Goldsmith, invade a literatura europeia. A tragédia burguesa, gênero de peça que passa a ser cultivado, também é extremamente sentimental. Segundo Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.264), o público se comovia a tal ponto com o cruel destino da pobre moça, raptada, seduzida e envenenada, que se desfazia em lágrimas, horas a fio.

Assim como Carpeaux, Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.267) explicam que o emocionalismo pré-romântico traz um novo modo de entender o poder da criação artística e o seu criador. Não se trata mais da habilidade, do engenhoso autor com capacidade de compor sabiamente uma obra de arte, como quer a visão classicista. Com o Romantismo, a criação é fruto da pura espontaneidade, da inspiração. Não pode ser retocada, torneada e acabada por critérios artesanais de perfectibilidade. Desse modo, o valor da obra passa a habitar em algo que não está nela objetiva e formalmente, e sim subjetivamente no seu autor, a sinceridade:

Vê-se que esse conceito de gênio original reúne, de certa maneira, todos os conceitos, todas as ideias e aspirações do Romantismo. Em seu âmbito fica compreendida particularmente a revolta radical contra as regras tradicionais, canonizadas, do Classicismo, contra as “autoridades” clássicas, contra os padrões consagrados, porque o gênio, evidentemente, não se deixa guiar por modelo nenhum; ele cria livre e espontaneamente; ele não se atém a norma nenhuma, porque

nem sequer conhece as normas. O gênio cria a obra com base numa explosão, num surto irracional de sua emocionalidade profunda. E sua criação, por mais imperfeita que seja, na perspectiva das regras clássicas, será sempre a grande obra, porque exprime o estado de exaltação do criador com toda sinceridade, fato que constitui o valor máximo nesse sentido. (Rosenfeld e Guinsburg, 1993, p.267)

Segundo Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.268), se no Classicismo prevalecia a serenidade, a ordem, o equilíbrio, a harmonia, a objetividade, a ponderação e a disciplina, no Romantismo predomina a efusão violenta de efeitos e paixões, as dissonâncias, a desarmonia em vez da harmonia. O ímpeto irracional, o gênio original “e a exaltação dionisíaca sobrepõem-se à contenção, à disciplina apolínea da época anterior”. (Rosenfeld e Guinsburg, 1993, p.268) Prevalece o elemento noturno, algo de selvagem e também de patológico, uma inclinação profunda para o mórbido, a ponto de Goethe, de acordo com Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.268), ter definido o Classicismo como aquilo que é sadio e ter visto no Romantismo a encarnação do doentio.

Rosenfeld e Guinsburg (1993, p.269) explicam que com o Romantismo passa-se a valorizar o indivíduo naquilo que o distingue de outro. E o que o distingue é sua situação social, sua sensibilidade específica desenvolvida num certo âmbito nacional e em outros elementos particularizantes. Desse modo, na medida em que é salientado o papel dos matizes particulares, o valor passa a recair no peculiar, naquilo que diferencia uma pessoa de outra, uma nação de outra, ou seja, na individualidade:

O romântico, portanto, com o destaque que ele dá ao característico, àquilo que distingue o indivíduo dentro do quadro da sociedade, da nação, da classe em que se encontra, ou que individualiza estes “meios” da vida coletiva, abre caminho para a ciência social, mas a sua preocupação básica não é de modo nenhum científica, pelo menos numa acepção estrita. O que ele procura é configurar o homem dentro de um ambiente. Daí o seu constante interesse pela “cor local”. (Rosenfeld e Guinsburg, 1993, p.269)

4.2 O Romantismo no Brasil

Massaud Moisés (2001, p.315), em sua obra *História da literatura brasileira*, esclarece que o Romantismo constitui profunda e ampla revolução cultural cujos efeitos não findaram até nossos dias. O conhecimento científico, filosófico e religioso, além das Letras e das Artes, sofreu um impacto que ainda reflete na crise permanente da cultura moderna. Assim como a Renascença, o movimento romântico é um dos principais eventos da vida intelectual da Europa, sobretudo da sua vida literária. Segundo Moisés (2001, p.316), o Romantismo prestava-se para denominar tudo quanto não cabia nos compartimentos antes conhecidos, “o paradoxal, o antitético e derivados passaram a ser sinônimo de romântico, a

confusão generalizou-se; agravada pelos homens de Letras que se dispunham a cunhar fórmulas breves e claras de um processo histórico notoriamente oscilante e contraditório”. (Moisés, 2001, p.316)

De acordo com Moisés (2001, p.316), cada país adaptou o Romantismo às suas peculiaridades étnicas, históricas, geográficas e etc. Porém, um denominador comum solidariza, pelo menos no aspecto basilar, as várias modalidades regionais do movimento, ou seja, aos vários romantismos corresponde um Romantismo. Caso contrário, não seria possível utilizar o mesmo vocábulo para designar processos literários autônomos, pois “se tem alguma procedência referir os vários romantismos é porque existe um Romantismo, lugar-comum de todos eles. Se não, o termo ‘romantismo’ rubricaria objetos diferentes, o que configuraria impropriedade ou abuso de nomenclatura”. (Moisés, 2001, p.316)

Segundo Moisés (2001, p.321), o movimento romântico iniciou na Escócia e Alemanha e não na França, Itália ou Espanha, cuja psique parece adequar-se mais a fisionomia romântica, pois para os povos de fala neolatina, as origens remotas da sua cultura se encontram na Antiguidade greco-latina, para a qual sempre tornam quando buscam ideais supremos de arte. Os seus modelos de perfeição, ou classicismo, localizam-se na Grécia e em Roma. Já os povos anglo-saxônicos não são herdeiros diretos da Grécia e Roma, “as suas raízes mergulham na Idade Média, que desse modo se lhes tornou idade de ouro e reserva de classicismo; o seu mundo clássico é medieval, não mediterrâneo”. (Moisés, 2001, p.321) Desenvolvido, ampliado, enriquecido e reduzido a padrões doutrinariamente didáticos na França, o Romantismo se disseminaria pelos demais países da Europa e das Américas.

Na ordem política, como afirma Moisés (2001, p.322), o Romantismo corresponde ao desaparecimento das oligarquias reinantes em favor das monarquias constitucionais ou das repúblicas federadas, e também à substituição do Absolutismo religioso, filosófico, econômico, etc, pelo Liberalismo na moral, na arte, na política e etc. A pirâmide social estratificada até o século XVIII, entroniza no ápice uma nova classe, a burguesia, no lugar da aristocracia de sangue, organizada à luz da herança e dos privilégios vinculados. Assim como o Classicismo e a nobreza se identificavam, o Romantismo e a burguesia também se tornaram categorias sinônimas. Apesar de o aparecimento do Romantismo e a ascensão da burguesia acontecessem ao mesmo tempo, a classe social se utilizava da estética para se exprimir, adquirir voz e estatuto intelectual, e o movimento literário se apoiava à classe social para se impor e sobreviver:

De onde a primeira mais relevante consequência desse intercâmbio ser a profissionalização do escritor: refugado o mecenatismo dos potentados como atentatório à liberdade criadora, o escritor, emergido da burguesia, produz um artefato a ser consumido pela classe média e do qual auferia proventos para sua subsistência. A burguesia pagava pela fruição da obra e, ao mesmo tempo, pela imagem de si própria que nela encontrava estampada: o escritor funcionava desse modo, como a consciência da classe de que provinha e como o ideólogo que lhe propunha um figurino moral, estético, etc. E quando não interpretasse toda a sociedade do tempo, ao menos seria porta-voz de uma vasta família de espíritos que se reconheciam nele. A ficção servia, portanto, de espelho dum estado de coisas e, simultaneamente, decálogo da sociedade: esta se revia, não exatamente como era, mas como pretendia ser ou aprendia a ser, graças à imagem fornecida pelo escritor. (Moisés, 2001, p.322)

Na realidade, como explica Moisés (2001, p.322), os românticos reagem violentamente contra os padrões clássicos de arte e de vida. Opõem-se ao primado das regras, normas e modelos estabelecidos pelos teóricos dos séculos XVI a XVIII e pregam o culto da liberdade criadora e o desrespeito aos gêneros puros, pois admitem que o escritor deveria guiar-se pela inspiração e liberar seu gênio ao invés de ser submisso a qualquer autoridade estranha à própria consciência. Egocêntrico, o romântico adota ante a realidade um comportamento passivo, introvertido, de índole feminóide. Desse egocentrismo procedem as outras características do homem romântico: em lugar do racionalismo, o sentimentalismo; “em vez da especulação em torno dos magnos problemas do Cosmos, a imaginação, volvida faculdade soberana, a obsessiva sondagem no ‘eu’, matriz do ato criador” (Moisés, 2001, p.323)

Moisés (2001, p.323) esclarece que o romântico, introjetado, vive o desequilíbrio peculiar à imersão no caos interior e prega-o em substituição à ordem clássica. A partir disso foi um passo para a entrega aos jogos antitéticos, em que se digladiam sentimentos conflitantes, um positivo e outro negativo:

O paradoxo tornou-se a expressão do dilema em que se debate o romântico. Jogado permanentemente entre sentimentos opostos, e cultivando morbidamente essa mesma instabilidade emocional como sinônimo de originalidade perseguida a todo o transe, não raro convertida num imenso orgulho de pronto transformado numa infinita depressão, - o romântico faz pensar em que, se as estéticas têm sexo, o Romantismo é feminino, e o Classicismo, masculino. Ainda vislumbrar nesse insondável conflito a crise própria da adolescência, parece correto. Substancialmente, o Romantismo inaugura uma visão adolescente e feminóide do mundo, patente no fato de as obras produzidas durante o seu desenvolvimento girarem, não raro, em torno da psicologia da mulher e do adolescente. (Moisés, 2001, p.323)

Segundo Moisés (2001, p.324), a morte, liricamente emoldurada pela imaginação febril, parecia aos românticos a saída natural para existências que pareciam unicamente a antecâmara do nada. Muitos românticos cederam-lhe o fascínio, até mesmo porque lhes repugnava a ideia da velhice. Resulta disso buscarem apressar o desenlace, que, pondo fim

aos tormentos da sensibilidade, lhes afigurava o termo de uma existência plena e bem vivida. Entregavam-se por isso, a toda sorte de desregramentos, descuidando-se da saúde porque somente lhe importavam os valores do espírito. Desse modo, muitos pereceram antes dos trinta anos, ou em duelos, no campo de batalha, ou lutando por uma causa nobre, pelo suicídio, ou mergulharam nas trevas da loucura.

Moisés (2001, p.325) explica que para esquivar-se à angústia, o romântico foge no tempo e depara a história e, dentro dela, a Idade Média. O clássico distinguia o tempo como equação imutável, absoluta, identificada com a eternidade, fazendo com que o tempo do “eu” refletisse apenas o escoar perene do tempo. Descoberta a relatividade do tempo, graças também à universalização do relógio, o romântico percebe a história como sequência retilínea de eventos, processando-se no fluxo cronológico em que está imerso o ser humano. Em síntese, o tempo como dimensão psicológica. E, no seu interior, escolhe a Idade Média como período ideal, porque negligenciada pelos clássicos e porque respondia ao apelo por uma literatura que manifestasse o sentimento e a natureza:

Anticlássico, o romântico supervaloriza o que anteriormente fora desprezado e que corresponde aos seus anseios de perfeição espiritual, a Idade Média, entrevista como reino de ingenuidade, pureza, inocência, misticismo, nobreza, etc. Uma Idade Média idealizada, ou focalizada apenas dos ângulos que sugerissem um “paraíso perdido”: o da vida heroico-cavaleiresca, o da sentimentalidade mística, o do maravilhoso ingênuo e fantástico, o do pitoresco arquitetural (o gótico), o das lendas populares e folclóricas, o do despertar do sentimento de nacionalidade, etc. Enfim, fixava-se o romântico na ideia da reabilitação do Cristianismo anterior às lutas da Reforma e Contra-Reforma, emblematizado no Gênio do Cristianismo (1802), de Chateaubriand. (Moisés, 2001, p.325)

De acordo com Moisés (2001, p.328), dois fatos simultâneos e protagonizados por José Gonçalves de Magalhães introduziram a moda romântica no Brasil: *Niterói-Revista Brasiliense* e *Suspiros Poéticos e Saudades*. Ambos datados de Paris, 1836, o periódico era organizado por Torres Homem, Porto Alegre, Pereira da Silva e Gonçalves de Magalhães, e o livro de versos pertencia a esse último. Os poemas, juntamente com a revista, exerceram papel pioneiro e desviaram o norte da nossa orientação literária, pois daí em diante seria a França, não mais Portugal, o país que ditaria as regras e modas que seguiriam os homens de cultura no Brasil.

Moisés (2001, p.331) esclarece que três fases, ou momentos, percorreu o Romantismo brasileiro: a primeira, de 1836 até 1853 aproximadamente, a segunda, de 1853 a 1870, e a terceira, de 1870 a 1881, quando tem início o Realismo. Esses momentos apresentam características próprias e diferenciadas, porém não estanques, pois cada qual gira

ao redor de uma tônica literária, “erigida por algum tempo em moda, mas todos são permeados por um continuum estético que é a própria razão de serem englobados sob o título de Romantismo. Assim, um tema e três variações assinalam o movimento romântico entre nós”. (Moisés, 2001, p.331)

Brito Broca (1979, p.42), na obra *Românticos, pré-rômanticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*, explica que nos tempos coloniais a circulação de todos os veículos de cultura era controlada pela Metrópole. Não existia tipografia e nem livraria no Brasil, e qualquer espécie de papel impresso só podia vir de Portugal após passar pela triagem da censura. Desse modo, os homens cultos da Colônia só conseguiriam ler o que o governo português lhes permitisse. No entanto, o rigor da fiscalização jamais impedira as obras de Voltaire, Rousseau e os enciclopedistas franceses de circular clandestinamente na Colônia. Mas sem imprensa, a expansão do pensamento estaria sempre rudemente cerceada.

Como esclarece Broca (1979, p.42), pouco antes de partir para o Brasil, em 1807, a Família Real havia recebido de Londres uma encomenda de prelos e materiais tipográficos, com os quais fundou a Imprensa Régia, no Brasil, por decreto de 13 de maio de 1808. Além da legislação e de papéis diplomáticos, a Imprensa Régia destinava-se a publicar quaisquer outras obras, porém, os originais deviam sofrer severo exame da Junta diretora.

A criação das academias de Direito de Olinda e São Paulo, como afirma Broca (1979, p.44), veio dar um rude golpe nos laços intelectuais que ainda prendiam o Brasil a Portugal. A influência francesa que se exercia, clandestinamente, através dos enciclopedistas, passa a manifestar-se amplamente em nossa vida cultural. Olinda, depois Recife, e São Paulo libertam o Brasil da tutela de Coimbra. Também, os jovens ricos, não se contentando em estudar em Recife e São Paulo, vão para Paris, trazendo no regresso a influência francesa nos usos brasileiros. Em duas livrarias mal abastecidas do Rio de Janeiro, as obras francesas eram a maioria. Enquanto a França seduz os brasileiros, o sentimento de autonomia, de nacionalidade, leva naturalmente os poetas e os escritores a se voltarem para as coisas brasileiras, tais como, a paisagem, a natureza, o homem e, por uma gradação natural, o Índio.

Broca (1979, p.53) elucida que com o estabelecimento da Imprensa Régia e a suspensão das leis que proibiam a entrada de livros estrangeiros no Brasil, fez com que se desenvolvesse o gosto pela leitura no país. Isto ocorria principalmente na Corte, que era o foco da vida cultural brasileira. Eram raras as livrarias no Rio de Janeiro até 1810, mas em 1821 já existiam oito lojas de livros. Em 1823, o número aumenta, apontando, após a independência, o incremento da curiosidade cultural. Os gêneros que atraíam

preferencialmente o público eram ciência, política, os conhecimentos gerais e humanísticos. Havia por esses gêneros mais interesse do que pela ficção e pela poesia. Estes só ganham impulso depois de 1840, quando se inicia o reinado de Dom Pedro II.

Segundo Broca (1979, p.73), durante o período romântico no Brasil não houve crítica regular de livros do dia, publicada nos jornais e nas revistas. Até mesmo porque até por volta de 1855 a produção livresca muito escassa quase não comportava uma crítica em tais condições. Como as representações teatrais tinham entre os brasileiros uma função excepcional, desde os primeiros tempos da independência, era nelas que incidia geralmente a crítica da época. Comédia, drama ou ópera eram motivo para um folhetim, enquanto um romance ou um livro de versos teria no máximo algumas linhas nos rodapés, em meio de assuntos mundanos, como baile, inaugurações e festas.

Os romancistas brasileiros, como explica Broca (1979, p.122), pintavam o herói romântico com o objetivo de estabelecer uma imagem perfeita de pureza e virtude, as quais eram quase desumanas. Mesmo nas circunstâncias em que a fraqueza inerente a todo ser humano explicaria uma falta, o herói romântico não falhava em uma linha sequer na sua conduta irrepreensível. Desse modo, devemos ver nele mais um anjo do que um homem. Daí certos traços efeminados que os romancistas lhes conferiam, sem nenhuma intenção de mostra-los sob um aspecto pouco viril, mas sim de acentuar-lhes o caráter angelical. Mesmo porque muitos desses jovens aparentemente frágeis mostravam-se, por vezes, capazes das maiores bravuras, dos atos mais audaciosos e audazes. Esse anjo, sempre parecia exilado na terra, entre a brutalidade, a grosseria dos homens e por vezes a indiferença das mulheres. De onde a tristeza, a melancolia que espelhava nas faces e a conseqüente palidez. Palidez, em que não se refletiam noites perdidas na orgia, no vício, e sim em longas vigílias, pranteando desesperanças sobre o retrato da mulher amada.

Antonio Candido (1997, p.24), no texto “O romantismo como posição do espírito e da sensibilidade”, aclara que a reforma romântica no Brasil, e em outro países, corresponde a um processo capital na literatura moderna, sensível sobretudo na poesia, onde aparece como depuração progressiva do lirismo. De Cláudio Manuel a Gonçalves Dias, e principalmente a Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu, a poesia despoja-se de muito do que é comemoração, doutrina, debate, diálogo, para focar-se em torno da pesquisa lírica:

Lírica no sentido mais restrito de manifestação puramente pessoal, de estado d’alma, sob a égide do sentimento, mais que da inteligência ou do engenho. Esta longa aventura da criação, que virá terminar no balbucio quase impalpável de alguns modernos – os *Poemas da Negra*, de Mário de Andrade, *A Estrela da Manhã*, de

Manuel Bandeira – corresponde ao próprio trabalho interno da evolução poética, especializando-se cada vez mais e largando um rico lastro novelístico, retórico e didático, que foi enriquecer outros gêneros, sobretudo o gênero novo e triunfante do romance, que na literatura brasileira é produto do Romantismo e desta divisão do trabalho literário. (Candido, 1997, p.24)

Considerando esse panorama histórico do Romantismo, podemos afirmar que os elementos do movimento romântico que são importantes para a interpretação das narrativas ficcionais publicadas no *Jornal das Senhoras* são: gótico, sentimentalismo, presença de grandes emoções, presença de muitas lágrimas, sensibilidade, inclinação para o mórbido e melancolia, necrofilia e morte. O Romantismo fornece uma ideia do panorama cultural da época, na Europa e no Brasil. E, de certo modo, influencia algumas ideias e publicações do *Jornal das Senhoras*.

5. NARRATIVAS FICCIONAIS PUBLICADAS NO JORNAL DAS SENHORAS

No *Jornal das Senhoras* também foi publicado muito romance em forma de folhetim. Doze narrativas publicadas nessa revista serão apresentadas nessa seção, para que possa ser traçado um breve panorama dos temas das narrativas ficcionais publicadas no *Jornal das Senhoras*.

Abaixo são apresentadas algumas informações importantes sobre as doze narrativas ficcionais em questão com objetivo de se ter uma ideia sobre o seu conteúdo. As narrativas estão organizadas como se segue:

- a) Título da narrativa;
- b) Datas de publicação no *Jornal das Senhoras*;
- c) Resumo do enredo;
- d) Informações relevantes da narrativa, tais como: 1) autor e 2) fonte, quando indicada; 3) se a narrativa também foi publicada em outro periódico brasileiro.

Observamos que ao final de algumas narrativas aparece a informação “extraída”. Supomos que essa informação signifique que a narrativa tenha sido extraída de algum outro periódico, pois não encontramos dados mais concretos. Também, ao final de algumas narrativas, aparece a informação “traduzido”, sem ser informado de qual idioma a narrativa teria sido traduzida.

- “A virgem de Van Dick”

Data de publicação: 1º de agosto de 1852.

Resumo do enredo: A história é sobre Dolly, uma das damas de companhia da rainha, a qual o pintor Van Dick usa como modelo para representar a mãe de Jesus. Durante a noite, Dolly deixa o castelo e vai até onde Van Dick está hospedado para servir de modelo. Em uma noite particular, Dolly é vista pela duquesa d’Alby que era responsável pelas damas da corte. A duquesa, juntamente com outras damas, segue Dolly imaginando que ela tinha um caso amoroso com Van Dick. No entanto, quando elas chegam no quarto de Van Dick, elas descobrem que Dolly era sonâmbula, ou seja, ela não procurava o pintor por vontade própria, mas porque era sonâmbula. Dolly e Van Dick se casam na catedral São Paulo.

Informações: A diretora do *Jornal das Senhoras* afirma que ela traduziu essa narrativa do Francês.

- “O Cavaleiro branco”

Datas de publicação: 5 e 12 de setembro de 1852.

Resumo do enredo: A cidade onde os noivos Mina O’Dillon e Mauricio moram está dominada por uma maldição. No dia do seu casamento, Maurício troca de roupas com o seu soberano, o “Cavaleiro branco”, para salvá-lo de uma perseguição inglesa. Como consequência, Maurício é capturado pelos ingleses. Após esse fato, Mina planeja como ela pode salvar o seu noivo e ela alcança seu objetivo. Graças à coragem dela, a maldição da cidade é quebrada.

Informações: É uma lenda irlandesa assinada por Mme. Laura Prus. Informações sobre a autora não foram encontradas.

- “A má filha”

Data de publicação: 10 de abril de 1853.

Resumo do enredo: Sra. Nunny está agonizante em seu leito de morte. Ela possui uma filha, Helena, e uma enteada, Alice. A segunda era filha do marido de Sra. Nunny, fruto de um casamento anterior. Já que Alice não era filha legítima de Nunny, a senhora não tratava Alice com carinho e afeto. Alice, que mora em outra casa, pois é casada, ao saber que sua madrasta está moribunda, vai rapidamente visitá-la, mesmo ela estando adoentada também. Desde que a mãe ficara doente, Helena aguardava a morte de sua mãe para receber a herança. Sra. Nunny ao reconhecer a ingratidão da filha, reconhece Alice como sua verdadeira filha e lhe pede perdão por a ter tratado com tanta indiferença. Alice responde que não há o que perdoar e abraça a mãe. Ao perceber que o fim da vida se aproxima, Sra. Nunny pede que Helena a abrace, no entanto ela morre sem ser abraçada pela filha. Logo após a morte de sua mãe, Helena conta as peças de valor deixadas por ela, e ao perceber que um par de brincos de diamantes está faltando, pergunta à Martha, velha empregada da casa, onde eles se encontram. Martha informa que os brincos estão com a defunta. Helena vai até a sala onde mãe é velada por duas mulheres pagas para o serviço, e pede que elas abram o caixão. Ao abrirem o caixão, Helena percebe que sua mãe, que tinha sido amortilhada com os braços estendidos ao longo do corpo, está agora em atitude de prece. Helena cai ao chão, vítima de convulsões. Nos dias seguintes e sempre na mesma hora, a moça é acometida por terríveis

convulsões, pois se tornara epilética. Um ano após a morte de Sra. Nunny, Helena é velada na mesma sala. Alice e a velha Martha oram por Helena.

Informações: Assinado por Louis Boivin.

- “Amor materno”

Datas de publicação: 8 e 15 de maio de 1853.

Resumo do enredo: É a história de Mrs. Philipps a qual tem muita afeição por sua filha, Lucy. Um dia, Lucy desaparece de casa e Mrs. Philipps inicia sem sucesso uma busca pela filha. Mrs. Philipps fica doente e morre sem encontrar a filha. Após oito anos, Lucy reaparece. Lucy havia sido raptada por seu pai, o qual desejava administrar sua fortuna quando Mrs. Philipps morresse.

Informações: Essa narrativa ficcional é indicada como sendo uma tradução, mas o nome do tradutor não é mencionado. É importante pontuar que no número de 15 de maio de 1853, duas das páginas em que essa narrativa foi publicada estão faltando. Esse fato se constitui em um problema para a total compreensão da história. Como Maria Angélica Soares (2006, p.6) nos informa, “Amor materno” já havia sido publicado em *O Chronista* em 2, 5 e 9 de agosto de 1837 e também no *Gabinete de Leitura* em 20 de agosto de 1837.

- “Sophia ou o reconhecimento”

Data de publicação: 5 de junho de 1853.

Resumo do enredo: Madame Guthier, viúva de um rico negociante e mãe de duas filhas, tem sua fortuna arruinada. Após a sua desgraça é abandonada por seus amigos. Muda-se para uma casa mais modesta e passa a trabalhar como costureira para sustentar as duas filhas. Sophia auxilia a mãe nos trabalhos e guarda todo seu dinheiro para no dia de ano novo presentear a mãe e a irmã. Porém Madame Guthier é atacada por uma febre maligna. Sophia cuida da mãe, mas o dinheiro necessário aos remédios e ao médico termina. Então Sophia vai até a casa da modista para quem trabalha pedir auxílio, no entanto, ela havia viajado. Sophia vai até a catedral de Notre Dame e se entrega às orações. Na igreja, Sophia encontra uma velha dama e lhe conta sua situação. A mulher pede que Sophia a leve para ver sua mãe. Ao chegar à casa, a velha senhora reconhece Madame Guthier, pois quinze anos atrás Madame Guthier havia auxiliado essa senhora que havia sido posta na rua com seus filhos devido a uma dívida. Agora, Madame Blonchard, como se chamava a velha senhora, auxilia Madame

Guthier e a convida para morar em sua casa, juntamente com Sophia e a outra filha. Ela aceita o convite e Sophia e o filho de Madame Blonchard se apaixonam e se casam.

Informações: Traduzido por Eliza.

- “O profeta Carmelo”

Datas de publicação: 12, 19 e 26 de junho de 1853.

Resumo do enredo: A rainha Mary da Inglaterra, disfarçada, encontra o profeta Carmelo para saber se o seu casamento com o rei da França, Luiz XII, irá acontecer, pois ela ama outro homem, o duque de Suffolk. O profeta prevê que Mary será feliz se ela casar com um vassalo. Apesar disso, o irmão dela, Henrique VIII, sabendo sobre o amor de Mary e Suffolk, envia a rainha e Suffolk para a França para o casamento dela com o rei francês. Luiz XII está muito doente e morre dois meses após o casamento. Consequentemente, o príncipe Francisco I tenta cortejar Mary, mas ela não se rende a ele. Em seguida, Mary e Suffolk fogem para casar. Francisco I descobre o plano deles e vai até a capela, mas chegando lá, permite o casamento deles. Então, Suffolk revela a Mary da Inglaterra que ele era o profeta Carmelo.

Informações: Essa narrativa foi extraída por Elisa.

- “Uma história que se passa em Inglaterra”

Data de publicação: 8 de janeiro de 1854.

Resumo do enredo: Izabel é filha de um viúvo muito rico que morreu quando ela era muito jovem. Então, o amigo de seu pai começa a cuidar de Izabel. Seu tutor tem uma filha, Maria, que tem a mesma idade de Izabel. Quando as meninas crescem, as duas apaixonam-se por Jorge. No entanto, Jorge casa com Maria, e Izabel nunca revela seu amor secreto. Izabel nunca casa e devota sua vida para cuidar de Maria, Jorge e os filhos deles. Quinze anos depois, Jorge morre e Izabel, sozinha com o corpo revela seu amor por ele. Então ela beija seus lábios pálidos e frios.

Informações: Como indicado no *Jornal das Senhoras*, essa narrativa foi traduzida por Thereza de “Alphonse Karr – (*Les Femmes*)”. De acordo com Maria Angélica Soares (2006, p.176), Jean Baptiste Alphonse Karr (1808-1890) foi um jornalista, crítico e romancista francês. Um dos seus trabalhos foi *Les Femmes* (1853).

- “O rei e o moleiro”

Data de publicação: 26 de março de 1854.

Resumo do enredo: O rei da Inglaterra, Henrique II, está caçando na floresta Sherwood quando ele se perde. Então, ele conhece um moleiro, o qual o convida para passar aquela noite na sua casa. Na manhã seguinte, os vassalos do rei o encontram. Esse é o momento em que o moleiro e sua esposa descobrem que o seu hóspede é o rei. Um mês depois, o rei convida a família do moleiro para jantar no seu palácio.

- “Miranda de Aragão: História da Inquisição”

Datas de publicação: 7, 14, 21 e 28 de maio e 11 de junho de 1854.

Resumo do enredo: Na véspera da batalha de Blenheim, o capitão Miranda de Aragão revela ao seu amigo, Henrique Saint-Lorent, que anos antes ele havia fugido com uma noviça. No entanto, eles foram descobertos e Isabel, a noviça, foi enviada de volta ao convento. Anos depois, uma judia entrega sua própria filha aos cuidados de Miranda de Aragão. Na batalha de Blenheim, Miranda de Aragão morre. Após esse episódio, Henrique vai à França e conhece Mira. Eles se apaixonam e Henrique descobre que Mira é a protegida de Miranda de Aragão. Eles casam e vão à Espanha procurar a mãe de Mira. Miranda de Aragão não estava morto e descobre sobre o casamento de Mira e Henrique. Como ele deseja se vingar, ele se torna um membro da corte de inquisição. Miranda ordena a captura do casal e os condena à morte. A abadessa quer falar com Aragão. Quando ele chega ao convento, ele descobre que a abadessa é Isabel e que Mira é filha deles. Ele tenta salvar Mira, mas ele não é bem sucedido. Ele revela para Mira que ele é seu pai, e ela pede para que ele a mate. Ele a beija e crava um punhal no coração dela.

Informações: Como indicado no *Jornal das Senhoras*, essa narrativa ficcional foi retirada da *Monthly Magazine*. Como Maria Eulália Ramicelli (2009, p.218) nos informa, a narrativa original em inglês é intitulada “Miranda d’Aragon; a Tale of Inquisition”, assinada por S.B. Ela foi publicada na *Monthly Magazine* em julho de 1831. No Brasil, ela também foi publicada na seção “Estudos Morais” do *Museo Universal* em 7 de julho de 1838.

- “A noiva do Kynast”

Data de publicação: 25 de junho de 1854.

Resumo do enredo: O velho conde do Kynast faleceu. Os vassalos então rogam à Amélia, filha do conde, que se case para que tenham alguém para lhes governar e conduzir à

guerra. No entanto, Amélia jurou nunca se desposar. Diante das súplicas dos vassallos, ela exige que dará a mão somente àquele que percorrer a cavalo as perigosas muralhas do Kynast. Vários guerreiros examinam as muralhas do castelo, mas não têm coragem de percorrê-las. Aparece o jovem conde Alberto, que apesar das súplicas de Amélia para desistir do desafio, percorre as muralhas do castelo e cai no precipício com seu cavalo. Após essa fatalidade, três irmãos se oferecem para fazer o mesmo trajeto, e o mesmo desfecho de Alberto é reservado aos três irmãos. Grande já era o número de vítimas, quando um jovem esbelto aparece no castelo para o desafio. A condessa apaixonou-se por ele e roga que ele não percorra perigoso trecho. O jovem vence o desafio e a condessa se alegra em poder casar-se com ele. No entanto, o jovem informa que jamais aceitará a sua mão sanguinolenta, já que tantos mancebos morreram em virtude da condição imposta para que se realizasse o casamento. O jovem guerreiro também informa que está apaixonado por outra mulher jovem e bela, e que vingou todos os mortos naquele precipício. Assim acaba a nobre família do Kynast.

Informações: Tradução extraída.

- “A encarcerada de Newgate”

Datas de publicação: 9 e 16 de julho de 1854.

Resumo do enredo: Anna Askew é sentenciada pela Câmara dos Lordes a ser aprisionada e morta porque as suas ideias sobre religião eram diferentes das defendidas pela corte. Catharina, a rainha da Inglaterra, é amiga de Anna e tenta convencer seu marido, Henrique VII, a soltar Anna, mas ele não aceita o apelo da sua esposa. Anna é torturada para revelar quem possui as mesmas ideias dela, mas ela não diz uma palavra sobre isso porque a rainha é simpatizante das mesmas ideias. Catharina chega tarde na prisão para salvar Anna, a qual já está desmembrada pela tortura sofrida. Catharina e Anna conversam pela última vez e Anna morre resignada com o seu destino.

Informações: Essa narrativa é uma tradução de A. Dupin. Informações sobre o autor não foram encontradas.

- “A mulher do negociante”

Data de publicação: 11 de fevereiro de 1855.

Resumo do enredo: Henrique Apsley, um mercador, é de origem modesta. Ele fez sua fortuna trabalhando muito na sua juventude. Sua esposa, Mrs. Kettle Apsley, arruína a

fortuna do seu marido devido ao vício dela em apostar e de ostentação a riqueza. Mrs. Apsley não suporta a ruína da fortuna deles e morre em consequência de uma febre intensa. Com a intenção de defender a reputação do pai, seu filho morre em um duelo. O mercador fica louco e a sua filha também morre porque ela não consegue suportar todos esses acontecimentos.

Informações: De acordo com Ramicelli (2009, p.107), essa narrativa ficcional é uma reescrita modificada e resumida do capítulo XI de *Passages from the Diary of a Late Physician: "The ruined merchant"*.

- “Um suicídio por amor”

Data de publicação: 6, 13, 20 e 27 de maio de 1855.

Resumo do enredo: Na cidade de Besançon vivia Leocadia, uma moça de vinte e dois anos, rica e bem nascida. Ela morava apenas com uma criada, que havia sido sua ama. Leocadia não queria se casar, pois considerava o casamento um jugo pesado e irracional. As suas teorias sobre casamento agradavam as moças, mas escandalizavam as velhas. Na mesma época, vivia em Besançon um moço de vinte e cinco anos chamado Frederico, o qual se apaixonara por Leocadia. Durante seis meses ele tentou conquista-la, mas Leocadia não se rendia. Frederico pede então à um amigo poeta que escrevesse alguns versos, os quais ele faz passar por seus. Com os versos, Leocadia se apaixonou por Frederico, mas ainda não confessou seu amor ao jovem, ele então se joga ao rio Doubs para suicidar-se. Mas Frederico é salvo por Edmundo, seu amigo que havia escrito os versos, o qual passava pelo local no momento. Devido ao triste evento, Leocadia confessa que ama Frederico, e os dois enfim se casam. No entanto, dois meses após consolidarem as núpcias, Frederico começa a observar defeitos nas feições de Leocadia, ele então recorre ao mesmo amigo que escrevera os versos, para que agora ele lhe auxiliasse a encontrar uma forma de romper os laços matrimoniais. Em um novo passeio pelas margens do Doubs, Frederico joga-se ao rio em fingido suicídio, mas logo ele mostra à Leocadia que sabe nadar. Ela logo percebe que a primeira tentativa de suicídio havia sido fingimento. Leocadia então se conserva um inverno inteiro em sua casa, escrevendo suas íntimas emoções, desde o dia em que perdeu o primeiro dente, até o dia em que perdeu seu amado. Sua obra recebe o título de “Um riso entre duas lágrimas, ou memórias secretas de uma mulher morta”. Frederico, após o ocorrido, dirigiu-se ao restaurante Kleim, para comemorar com seus amigos, a volta de sua liberdade.

Informações: Essa narrativa está assinada por C. D.

A leitura atenta desse pequeno grupo de narrativas nos permite perceber que elas possuem alguns aspectos em comum. Elas possuem características românticas e os protagonistas são basicamente personagens femininas. Isso nos mostra que, nessas narrativas ficcionais, a mulher ocupa o lugar central, lugar até então pouco ocupado por mulheres em narrativas ficcionais, e que com a ascensão do Romantismo passa a ser comum a mulher se ver como personagem. Esse fato está intrinsecamente ligado ao propósito editorial do *Jornal das Senhoras*, revista voltada ao público feminino, e que desse modo publica narrativas ficcionais onde os protagonistas são personagens femininas que possuem ideias a defender, objetivos bem estabelecidos e que são intelectualmente esclarecidas.

Podemos perceber através dos resumos apresentados que essas narrativas possuem características românticas, tais como, tramas com muitos nós para desvendar, presença de muitas lágrimas, do gótico, presença de cadáveres e da necrofilia, presença de grandes emoções, presença do amor e a temática da morte está presente em quase todas as narrativas.

Na narrativa ficcional “Um suicídio por amor”, temos a presença do gótico já no início da narrativa, pois o local onde Leocadia mora é descrito como sendo um local sombrio e pouco movimentado. Sua casa destacava-se por ser ainda mais velha do que as outras casas e também por possuir arquitetura gótica:

Ha alguns annos que havia em Besançon, a velha cidade hespanhola de Victor Hugo, um beco escuro e pouco frequentado, guarnecido de casas velhas e de muros em ruinas, que depois forão substituidos pelas elegantes construcções da rua Moncey. Neste beco distinguia-se uma casa ainda mais velha do que as outras, edificio meio cahido, de architectura gothica, cujas janellas se abrião em ovães, e disseminavão nos aposentos uma luz baça que quebravão os seus pequenos vidros cortados em losangos, e embutidos em caixilhos de chumbo.

Os personagens principais dessa narrativa são tomados de grandes emoções, como por exemplo, quando Frederico demonstra excesso de sentimentalismo ao lidar com sua paixão desperta por Leocadia, pois até mesmo perde o sono e o apetite para tentar descobrir uma forma de conquistar a amada:

[...] e, ao fim de seis mezes, o pobre Frederico percebeo que não estava mais adiantado do que no primeiro dia.
Que fazer? Desesperar-se? Nada aproveitava isso. Era melhor prosseguir para vencer. Mas ahi estava a difficuldade. Elle tinha perdido o sonno e o appetite; tinha dado mil tratos á imaginação inutilmente para achar um novo expediente; e ter-se-hia de bom grado dado ao diabo, se o Sr. Satan quizesse em troca dar-lhe Leocadia: estava louco de amor, em uma palavra: e nestes sentimentos, depois de uma noite de insomnia, para elle tão frequentes, tomou uma manhã a resolução de tentar um golpe

decisivo, cujo resultado não lhe parecia duvidoso. Talvez que eu me arrependa murmurava elle vestindo-se, mas não posso mais viver assim.

Também vemos a presença de fortes emoções entre Leocadia e Frederico no momento em que Frederico é salvo pelo seu amigo Edmundo, após quase a tragédia ter sido consumada, e é levado para a cabana de uma velha senhora, próxima ao rio. Lá, ele recobra seus sentidos, e uma onda de grande emoção toma conta de Leocadia ao ver seu amado abrindo os olhos. Frederico também é invadido por imensa comoção ao perceber que sua amada está velando por ele:

Ao fim de meia hora, soltou um longo suspiro e abriu os olhos. Seu primeiro olhar encontrou Leocadia de joelhos junto de seu leito, aquecendo uma de suas mãos entre as suas, e olhando-o com inquietação.

Ao ouvir-se este suspiro, houve um rumor de alegria na cabana.

- Elle vive ainda, disse a velha.

- Está salvo, exclamou Leocadia. [...]

- Onde estou? perguntou Frederico com voz fraca.

- Ella está ahi!... Meu Deus, se é isto um sonho, fazei que elle dure sempre! E tornou a fechar os olhos.

- Não, não é um sonho, tornou Leocadia, eu aqui estou, perto de vós..... e, accrescentou ella em voz baixa – eu vos amo, vivei para mim.

Em “A encarcerada de Newgate” temos a característica romântica da mocinha que é enclausurada em uma prisão, sendo mantida solitária e entregue aos piores sofrimentos. No entanto, nessa narrativa, a protagonista Anna Askew não é sequestrada por bandidos e enviada ao cárcere por motivos funestos. Como mencionado no resumo do enredo, como consequência de ter ideias sobre religião que são diferentes das defendidas na corte, Anna é enviada para a prisão de Newgate, e lá é torturada e desmembrada para revelar quem possui as mesmas ideias dela: “ – Que pergunta de criança! Está em *Newgate*, senhora, bem ferrolhada, e guardada por olhos que não dormem.”

Nessa narrativa temos a presença do mórbido e mais uma vez a presença da morte. Anna Askew sofre grandes dilacerações em seu corpo, até que é sentenciada a morte:

Não fizeram elle de mim um ente deploravel? perguntou a martyr. Atormentarão a minha carne e fizeram ranger os meus ossos, não posso mover-me sem sentir agudas dores: todos os meus membros estão despedaçados. [...]

No dia seguinte, Anna Askew foi levada em uma cadeira para o logar do supplicio. [...]

Anna era morta.

Na narrativa ficcional “O cavaleiro branco” temos a presença do místico e do sobrenatural, também características do romantismo. Uma maldição assola uma pequena cidade da Irlanda, onde os noivos Mina O’Dillon e Mauricio moram:

Sobre as margens do *Shanon*, não longe de *Limerick*, ainda existem as ruínas de uma velha casa que conservou o nome de *Carrigogunniel* – habitação da luz da pedra. [...]

Em face da habitação feudal existe uma imensa rocha de granito, cujo vértice bizarramente truncado, mostra a forma destes monumentos druídicos, cujas lembranças sempre conservam um poderoso interesse. Este vértice é inacessível; nunca pé humano pôde gravar pegadas unidas no pico de sua base; e entretanto, apesar desta aparente impossibilidade, uma lenda conta que outr’ora aparecia algumas vezes, sobre a ponta mais alta, uma luz branca, prateada como a da lua; e quando esta luz aclarava a face de algum mortal, era sempre para elle de mau agouro. Eis-aqui porque occasião attribue a lenda a termo deste mysterioso phenomeno.

Na narrativa ficcional “Uma história que se passa em Inglaterra”, temos outra característica romântica: a necrofilia. Quando Jorge, o amado de Izabel, morre, ela confessa ao cadáver todo o seu amor, e então beija os lábios pálidos e frios do morto. Porém, o prazer de Izabel não se dá apenas ao beijar, já morto, aquele que ela tanto amava, mas também em substituí-lo junto daqueles que ele amava em vida:

Apezar das promessas, apesar das orações, apesar dos cuidados, elle morreu. Então sómente Izabel pela primeira, e única vez, permittiu a seu amor expandir-se. Maria chorava com seus filhos em uma câmara vizinha; Izabel velava só, junto do corpo de Jorge – á luz dos círios accendidos.

Ella descobriu o semblante immovel e calmo do morto.

- Jorge, disse ella, pela primeira vez eu o digo hoje – eu te amo. Eu soube fazer-me uma felicidade de te ver feliz – mesmo nos braços de outra – Tu morto, eu me farei uma consolação de te substituir junto daqueles que tu amavas na terra. Tua alma poderá vir nos visitar, e nos acharás sempre como éramos em roda de ti.

- Eu farei o que tu ao expirar lamentaste não poder fazer. Eu não fui tua mulher, nem tua amante; tu ignoraste toda a vida o amor o mais terno que uma mulher tem jámais sentido. Mas entretanto eu sou tua viúva.

Depois ella depôz um beijo nos lábios frios e pallidos do morto; o único beijo de amor que ella deu em sua vida.

As protagonistas dessas narrativas são mulheres esclarecidas, que defendem suas ideias e que agem decididamente dentro da sociedade em que vivem. Esse aspecto está intrinsicamente ligado ao propósito editorial do *Jornal das Senhoras*, já que essa revista tinha por objetivo promover a emancipação do sexo feminino. Desse modo, as narrativas ficcionais publicadas nesse periódico não eram escolhidas ao mero acaso, mas com o propósito de fornecer exemplos do que vinha a ser uma mulher emancipada moral e intelectualmente.

Na narrativa ficcional “Um suicídio por amor”, Leocádia é caracterizada pelo narrador como uma mulher excêntrica. Na explicação do narrador, uma mulher excêntrica é aquela que possui a inteligência desenvolvida, e que ignora as tarefas domésticas para dedicar-se às fantasias. No entanto, o narrador esclarece que a excentricidade é o caminho

para uma má reputação em uma cidade de província. Esse modo de viver de Leocadia horrorizava muitas mães de família:

Chama-se excentrica a mulher de cerebro ultra-desenvolvido, que despreza misteres do arranjo domestico para entregar-se a phantasias, e que se esforça, por todos os meios possíveis, por substituir sobre sua cabeça ao toucado de renda a coroa de louro das musas.

A excentricidade é metade de uma má reputação em uma cidade de província. Saber-se-ha, pois, sem surpresa, que as mãis de família muito se escandalisavão com a maneira de viver de Leocadia.

A protagonista também não tinha a intenção de se casar, pois considerava o casamento fardo pesado e ilógico. Essas suas ideias agradavam as moças, mas deixavam irritadas as velhas. Para completar o seu quadro de fora dos padrões femininos, ela também montava a cavalo:

Ella não queria casar-se, dizendo que o casamento é um jugo tão pesado como irracional: e quando em sua presença se tratava de amor, emittia a tal respeito theorias que não deixavão de ter algum merecimento de apreciação, mas que por exageradas se tornavão ridículas. A uma doutrina tão subversiva accrescentai que ella montava algumas vezes a cavallo.

Eis-ahi verdadeiros defeitos: mas estaria fóra de conta com algumas das nossas celebridades do mesmo genero, porque não fumava, não atirava á pistola, e nunca em sua vida havia comprometido a delicada tez de suas níveas mãos sobre o punho áspero de um florete.

Em resumo. Leocadia era adorada pelos moços, e aborrecida pelas velhas. Esta indisposição, junta ao pretexto do que se chamava suas loucuras, tinha mesmo acabado por fechar-lhe a porta de certos salões. Mas Leocadia, que não ignorava que mesquinho ciúme era a causa destes ostracismos , levantava os hombros, deixava fallar, e só cuidava de sua phantasia.

Com a descoberta de que Frederico havia fingido o afogamento, Leocadia enche-se de profunda melancolia e tranca-se em sua casa um inverno inteiro para pensar e escrever suas mais íntimas emoções, desde o dia em que perdera o primeiro dente, até o dia em que perdera o seu amado. Frederico, diferentemente de Leocadia, diverte-se e embebeda-se com os amigos:

Ella conservou-se um outono e um inverno inteiro sem sahir de sua torre gothica, occupada em contar hora por hora suas intimas emoções, desde o dia em que perdeu o seu primeiro dente até aquelle em que perdeu o seu bem amado. A obra intitoulou-se:

UM RISO ENTRE DUAS LÁGRIMAS, OU MEMORIAS SECRETAS DE UMA MULHER MORTA, [...]

Em casa de Kleim tudo se passou em regra. Foi-se obrigado a conduzir Frederico, que, tendo emprehendido provas aos seus convivas que um homem póde consideravelmente beber sem se afogar, acabara rolando por baixo da mesa, á força de prosseguir no victorioso argumento que lhe offerecia o seu copo.

No início da narrativa percebemos que Leocadia foge aos considerados padrões femininos da época, pois seus ideais não vão ao encontro do que era esperado que as mulheres pensassem e acreditassem. Ela não queria se casar, por considerar o casamento um fardo pesado, querendo escapar, desse modo, de uma das grandes aspirações do sexo feminino naquele período. Quando Leocadia cede ao amor de Frederico, contrariando assim aos seus princípios, ela sofre uma grande ironia ao ver seu casamento ruir em apenas dois meses após ter sido consumado. No entanto, mesmo com o rompimento de seu casamento, Leocadia não fica trancada em sua casa chorando e em desespero pelo ocorrido, mas dedica o seu tempo a escrita, demonstrando possuir instrução e discernimento de ideias.

Em “A encarcerada de Newgate”, Anna Askew, a protagonista, é descrita pelo narrador como uma mulher arrogante, intrépida e astuta. Primeiramente, essas características parecem construir uma personalidade negativa para Anna, pois ela é descrita dessa forma pelo narrador quando ela está prestes a ser condenada a prisão. Dessa maneira, parece que as características pessoais de Anna a permitiram fazer algo errado, o que fez com que ela fosse mandada para a prisão. No entanto, as características de Anna a permitiram defender suas ideias sobre religião as quais eram diferentes das defendidas na corte.

Como mencionado no resumo do enredo, como consequência de ter ideias diferentes, Anna é enviada para a prisão e torturada para revelar quem possui as mesmas ideias dela. Antes de sofrer as torturas, ela clama pelo auxílio de Deus para ajudá-la a não fazer essa revelação:

[...] mas houve um momento em que a fez tremer a idéia de que os seus algozes lhe arrancariam alguma confissão prejudicial a outros.
- Que a minha ultima hora te glorifique, oh! Meu Criador! Que nenhum ente sofra pela minha fraqueza! Dai-me coragem para resistir aos tormentos! Ponde um selo em meus lábios para que fiquem puros! Outorgai esta graça a simplicidade de minhas orações, a minha confiança na vossa misericórdia! Meu Deus! Sede-me propício!

Essa atitude demonstra que Anna se mantém leal as suas ideias e aos seus amigos. Apesar de ser desmembrada após a tortura, Anna está resignada ao seu destino porque, acima de tudo, ela não traiu seus ideais:

Sim, poderia viver perjurando. A promessa de uma vida desonrada será pois capaz de seduzir-vos? Tu não pensas assim, por certo. A crença que vive em mim, eu a levarei forte e santa ao suplício. Tu choras... Quem sabe? A minha vida passou talvez inútil, a minha morte será de salutar exemplo; ela fortificará nos corações o desprezo da mentira, ela dará ânimo às resistências virtuosas; e mais tarde, Catharina, ela contribuirá, eu o espero, para a liberdade universal. O sangue derramado dos justos é uma semente preciosa que dá colheitas douradas e prósperas. As nossas desgraças preparam para aqueles que nos sucederão dias mais clementes.
[...]

Como podemos perceber, Anna parece ser uma mulher emancipada intelectual e moralmente, pois ela defende suas ideias e convicções sem titubear, mesmo que essas ideias sejam contrárias de um reino inteiro, as defendendo até no momento de sua morte.

Já na narrativa “O cavaleiro branco”, a protagonista Mina demonstra ser uma mulher ativa e decidida em suas deliberações, pois ao ver seu esposo em perigo, ela não fica em lágrimas e em lamentações em sua casa, muito ao contrário, ela raciocina uma maneira de salvar Maurício dos inimigos ingleses e coloca suas ideias em ação, salvando o marido:

E’ bem estranho que entre algumas mulheres esta nota de fraqueza preceda sempre uma resolução enérgica, um grande acto de firmeza! Mina fez cessar suas lagrimas, reflectindo que seis horas sómente erão concedidas á existência de seu esposo; calculou portanto meios de salvação e de successos, e para logo os pôz em execução com uma admirável rapidez! [...]

- Silencio!... Mauricio, lhe diz ella em voz baixa. Quereis fazer um esforço para obter vossa liberdade?

Elle se pôz de pé olhando-a com surpresa. Com um gesto, ella mostrou-lhe a porta e murmurou em seu ouvido:

- Os soldados estão todos lá, eu os embriaguei, e elles dormem em silencio na escuridão; apaguei todas as luzes. Não temais seus mosquetes, eu tirei a pedra de todos. Dois soldados sómente são para receiar: e são os que estão de sentinella da parte de fóra. Quanto a estes, deponde todas as vossas esperanças na protecção divina. Não percamos um momento, segui meus passos.

6. OS ENSAIOS

Muitos ensaios foram publicados no *Jornal das Senhoras* para explicitar o que vinha a ser a emancipação moral e intelectual da mulher no entendimento das editoras e colaboradoras da revista. A maioria desses textos foi publicada no período em que Joana de Noronha e Violante Bivar e Velasco foram as diretoras desse periódico. As principais ideias contidas nesses ensaios eram referentes à condição reprimida em que viviam as mulheres brasileiras, o conhecimento que as mulheres deveriam ter a respeito do seu verdadeiro papel no seio da família e da sociedade, e a partir da apresentação e discussão desses dois pontos é que a emancipação feminina é definida.

O primeiro ensaio que levanta a discussão acerca da emancipação da mulher brasileira foi publicado no *Jornal das Senhoras* no dia 11 de janeiro de 1852, sob o título “Emancipação moral da mulher” e cuja autoria é desconhecida. O texto inicia com a pergunta: “Emancipação moral da mulher – o que vem a ser isto?” e em seguida a autora afirma que é provável que aqueles que gostariam de manter o mundo estacionário dirão que se inicia uma revolução. No entanto, a autora esclarece que não se trata de levantar a bandeira da rebelião, mas que tudo o que será dito são verdades eternas, ao alcance de todas as inteligências, não se tratando de ideias utópicas.

Essas verdades eternas, de acordo com a escritora, os homens de boa fé serão os primeiros a proclamar, pois à medida que a humanidade avança moralmente, o homem sente a necessidade de elevar a sua altura aquela que Deus lhe deu por companheira. Porém, no quadro em que ainda vive a sociedade brasileira, a palavra “mulher” costuma designar as misérias e defeitos humanos. Então, a autora lembra que apesar disso, é a mulher que concede a vida ao homem e que perpetua a raça humana, sendo a companheira do homem nos momentos de gozo e de desgraça:

É *mulher*.
E com tudo é da mulher que elles recebem a vida!
É uma mulher que lhes perpetua a sua raça!
E a mulher é a sua inseparável companheira! nas dores e nos prazeres!

A partir dessa explicação a autora inicia a sua digressão do que vem a ser a emancipação moral da mulher. Para ela, a emancipação feminina é o conhecimento da verdadeira missão da mulher na sociedade:

O que vem a ser essa tal emancipação moral da mulher?

Eu vo-lo digo.

É o conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade; é o justo gozo dos seus direitos, que o *brutal egoísmo* do homem lhe rouba, e dos quaes a desherda, porque tem em si a força material, e porque ainda se não convenceo que um anjo lhe será mais útil que uma boneca.

De acordo com a autora desse texto, a mulher conhece perfeitamente a tirania com que é tratada pelo homem, devido a isso não será necessário convencer as mulheres sobre a real necessidade de sua emancipação. Porém, será necessário reformar a educação dos homens para que eles deixem de tratar as mulheres como sua propriedade. Para a autora, as mulheres, mães, é que deverão ser as responsáveis por eliminar esse preconceito de seus filhos desde bem pequenos:

Sim, a mulher conhece a injustiça com que é tratada, e reconhece perfeitamente a tirania do homem; não é a ellas a quem temos de convencer da necessidade de sua emancipação moral.

Mas em quanto a educação do homem se não reformar, em quanto ele considerar a mulher como a sua propriedade, nada teremos feito.

Todas as mães devem mui seriamente desarraigat esse preconceito funesto do espirito de seus filhos; essa idéa de uma superioridade injusta deve desaparecer no homem, desde menino, porque é lhe fatal a elle mesmo.

A autora também afirma que o amor, essa união de duas almas, poderá nunca se realizar entre os cônjuges, posto que ante a superioridade de um dos dois esposos, o amor perecerá. Desse modo, o casamento se torna para a mulher como o fim de sua existência, pois quase sempre encontrará a tirania e o abandono. E isso acontece, de acordo com a autora, porque o homem procura o casamento apenas como um meio de assegurar sua fortuna, mudar de estado civil ou simplesmente para satisfazer um capricho:

O amor.

Estrella brilhante do sorrir.

O amor.

Sim, o amor, essa fuzão mysteriosa de duas almas confundidas em uma só.

Essa protecção mutua e constante de dous corações irmãos.

E porventura essa união inteiramente moral poderá nunca realisar-se entre o senhor e sua escrava?

Não.

Porque ante a superioridade de um dos sexos – o amor – se definha, desaparece e troca o seu fagueiro riso em lágrima silenciosa. [...]

Por isso o casamento é para ella, o alvo, o fim da sua existência.

E o que encontra ella quasi sempre? a decepção!

Ou uma tyrannia insupportavel, ou o abandono mais completo!

E porque ella encontra isso?

Porque o casamento para a mor parte dos homens, é o único meio de satisfazer um desejo, um capricho, ou simplesmente mudar de estado.

Ou assegurar a sua fortuna.

Consumado o casamento, a escritora aclara que a mulher passa a se assemelhar aos objetos de uso do marido, pois ele utiliza o mesmo tom de voz para se referir a esposa e aos seus objetos pessoais. Desse modo, conforme a autora explica, a mulher sendo posta ao mesmo nível dos objetos materiais do marido, não recebe atenção diferenciada do seu esposo:

E' porque o homem diz: - *Minha mulher* – com a mesma entonação de voz com que diz – *meu cavallo, minhas botas, etc, etc, etc.*
E já se sabe que o cavallo, a mulher e as botas, sendo trastes de seu uso, elle está dispensado de lhes dedicar atenção de espécie alguma!

Apesar de a autora apresentar a ideia de que a mulher seja considerada um traste de uso do homem, como pode ser verificado na citação acima, ela está convencida de que o chefe natural da família é o homem, e que existem deveres naturais que prendem a mulher ao núcleo doméstico. Desse modo, a mulher não teria influência somente sobre as panelas, mas também sobre a educação de seus filhos. Através da sua influência sobre a educação dos filhos, a mulher estenderia a sua influência sobre toda a família, sobre a sociedade brasileira e sobre toda a humanidade, pois seus filhos, que recebem através da mãe as ideias de valores morais e ética, atuarão no futuro dentro da sociedade brasileira e no mundo como um todo:

Nós sabemos perfeitamente, que toda a família necessita de um chefe, e que o chefe natural da família, é o homem.
Sem dúvida, que há deveres naturaes que prendem a mulher ao lar doméstico, porém é precisamente desde o seio de sua família que ella pode ter uma influencia directa, sobre essa mesma família, sobre a nação e sobre a humanidade inteira.
Perguntar-me-eis:
Como? Pois a mulher pode ter outra influencia que não seja sobre as panellas? outra missão além das costuras, outro porvir que não seja fazer o rol da roupa suja?
Deveras?!
Pois, escutae-me. E a educação de seus filhos?

De acordo com a autora, é através da mãe que o filho aprenderá sobre a paciência, a resignação e a coragem. E será para a esposa que o marido contará seus projetos e decepções, ouvindo dela os conselhos que o auxiliarão em seus projetos:

Sim! E' dos lábios da mãe que o filho ouvirá a voz, sagrada e imperiosa do dever, traçar-lhe a senda que tem de percorrer na vida; é da voz meiga e magestosa da mãe que elle deve aprender as primeiras lições da resignação, da paciência e da coragem, tão necessárias n'este mundo. E' no silencio da noite, na conversa intima do esposo com a esposa, que elle relatará á aquella, que é metade de si mesmo, suas esperanças, seus projectos, e até as decepções que de dia em dia marcão uma por uma as rugas da sua frente; e é dos lábios da esposa que elle tomará conselho para os projectos, fé para esperanças, e consolação para as decepções, porque o coração da mulher, illustrada sobre sua verdadeira missão, é o receptáculo das dores e dos prazeres da família. [...]

Outro ensaio publicado no *Jornal das Senhoras* sobre a emancipação moral da mulher, e que merece nossa atenção, foi publicado no dia 25 de janeiro de 1852 sob o título “Declaração sobre as minhas ideias da emancipação moral da mulher”, a autoria nos é desconhecida. A autora inicia o ensaio informando que os artigos sobre a emancipação moral da mulher estão sendo recebidos com grande curiosidade, porém são condenados antes de serem lidos. De acordo com a autora, existem muitos indivíduos que condenam as novas doutrinas sem ao menos as conhecerem e as aprofundarem:

Meu dito, meu feito, caras leitoras! os artigos sobre a emancipação moral da mulher teem sido acolhidos com inquieta curiosidade e condemnados antes até de serem lidos! – Ha muita gente assim n’este mundo – a apparição de toda doutrina nova elles se revoltão contra ella só por instincto; não a conhecem, não aprofundão, e sem mais cerimônia elles a fulminão!

A autora assegura que fará uma declaração formal de seus princípios, para que os leitores não pensem que ela quer o fim do mundo ou o mundo às avessas. Ela também esclarece que o seu pensamento não é o de se opor à ordem da natureza, já que ela tem se empenhado toda a sua vida em adivinhar o pensamento do Criador e cumprir aquilo que Ele ensina:

Assevero-vos que tenho *medo* já de fallar; e por isso vereis que declaração formal, e estrondosa vou fazer dos meus princípios, do contrario são capazes de suppor que eu quero o fim do mundo, a realização do *mundo as avessas*; e quem sabe o que mais... Nada, urge desenganar o mundo que eu não quero de modo algum contrariar a natureza; tenho-me esforçado toda a minha vida em adivinhar o pensamento do Creador e cumprir o que elle me ensina.

A autora então alega que ela não entende por emancipação moral da mulher retirá-la da proteção do homem, no entanto essa proteção não deve ser tida como um domínio brutal, e sim deverá ter por base a amizade. A autora também deixa claro que ela não entende por emancipação moral da mulher eximi-la da sua missão de mãe e esposa, a qual foi designada pelo Criador. Ela também não tem a intenção de que a mulher ocupe posições profissionais como a de soldado, de empregado público, de oficial da marinha, de Ministro de Estado e de doutor graduado em leis:

Não entendo por emancipação moral da mulher subtrahil-a á protecção do homem. – Sempre que essa protecção tenha por base a amizade, será justa.
Não entendo porém por protecção, um domínio brutal.
Não entendo por emancipação moral da mulher, a suspensão da obra das gerações; querer isto seria querer entronizar os vícios mais degradantes da humanidade.
Não entendo por emancipação moral da mulher subtrahil-a á sua missão marcada pelo Creador – a mãe e a esposa.

Nem quero tão pouco que a mulher seja soldado.
- Nem empregado publico.
- Nem official de marinha.
- Nem Ministro de Estado.
- Nem Doctor graduado em leis.

Embora no entender da autora a mulher não precise ser doutora graduada em leis, ela deve conhecer as leis de seu país para poder instruir os seus filhos. A autora também acredita que a mulher não precisa ter formação em Medicina, porém a mulher deve conhecer a medicina doméstica para poder auxiliar seus familiares em caso de doenças:

Com quanto deva ella conhecer as do seu próprio paiz, porque tem de educar seus filhos no espirito da lei.
Nem quero que se gradue em Medicina; com quanto deva ella conhecer a medicina domestica, porque a mãe de família faz a irmã de caridade junto de seu esposo, de seus filhos, de seus domésticos, quando estão doentes.
Ninguem, melhor que uma mãe, deve conhecer o temperamento e propensões de seus filhos. Ella de quem elles nascem, ella que os cria ao seu seio, que os ameiga desde pequeninos e que lhes adivinha até o pensamento.

Para a autora, a emancipação moral da mulher também não significa que a mulher saia do lar enquanto que o marido fica responsável pelos afazeres domésticos. Ela deixa claro que não quer ver nas mulheres o espírito forte e heroico das Espartanas. E por fim, ela revela que no seu entender a emancipação moral da mulher é sua “ilustração”:

Não entendo por emancipação moral da mulher, que ella abandone o lar domestico e marche á campanha em quanto o marido em casa trata da cozinha.
Não quero na mulher o espirito forte e heroico das Espartanas.
Emancipação moral da mulher no meu limitado entender é:
- Sua illustração.

No entender da autora, essa ilustração feminina não se refere a habilidades fúteis, para ela, essa ilustração deve ser entendida como uma religião. Ela esclarece que a religião é o real conhecimento dos deveres da mulher para com Deus, tendo como base o amor e a caridade para com o próximo:

Não entendo por illustração habilidades fúteis:
A illustração na mulher deve entender-se em primeiro logar:
- Uma religião.
Entendemos que a religião é o verdadeiro conhecimento dos nossos deveres para com Deus, baseados no amor e na caridade para com os nossos irmãos.

De acordo com a autora, essa ilustração também diz respeito ao conhecimento verdadeiro dos deveres que cada mulher tem para consigo, também o conhecimento das

divisões desses deveres femininos como filha, esposa, mãe e como ser constituído para o trabalho do progresso social:

- O verdadeiro conhecimento dos deveres que cada creatura tem para com si mesmo, e as subdivisões desses deveres da mulher.
- Como filha.
- Como esposa.
- Como mãe.
- Como ser, formado para a obra imensa do progresso social.

Tendo a mulher entendido os seus deveres, a autora explica que a mulher deve estudar o organismo do Universo, lhe deve ser ensinada a Geografia, e ela deve conhecer a História e ter ligeiras noções de Literatura:

Uma vez isto feito, deve estudar o organismo do Universo – não scientificamente mas sim poética e religiosamente; ensinar-se-lhe a Geographia não de cor, practicamente, um pouco mathematicamente; conhecer a historia, não como os papagaios dizem “papagaio real”. Ligeiras noções de Litteratura, quanto baste a tiral-a do systema automático. E em fim applicar no ensino dos collegios methodos encyclopedicos que, sem profundar as matérias, ornão com tudo o espírito e dão um toque especial de illustração.

Para a autora, a mulher deve saber que ser esposa não é meramente se casar, por isso, a mulher deve estudar detalhadamente o que significa ser filha, esposa e mãe. E ao saber a sua verdadeira missão, a mulher deverá sentir crescer no seu coração uma bela dignidade:

Quero que a mulher saiba, que ser esposa, não quer dizer simplesmente – casar-se. – Quero que ella estude acuradamente toda a sublime abnegação que encerrão estes nomes.
- Filha, Esposa, e Mãe.
Quero, que uma vez persuadida de sua missão, de seus deveres e de seus direitos, sinta nascer no seu coração essa bella dignidade, esse santo e nobre orgulho do ser que no fundo de si mesma encontra o Eu impenetrável, onde nunca chegão outros olhos que os de Deus; e ás vezes os de uma mãe!

Por fim, a autora esclarece que a emancipação moral da mulher é a mulher deixar de ser coisa para ser mulher assim como o Criador a constituiu, com uma organização delicada que pode ser fortificada por uma inteligência clara e perfeita. Através do entendimento dos seus deveres, a mulher deverá encontrar força para resistir às humilhações e através da educação deverá encontrar recurso contra a opressão:

Como existe a consciência, como existe o Eu porque pensamos e existimos – a Emancipação moral da mulher é pois – deixar de ser:
- Coisa para ser:
- Mulher tal como o Creador a formou.

Com uma organização sensível, nervosa e delicada, que a educação pode fortificar com uma intelligencia clara e perfeita, a qual contendo em seu todo, todas as molas mysteriosas da organização d'alma, é susceptível do estudo de si mesma e do estudo em geral das maravilhas da criação, ou das que o homem inventou, ou revelou a humanidade inspirada por Deus.

Mulher tal como o Creador a formou.

Fraca e frágil como a humanidade inteira; porque a humanidade não é o homem só – nem a mulher só; mulher cultivando sua intelligencia; porque é esse o destino de toda a potencia intellectual.

Mulher que possa, no conhecimento exacto dos seus deveres, encontrar a força moral que a preserve na occasião de subscrever a infames humilhações.

Mulher que possa encontrar na sua educação recurso honesto contra a opressão, contra a crápula, e contra a miséria.

O ensaio intitulado “Artigo II”, da pernambucana Maria Clementina da Cruz, foi publicado no *Jornal das Senhoras* no dia 29 de agosto de 1852, por intermédio do irmão da autora, o qual residia na Corte. Em determinado ponto do texto, a autora revela que possui apenas catorze anos de idade, e já escreve tão francamente sobre as ideias de emancipação moral e intellectual das mulheres. Maria Clementina inicia o ensaio questionando quando os pais de família darão uma educação completa e liberal às suas filhas e também questiona qual será o momento em que se tentará desenvolver a intelligência das mulheres, permitindo que a liberdade de pensamento paire em seus escritos:

Quando a maior parte dos pais de família procurarão dar uma educação ás suas filhas, franca, completa e liberal? Quando não se desapreciarão as suas faculdades intellectuaes, e quando finalmente tentar-se-ha cultivar a sua intelligencia, deixando que a liberdade do pensamento fluctue em seus escriptos?...

A autora esclarece que não acredita que a educação feminina esteja completa apenas por as mulheres saberem tocar piano, bordar e escrever. Para ela, as mulheres precisam expandir suas ideias através de um estudo mais apurado, ou seja, necessitam da leitura dos clássicos e depois da história universal e das nações, precisam estudar as línguas penetrando em suas estruturas, e também carecem de uma aplicação à poesia, e às ciências físicas e químicas. E quando as mulheres, segundo a autora, tiverem introduzido nelas mesmas tudo aquilo que as leva a terem consciência de si mesmas, não poderá mais existir diferença de pensamentos entre os cônjuges. Desse modo, com o estabelecimento da liberdade de ideias entre dois seres que se presam, Maria Clementina acredita que se dá a emancipação intellectual da mulher:

Não entendo que uma mulher por saber musica, tocar piano, coser, bordar, marcar e escrever, tenha completado a sua educação, não; a meu ver, quando ella se acha neste estado, é que, literalmente fallando, principia os seus verdadeiros trabalhos, isto é, cultivo e expansão de suas idéas por meio de um apurado estudo de philoso; hia, uma grande leitura primeiramente dos clássicos, e depois da historia

universal e particular das nações, e muita paciência no enfadonho estudo das linguas, e penetração no seu fraseado; alguma aplicação á poesia e ás sciencias physicas e chemicas. Ora, quando uma mulher, á força da paciencia e de resignação, tem introduzido em seu espirito a base essencial de tudo quanto a leva a ter consciencia de si, já se vê que não póde haver entre o esposo e a esposa differença alguma nos seus pensamentos; portanto, estabelecida a liberdade de idéas entre dois entes que se entendem e se presão, igualmente fica conhecido que se dá a emancipação intellectual desta mulher.

A autora então reflete que é provável que aquelas que agora escrevem sobre as ideias da emancipação feminina possam não ter a oportunidade de fruir a liberdade de suas consciências. Porém, segundo a autora, é muito provável que aquelas meninas que se encontram na infância poderão gozar dessa liberdade, que não será pouco, pois então o mundo atingirá o auge da civilização e a felicidade será universal:

Bem sei que, tendo grassado esta idéa vil da prepotencia do homem sobre os direitos da mulher, não é possível que actualmente nós, que escrevemos, tenhamos a vaidade de, geralmente fallando, querermos partilhar este doce prazer de fruirmos a liberdade de nossas consciencias; porém póde mui bem acontecer que aquellas que presentemente se emballão no berço da infância, venhão fruir plenamente dessa liberdade, o que não será tão pouco: o mundo apparecerá no apogêo da civilização, e a felicidade será universal.

Maria Clementina afirma que quando a educação de uma menina não é perfeita, ela poderá se comover pela mais simples frase sedutora, e dessa imperfeição da educação poderá surgir a desmoralização e consequentemente a perdição. No entanto, como a autora explica, sendo a educação feminina perfeita, a convicção da alma de uma mulher não poderá ser comovida pelas seduções e pelas palavras doces e ardentes de um rapaz:

A virtude é tão melindrosa como a violeta nascida em esteril rochedo cercado de espinhos, que, apenas o furacão da tempestade passa-lhe pelo ramo em que está reclinada, a desmancha e a leva para longe em fragmentos. Assim tambem o hálito máo das sociedades póde mui bem perder uma incauta menina, cuja educação, não sendo perfeita, se aballa á menor frase seductora; da imperfeição da educação nasce a desmoralisação, e desta a perdição.

Quando porém a educação é perfeita, e a ella se ajunta o desenvolvimento natural do espirito, não são as seduções nem tão pouco as palavras doces e as phrases ardentes, e de antemão estudadas, de um mancebo, nem o halito máo e pestilento das sociedades que poderão abalar a convicção da alma da mulher.

A virtude é fraca, como já fiz ver, mas é quando não ha base solida que a sustente e a preserve do mal, porém quando ella se acha substanciada, é tão forte e tão inabalável como um rochedo.

A autora defende a ideia de que as mulheres pensam e raciocinam como os homens e, às vezes, mais acertadamente. E acrescenta que a fraqueza feminina existe para facilitar a execução de determinados deveres:

Pelo que já fica dito, podemos concluir que as mulheres pensão e raciocinão como os homens, e ás vezes com mais acerto. Ora, agora devemos acrescentar que sua fraqueza primitiva concorre para dar facilidade ao livre exercício dos deveres que a razão julgou acertado prescrever, por que, suppondo o character da sensibilidade desenvolvido, todas as faculdades da mulher se lanção para o lado do bem voluntariamente, e me parece que o constrangimento e a reclusão a que as mais das vezes são condemnadas, quasi sempre as predispõe para soffrer os combates peníveis da virtude, uma vez que se lhes facilite a liberdade de acção; e quando esta é coagida, são forçadas a recorrer á dissimulação, origem de todos os males e fraquezas.

Maria Clementina encaminha seu texto ao final elucidando que as mulheres têm praticado ações com tanta heroicidade e praticado sacrifícios que necessitam grande força da alma, que até mesmo os homens se admiram:

Mil factos provão que ellas são capazes de sacrificios que demandão grande força d'alma. O entusiasmo deli ante da honra muitas vezes as têm levado a praticar acções tão sublimes e de tanta heroicidade que os próprios homens se maravilhão, e só as farião por meio de uma impulsão material.

Este sentimento, tão commum na mulher educada, lhe eleva a alma a um mundo desconhecido e cheio de sensações espirituaes; dá-lhe uma fonte de independência, de vigor do corpo, relação que se accomoda muito bem com sua imaginação viva e sua sensibilidade sempre extremada.

Em 24 de outubro de 1852, é publicado no *Jornal das Senhoras* outro ensaio com o título “Emancipação moral da mulher”. Assinado por Joana Paula Manso de Noronha, o ensaio é publicado já sob a direção de Violante Bivar e Velasco. Nesse ensaio, Joana se mostra indignada pela forma com que muitos indivíduos tem se mostrado contrários e resistentes às ideias da emancipação intelectual e moral das mulheres brasileiras. O que a motivou a escrever esse ensaio para a revista, foi a leitura de um artigo intitulado “Emancipação das mulheres”, publicado no *Novo Correio de Modas* um domingo antes da publicação de seu ensaio nas páginas do *Jornal das Senhoras*.

Joana critica o artigo publicado no *Novo Correio de Modas* por desfigurar as ideias e os princípios da emancipação feminina. Como ela se considera a primeira, no Brasil, em ter falado sobre a emancipação moral da mulher, ela volta a defender suas ideias através desse ensaio:

Domingo passado continhão as columnas do *Novo Correio de Modas* um artigo intitulado – *A Emancipação das Mulheres*. Como fui eu a primeira que fallei na Emancipação moral da Mulher, sempre que uma pena estúpida ou mal intencionada pretenda manchar, torcer ou desfigurar as minhas doutrinas, eu levantarei a luva de desafio e sustenterei princípios reconhecidos hoje e outr’ora pelas sociedades civilizadas, e jamais consentirei que o halito impuro da calúnnia e do ridículo obscureça verdades eternas debaixo de cujo domínio estamos, e que cada dia conquistão novos privilegios, e que tendo necessidades vitais do progresso, tendencia inherente á humanidade, ellas triumpharão um dia como tem triumphado a

liberdade dos cultos e a liberdade do espirito humano; quando vejais emmudecer os apóstolos da VERDADE, quando vejais reagir sobre as sociedades o espirito reaccionario, não vos assusteis, são crises naturaes da luta; a humanidade não retrocede jamais; o destino que Deus lhe marcou foi o PROGRESSO, e elle ha de triumphar.

Ora, pois que assim o querem, falaremos mais uma vez ainda sobre – A Emancipação moral ou intellectual da Mulher!

A autora intrigada questiona como pode haver alguém que pense que sem família, a sociedade e a nação poderiam ser organizadas e bem estruturadas. Joana ainda pergunta como pode alguém pensar que uma mãe de família queira eximir a mulher da sua missão de esposa e mãe, para torna-la um ser desprezível. Joana demonstra total repulsa a quem prega tal doutrina:

Haverá uma cabeça tão dura que resista comprehender que – sem família – não ha sociedade nem nação, e que faltando a família as sociedades seriam um cahos?

Haverá quem – por um momento só – julgue que é uma mãe de família a que quer desligar a mulher dessa missão sagrada de mãe e de esposa, para metamorphoseal-a n'um ente indigno e monstruoso?

Não, é impossível que haja uma só cabeça sensata, um só coração recto, que abrigue semelhante anomalia; e até avanço a mais, quem apregoasse doutrinas tão escandalosas e tão erroneas, só mereceria o desprezo mais completo ou o castigo mais severo.

Joana se defende daqueles que atacam sua doutrina, afirmando que nunca defendera outra emancipação que não fosse a emancipação moral da mulher. Ela esclarece que a emancipação moral da mulher é uma questão meramente local, pois segundo ela, somente no Brasil, em Portugal e na Turquia a mulher ainda não é livre em suas ações, é considerada um ser irracional e tem a vida intellectual diferente da do homem. Joana então explica que a escravidão das mulheres foi herdada do domínio dos árabes, na península Ibérica, sendo fixada nas Américas pelos colonizadores. De acordo com a autora, a Espanha perdeu parte das suas sombrias tradições quando Maria Christina de Bourbon, uma inteligente rainha, quebrou os ferros da escravidão e iniciou a emancipação intellectual da mulher. Na visão de Joana, por Portugal não possuir uma mulher inteligente como Maria Christina, continuou resistente em perder as tradições de seus dominadores:

Porque, vós os que atacais as minhas doutrinas, esqueceis muito de proposito, que nunca fallei de outra Emancipação que não seja a – Emancipação moral da Mulher? Porque esqueceis que a questão da Emancipação moral da Mulher é puramente local? Local sim, porque exceptuando a Turquia, Portugal e o Brasil, no resto do mundo a mulher é *livre* das suas ações, e é considerada como ser racional, e tem uma vida – intellectual – inteiramente igual á do homem.

A escravidão das mulheres é uma herança funesta que o domínio dos Arabes deixou na península Iberica, e que foi transmitido e implanttado na America pelos conquistadores.

Hespanha perdeu em grande parte suas negras tradições, quando uma rainha, joven formosa, intelligente e liberal, como foi Maria Christina de Bourbon, soube quebrar os ferros de escravidão da nação hespanhola e iniciar a Emancipação intellectual da Mulher. [...]

Portugal, que não teve a influencia de uma mulher intelligente como Maria Christina, tem sido mais refractario para perder as tradições dos seus dominadores do Oriente, e contudo a classe aristocrata de Portugal já se livrou do jugo dos preconceitos que ainda subsistem arraigados nas classes medianas da sociedade.

Para a autora, os Estados Unidos é o paraíso das mulheres, pois elas possuem uma vida independente e todas as portas das indústrias lhes estão abertas. De acordo com Joana, nesse país é comum encontrar mulheres trabalhando nas manufaturas, nos campos, nas lojas e nos mercados, e muitas vezes com mais perfeição do que os homens. Quando possuem filhos, a autora aclara que é terrível separar uma mãe de seus filhos, mas é necessário o trabalho para sustentá-los quando o ganho do marido não é suficiente:

Os Estados-Unidos, esse então é o verdadeiro reino das mulheres, *sem ser o do mundo ás aressas*; ellas têm uma vida inteiramente independente, todas as veredas da indústria, compatível com as suas forças, estão-lhe abertas. Ide, - vós que quereis condemnara mulher ao estado vegetal, ide, percorrei as manufaturas, as lojas, os mercados, os campos, e por toda a parte vereis a mulher trabalhando com o mesmo brio que o homem; visitai essa multidão de hoteis e de casas de família que hospedão particularmente, ellas são administradas por mulheres; percorrei essa quantidade enorme de officinas; a mór parte das folhas publicas são redigidas por mulheres; introduzi-vos na casa desses matrimonios pobres que comem com o diurno jornal, e os vereis separarem-se ás 7 horas da manhã e correr ás suas officinas de trabalho; e quando ha filho, me direis?

É terrível separar-se uma mãe de seu filho, embora, mas é necessario viver e sustental-o, o que ganha o marido não chega para o sustento da família, é preciso a mulher trabalhar também; e além disso (pois a mulher tem força intellectual e a força physica adquire-se) o bom senso não a exime do trabalho, porque até é mais honroso para a mulher não comer as sopas do marido sem mais utilidade que encher-se de filhos.

Joana esclarece que nos países europeus, como Inglaterra, Itália, Suíça, Alemanha e França, a mulher está totalmente emancipada e é um ser racional como o homem. Nesses países, segundo a autora, homem e mulher caminham juntos pelo mesmo caminho do progresso e da civilização, e que mesmo assim as famílias não deixaram de existir. As mulheres também não precisaram desfazer-se de sua feminilidade em virtude desses progressos:

Em Inglaterra, em Italia, na Suissa, na Allemanha, França, por ventura a mulher não está completamente emancipada do poder arbitrário do homem, e não é um seu igual como ente racional?

Por ventura em todos esses paizes, não caminhão ambos, o homem e a mulher, pela mesma vereda de civilização, de progresso, de gloria, de emoções e de esperanças?

E por ventura, dizemos nós, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Italia, na Allemanha, na França, não existe a família?!

Diremos, que nesses paizes todos, a mulher despiu-se, das graças do seu sexo, da doçura, da paciência, da modéstia que á ellas são inherentes?!
Para não viver escravizada, para ter *honra própria* e dignidade, necessita ella metamorphosear-se em soldado, ou vestir-se de marujo?

A ex-diretora do *Jornal das Senhoras* conclui seu texto enfatizando que no Brasil, a mulher não deixa de ser escrava para que o homem não precise dizer adeus aos seus abusos e tirania. Joana ainda afirma que quando a mulher souber de todos os seus direitos, os quais lhe foram concedidos por Deus e dos quais ela foi privada, é que irá acabar essa guerra injusta:

Porque não dizeis: - o dia que a mulher deixar de ser a nossa escrava, forçoso será respeitá-la como nossa igual, e então adeus poderes extraordinários, adeus abusos, adeus tyrannia, adeus dilapidação de fortunas, adeus despotismo conjugal!

Quando a mulher souber que de todos os gozos e os direitos que lhe outorga a mão poderosa do Omnipotente, ella foi despojada; quando houver uma *lei* que a proteja com a sua força moral; quando essa *lei* disser ao pai desnaturado – tú és pai e não tyranno: quando disser ao irmão usurpador – o único direito que tens sobre a tua irmã é o de protecção; quando houver uma *lei* que puna a concubinação no mundo, como ha a do adultério que infama a mulher, quando emfim mulher deixar de ser *cousa*: então acabar-se-ha a guerra injusta, que se faz á sua intelligencia no Brasil; e esse dia chegará, pese a quem pesar, porque o Brasil não é estacionario, nem póde sel-o. [...]

Dizei o que quizerdes , sempre repetirei que a Emancipação moral ou intellectual da Mulher, no Brasil, não é uma utopia, nem um paradoxo, e sim é uma verdade dominadora que marcha ao seu total desenvolvimento, envolta nas fitas, nos chapeos e nas cassas francezas que nos chegam todos os mezes nos paquetes inglezes.

Através desses textos publicados no *Jornal das Senhoras*, podemos perceber que o que as contribuintes e editoras da revista entendiam por emancipação moral e intelectual da mulher não estava relacionado às mulheres saírem de suas casas e ocuparem cargos públicos e exercerem as mais diversas profissões. O que elas entendiam pela emancipação feminina era a mulher ser bem instruída para ter a capacidade de debater sobre os mais diversos assuntos com os homens. E também, elas sendo bem educadas elas conseguiriam melhor instruir os seus filhos, oferecendo assim, bons cidadãos a sociedade brasileira e cidadãos capazes de contribuir com o progresso da civilização.

7. CONCLUSÃO

Suzana Albornoz (2008, p.14), em seu livro *As mulheres e a mudança nos costumes*, afirma que a emancipação feminina significa a participação das mulheres no trabalho social, exercendo diversos tipos de funções e profissões, e refere-se também à conquista de determinadas leis que dão às mulheres maior autonomia e possibilidade de ação, na família e como cidadãs. No entanto, não podemos olhar para a emancipação feminina defendida pelo *Jornal das Senhoras* com um olhar contemporâneo, mas sim com um olhar voltado para o século XIX.

Na Inglaterra do século XIX, de acordo com Andrea Nye (1995, p.27) em sua obra *Teoria feminista e as filosofias do homem*, já se argumentava que as mulheres deveriam ser dotadas de todos os privilégios políticos, inclusive o voto e o direito de concorrer a cargos públicos. Elas também deveriam ter o direito de escolha a uma profissão em vez de casar e a educação necessária para a realização dessa ambição. Nye (1995, p.30) explica que para Harriet Taylor o voto não era suficiente, era também necessária a participação das mulheres no mercado livre da sociedade capitalista. As mulheres deveriam contribuir economicamente para a família pelo simples fato de que a mulher que contribui não pode ser tratada de modo desdenhoso e tirânico como quando o homem é o único administrador do que é ganho.

Segundo Michelle Perrot (1998, p.99), no livro *Mulheres públicas*, o trabalho assalariado feminino não parou de progredir no século XIX, principalmente na França. A baixa da natalidade, desde o século XVIII, precede a da mortalidade, que permanece elevada até o fim do século XIX. No momento em que a industrialização cria uma forte necessidade de mão-de-obra, a balança demográfica mal se equilibra, tornando-se assim favorável o trabalho das mulheres. A retirada das crianças, protegidas pelas leis de 1841 e 1876, e principalmente, submetidas à escolarização obrigatória pelas leis Ferry, de 1881, reforçava ainda mais a necessidade de uma mão-de-obra de substituição. Assim, as mulheres desempenhavam o papel de “exército reserva” do capitalismo.

Enquanto que na Europa, no século XIX, já se pensava no direito ao voto para as mulheres, o direito de ocuparem cargos públicos e as mais diversas profissões, no Brasil, do mesmo período, a mulher acabara de conquistar o direito de frequentar lugares públicos, como por exemplo, os cafés, deixando de ficar restrita a sua circulação apenas ao ambiente doméstico e privado. Considerando estes aspectos é que podemos compreender o que vinha a ser a emancipação moral e intelectual da mulher brasileira, no olhar das diretoras e colaboradoras do *Jornal das Senhoras*.

Muitos, como era afirmado nas páginas da revista, já condenavam os artigos sobre a emancipação feminina antes mesmo de lerem esses artigos. Porém, o *Jornal das Senhoras* não se propunha a levantar a bandeira de uma rebelião, e nem tinha a intensão de propor um mundo às avessas, ou até mesmo o fim do mundo. Para o *Jornal das Senhoras*, a emancipação moral e intelectual da mulher erasua ilustração. Essa ilustração dizia respeito ao conhecimento da verdadeira missão e do verdadeiro papel da mulher no seio da família e da sociedade. Essa ilustração também dizia respeito ao verdadeiro conhecimento dos deveres que cada mulher tem para consigo, e o conhecimento das divisões desses deveres femininos como filha, esposa, mãe e como ser constituído para o trabalho do progresso social.

Para o *Jornal das Senhoras*, a mulher deveria entender que ser esposa não é simplesmente se casar, e para isso ela deveria se instruir no que significa ser filha, esposa e mãe. Para se obter essa instrução, a educação da mulher não deveria ficar restrita ao saber bordar, tocar piano e escrever, a mulher precisaria estudar as leis de seu país, conhecer história, geografia, literatura e ciências. A mulher não precisaria se graduar nessas áreas do conhecimento, apenas conhece-las. Com seus conhecimentos ampliados, a mulher também se tornaria mais responsável na educação de seus filhos, sabendo conduzi-los no caminho da retidão moral, propiciando desse modo, futuros bons cidadãos para a sociedade brasileira.

A emancipação feminina também era para o *Jornal das Senhoras*, a mulher deixar de ser coisa para ser mulher assim como o Criador a fez. A mulher deveria deixar de ser considerada um objeto de uso do seu marido. No entanto, essa emancipação não significava eximir a mulher da proteção do homem, porquanto as editoras e colaboradoras da revista considerassem o homem como o chefe natural da família, mas essa proteção deveria ter por base a amizade e o respeito.

Quanto aos romances publicados nessa revista, precisamos levar em consideração que o público leitor de romances, no século XIX, era essencialmente feminino. As mulheres também figuravam nos romances como as personagens fundamentais. De acordo com Ribeiro (1996, p.57), o romance encontrava seu espaço na sociedade aristocrática e iletrada, no lazer das mulheres das classes altas. Enquanto os homens se voltavam para seus negócios, as mulheres, ociosas, precisavam encontrar formas de preencher seu tempo, já que o trabalho doméstico estava a cargo das escravas. Desse modo, podemos inferir que o *Jornal das Senhoras*, com o propósito de instruir suas leitoras, queria oferecer o que havia de melhor às suas leitoras, e em termos de gênero literário, e o romance, gênero em voga naquele período, era o gênero que poderia atualizar as leitoras dessa revista.

Apesar de esses ideais de emancipação feminina promovidas pelo *Jornal das Senhoras* parecerem continuar a reforçar os papéis da mulher como mãe e esposa, precisamos considerar que a revista surgiu em um período em que se começava a pensar a condição reprimida em que viviam as mulheres brasileiras. Desse modo, o *Jornal das Senhoras* não poderia apresentar ideias que fugissem da realidade brasileira, correndo o risco de a revista ser criticada ainda mais por aqueles de visão retrograda. E mesmo que aquelas que contribuíram para o *Jornal das Senhoras* talvez não pudessem fruir da liberdade de suas consciências, elas deixaram o caminho começado para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. Rio de Janeiro e suas instituições a serra dos órgãos In: *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Trad. de João Etienne Filho. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.
- ALBORNOZ, Suzana. *As mulheres e a mudança nos costumes*. Porto Alegre, Movimento; Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2008.
- ALENCAR, José de. Como e por que sou romancista In: *O Guarani*. Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1964.
- ASSIS, Machado de. “Capítulo dos chapéus”. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em: 04 de maio de 2013.
- _____. “D.Benedita”. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em 04 de maio de 2013.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org). *Rebeldia e submissão: estudos sobre Condição Feminina*. São Paulo, Vértice/Ed. Revista dos Tribunais/Fundação Carlos Chagas, 1989.
- BORNHEIM, Gerd. Filosofia do romantismo In: GUINSBURG, J (org). *O romantismo*. 3.ed. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- BOSI, Alfredo. A interpretação da obra literária In: *Céu, Inferno*. São Paulo, Ática, 1988.
- BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo, Polis, 1979.
- CANDIDO, Antonio. O romantismo como posição do espírito e da sensibilidade In: *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8.ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1997.
- CARPEAUX, Otto Maria. Prosa e ficção do romantismo In: GUINSBURG, J (org). *O romantismo*. 3.ed. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- DEBRET, Jean Baptiste. Introdução In: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. de Sérgio Milliet. Tomo 3. São Paulo, Círculo do livro, 1981.
- GUINSBURG, J. Romantismo, historicismo e história In: *O romantismo*. 3.ed. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- GUINSBURG, J; ROSENFELD, Anatol. Romantismo e classicismo In: GUINSBURG, J (org). *O romantismo*. 3.ed. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- JORNAL DAS SENHORAS: modas, literatura, belas-artes, teatros e crítica*. Rio de Janeiro, Typ. Parisiense, 1852-1855.

- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A leitora no banco dos réus In: *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1998.
- LOBO, Luiza. “Juana Manso: uma exilada em três pátrias”. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/81/57>. Acesso em: 24 de abril de 2014.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. de Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte, Itatiaia, 1989.
- MACHADO, Ubiratan. A mulher e a vida literária In: *A Vida Literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001.
- MEYER, Marlyse. Mulheres romancistas inglesas do século XVIII e romance brasileiro In: *Caminhos do Imaginário no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1993.
- MOISÉS, Massaud. Preliminares In: *História da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 2001.
- NUNES, Benedito. A visão romântica In: GUINSBURG, J (org). *O romantismo*. 3.ed. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Record, 1995.
- PARKER, Mark. Introduction: the Study of Literary Magazines In: *Literary Magazines and British Romanticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo. Fundação Editora UNESP, 1998.
- RAMICELLI, Maria Eulália. O “ire-e-bire” da ficção nas páginas de periódicos oitocentistas In: *Narrativas Itinerantes. Aspectos franco-britânicos da ficção brasileira, em periódicos da primeira metade do século XIX*. Santa Maria, Ed. da UFSM, 2009.
- RIBEIRO, Luis Filipe. A casta Diva; O império feminino In: *Mulheres de papel. Um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói, EDUFF, 1996.
- SOARES, Maria Angélica Lau Pereira. *Visão da modernidade. A presença britânica no Gabinete de Leitura (1837-1838)*. Dissertação. (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. A imprensa do Império In: *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- STEIN, Ingrid. *Figuras Femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

TELES, Maria Amélia de A. Brasil Império (1822-1889) In: *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1999.

VASCONCELLOS, Eliane. Violante de Bivar e Velasco; Joana Paulo Manso de Noronha In: MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2.ed. ver. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

VASCONCELOS, Sandra. “Formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (Vertentes Inglesas)”. Disponível em: www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Sandra/sandra.htm. Acesso em 23 de Março de 2009.